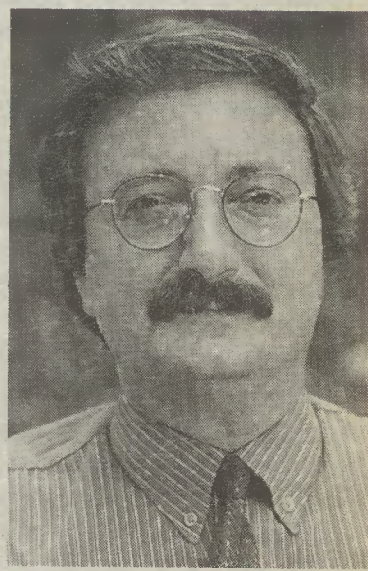


Apresentação da candidatura de António Abreu

Razões de esquerda



O candidato do PCP às eleições presidenciais explicou, na quinta-feira passada, em Lisboa, as razões da sua candidatura que, «natural e assumidamente, marcará de forma coerente a afirmação das razões de esquerda para Portugal».



Págs. 5 a 7



Indelma ameaça despedir 600 trabalhadores no Seixal

Centrais

A deslocalização como chantagem

Seminário em Lisboa

Exclusão no feminino

«A maioria dos pobres e excluídos é mulheres.» Um facto por diversas vezes referido nas intervenções dos participantes no Seminário «Pobreza e Violência sobre as Mulheres – uma reflexão em marcha».

Pág. 12

Sábado, em Almada

CGTP comemora 30 anos

Fundada a 1 de Outubro de 1970, a grande Central dos trabalhadores portugueses festeja «as nossas vitórias colectivas» com diversas iniciativas, das quais se destacam o plenário e a sessão solene, no sábado.

Pág. 11

Ensino superior

Doze mil de fora

Na semana passada foram publicados os resultados do concurso de acesso ao ensino superior. Muitos foram os que não entraram e tiveram que adiar o sonho de continuar a estudar. A JCP exige um novo sistema.

Pág. 9

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretária da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



António Abreu apresentou a sua candidatura

Resumo

20 Quarta-feira

É debatida na Assembleia da República a moção de censura ao Governo apresentada pelo PSD, que chumba com os votos contra do BE e do PS e a abstenção do PCP e do PEV. A CGTP critica a proposta do Governo sobre a reforma fiscal e o IRS. Encerra na Jugoslávia a campanha eleitoral. Um míssil atinge a sede do MI6, em Londres, ataque que a polícia acredita ser do grupo dissidente do IRA. São divulgados os resultados das candidaturas ao ensino superior dos estudantes portugueses.

21 Quinta-feira

António Abreu, apresenta, em conferência de imprensa, a sua candidatura às presidenciais, onde critica Jorge Sampaio pelo não distanciamento em relação a muitas opções do Governo inseridas numa política de direita e de subordinação nacional. A JCP acusa o Governo de se desresponsabilizar pela Educação, sublinhando que a Faculdade de Medicina de Coimbra vive em subfinanciamento crónico. Fernando Gomes acusa António Guterres de «ceder às exigências da oposição» ao demiti-lo do cargo de ministro da Administração Interna, ao mesmo tempo que Medeiros Ferreira apresenta a sua demissão da direcção da banca socialista. A ETA assassina em Barcelona um autarca do PP, em resposta à ofensiva do governo contra aquela organização.

22 Sexta-feira

Comemora-se o Dia Europeu Sem Carros, uma iniciativa europeia que teve a adesão de sete cidades portuguesas. Nuno Cardoso, presidente da Câmara Municipal do Porto, anuncia que não se irá candidatar a um segundo mandato em 2001, afirmando-se discordante da «política que se faz em Portugal». São expulsos de Belgrado 16 jornalistas, entre eles uma portuguesa. Cerca de 80 mil pessoas manifestam-se em Barcelona contra o atentado da ETA que vitimou um autarca do PP.

23 Sábado

A CDU/Madeira apresenta uma queixa à Comissão

Nacional de Eleições onde acusa o partido de João Jardim de aproveitamento político nas inaugurações feitas pelo Governo autónomo. O embaixador americano em Israel, Martin Indyk, é suspenso do seu cargo, alegadamente por desrespeito das regras de segurança para a protecção de documentos. Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em San Sebastián contra os atentados da ETA e pelo estatuto de autonomia do País Basco e pela Constituição espanhola.

24 Domingo

Realizam-se eleições presidenciais na Jugoslávia num escrutínio marcado pela campanha internacional contra o actual presidente Slobodan Milosevic. Após o fecho das urnas, os 200 observadores de 52 países convidados pelo presidente jugoslavo para acompanharem as eleições, felicitam-se com a «regularidade» das eleições.

25 Segunda-feira

O primeiro-ministro António Guterres anuncia que Portugal não tem hipóteses de manter o esforço financeiro das missões de paz em que participa. Jorge Sampaio marca a data das eleições presidenciais para 14 de Janeiro de 2001. Ehud Barak e Yasser Arafat voltam a encontrar-se em Telavive, a fim de retomarem as negociações interrompidas em Camp-David, a 25 de Julho passado.

26 Terça-feira

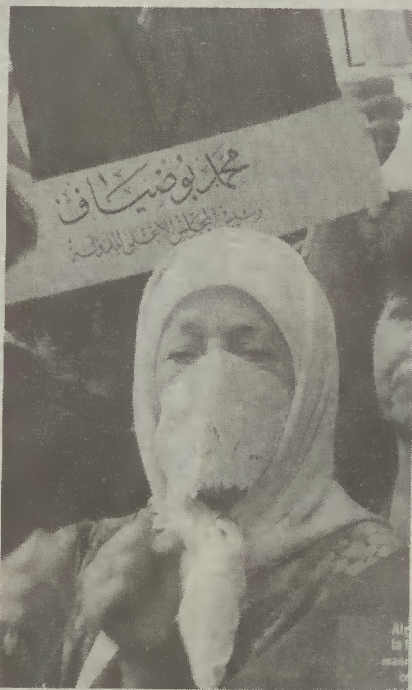
O PEV apresenta em conferência de imprensa uma série de iniciativas legislativas que põe como condição para a aprovação do Orçamento de Estado. O partido da oposição obtém 48,2 por cento dos votos nas eleições na Jugoslávia, tendo a Comissão Eleitoral Federal apontado para a necessidade de uma segunda volta. Ao mesmo tempo, Köstunica, candidato presidencial contra Milosevic, recusa-se a ir a uma nova votação afirmando existir fraude da parte do governo. A reunião do FMI/Banco Mundial em Praga fica marcada pelas manifestações nas ruas daquela cidade, das quais resultam cinquenta polícias e dezenas de manifestantes feridos.

Aconteceu

Tragédia na Índia e Sueste Asiático

Muitas centenas de mortos é, para já, o primeiro balanço das inundações provocadas por chuvas torrenciais que têm devastado nos últimos dias a região ocidental da província de Bengala, na Índia, e os países do Sueste Asiático atravessados pelo rio Mekong - Camboja, Vietname, Tailândia e Laos. Na região ocidental da província indiana de Bengala já foram contabilizados 355 mortos - balanço que não é definitivo -, a que se acrescenta a destruição de reservas de alimentos que poderão pôr em causa a sobrevivência de milhões de pessoas. Nos cinco países banhados pelo Me-

kong as cheias deste rio já causaram pelo menos 350 mortes - balanço que também continua provisório -, atingindo entretanto um total de quatro milhões de pessoas que se encontram, na sua maioria, em dramáticas situações de isolamento e de luta pela sobrevivência. O espectro da fome adensa-se particularmente nestes países dado que as cheias destruíram quase completamente as culturas e colheitas nas regiões inundadas, a que se acrescenta outra ameaça eminente: o alastramento de diversas doenças, nomeadamente a malária, cólera, e febres tropicais infecciosas.



Violência na Argélia faz mais 27 mortos

Apenas entre quinta-feira e sábado passado, foram assassinadas mais 27 pessoas na Argélia, a sua maioria na região de Mitidja, nos arredores de Argel, a fértil planície agrícola de Argel e antigo bastião dos fundamentalistas do Grupo Islâmico Armado (GIA). Dos 27 mortos, sete deles são identificados como membros do GIA mortos pelas forças de segurança durante uma operação na região de El-Tarf, 650 quilómetros a leste da capital, enquanto os outros 20 serão civis

abatidos pelos fundamentalistas do GIA que parece, assim, ressurgir de um aparente desmembramento provocado por uma recente ofensiva do exército, temendo-se o ressurgimento da violência no país caracterizada pelos massacres sobre as populações realizadas por fundamentalistas do GIA. Recorde-se que esta organização se opõe ferozmente à política de concórdia e reconciliação propugnada pelo presidente argelino Abdlaziz Bouteflika.

Tropas portuguesas perseguem milícias

Tropas portuguesas que integram a força de paz internacional em Timor-Leste ripostaram a tiros de arma ligeira disparados por um pequeno bando de milícias, desalojando-os primeiro das posições onde se haviam instalado e pondo-os depois em fuga. O tiroteio ocorreu em Manufahi, a Sul de Dili, e não provocou quaisquer feridos. As tropas portuguesas integravam alguns membros das Falintil, que actuavam como guias no quadro do dispositivo militar português. Entretanto, altos responsáveis indonésios, incluindo a vice-presidente Megawati Sukarnoputri, assistiram pessoalmente à entrega de centenas de armas por parte das milícias em Atambua, em Timor Ocidental, onde a 6 de Outubro passado foram assassinados três funcionários da

ONU. Estes assassínios desencadearam uma vaga de protestos internacionais e a ameaça dos EUA em cortar o apoio militar que mantém ao governo indonésio se este não travasse a acção das milícias em Timor Ocidental, pelo que a própria vice-presidente Megawati se deslocou a Atambua para assistir a esta entrega de armas pelas milícias que, todavia, pouco depois assaltaram as instalações policiais recuperando algumas delas, enquanto a polícia indonésia libertava os seis suspeitos do assassinio dos três elementos da ONU. Apesar dos compromissos reiterados pelo próprio presidente indonésio de pôr um ponto final na actividade das milícias no território, estas continuam a agir impunemente com a conivência de sectores do exército e da polícia.



Dia Europeu sem Carros

Mais de 700 cidadãos dos 15 países da União Europeia aderiram, na passada sexta-feira, ao chamado «Dia Europeu sem Carros», vedando zonas variáveis dos seus perímetros históricos ao trânsito automóvel, ao mesmo tempo que apelavam aos respectivos cidadãos para que utilizassem transportes alternativos ao carro particular, desde os públicos a todos os meios de locomoção não poluentes (bicicletas,

patins, transporte animal e... evidentemente, a pé). A iniciativa foi bem sucedida merecendo uma significativa aceitação dos cidadãos em todas as cidades onde se realizou, que corresponderam assim ao apelo central desta realização: o combate à poluição automóvel e pela melhoria da qualidade do ar e do ambiente nas grandes zonas urbanas. Em Portugal, houve cinco cidades que aderiram oficialmente à

iniciativa - Aveiro, Beja, Évora, Leiria, Lisboa, Porto e Sintra - e o êxito da iniciativa portuguesa esteve ao nível dos melhores registados nos países da União Europeia. Paralelamente, o PCP emitiu um comunicado onde denunciava que, apesar do empenho das autoridades governamentais nesta iniciativa, continuava por resolver os grandes problemas da circulação urbana e sem tomar as opções estratégicas que urgem.





Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Mais cedo do que tarde

Importantes acontecimentos tiveram lugar na América Latina, no último mês. Destacam-se pela sua extraordinária gravidade a implementação do Plano Colômbia, sublinhada pela visita de Clinton àquele país e, pela sua importância e significado político, a 1.ª reunião dos 12 chefes de Estado da América do Sul, em Brasília.

O Plano Colômbia, apresentado e propagandeado em todo o mundo como uma «generosa» ajuda ao combate ao narcotráfico, representa, de facto, um novo e perigoso salto na intervenção directa norte-americana no conflito interno colombiano. E se restassem dúvidas sobre os seus reais objectivos, o chefe do exército colombiano, Fernando Tapias, encarrega-se de as esclarecer: «O Plano tem como objectivo n.º 1 liquidar a guerrilha» («Propuesta» 24.8.00). Para o imperialismo tornou-se, efectivamente, intolerável que a guerrilha prossiga a sua acção, acumule vitórias (mesmo que limitadas e parciais), ao ponto do

governo colombiano se ver forçado a estabelecer com as FARC-EP um processo de negociações e de diálogo. A política hegemónica dos EUA, particularmente em relação à América Latina, impôs que procurasse inverter tal situação. Atin-gir a heróica, prolongada e generosa luta do povo colombiano contra a violência das classes dominantes e a sua política de profunda injustiça social, aniquilando o movimento guerrilheiro, passou a ser objectivo prioritário. Até pelo exemplo e estímulo que constitui para a luta dos outros povos latino-americanos que, sob diversas formas, resistem e lutam contra as nefastas consequências das políticas neoliberais.

Não é por acaso que o Plano Colômbia, engendrado e preparado há algum tempo, surge neste momento à luz do dia. E também não é por acaso que a viagem de Clinton à Colômbia foi precedida por um périplo de Madeleine Albright, a vários países latino-americanos, onde, a par de pretender angariar apoios ao referido Plano, proclamou demagogicamente o empenho dos EUA no esclarecimento dos crimes das ditaduras militares da década de 70 (!). Tal operação de mistificação e hipocrisia, a par das efectivas consequências imediatas do Plano Colômbia – fumigações/desastre ecológico na Amazónia, deslocamento das populações/problemas fronteiriços –, visam condicionar a luta popular noutros países, como no Equador (onde surgem sinais de novos confrontos), no Perú (onde a anunciada renúncia de Fujimori reflecte o desgaste do seu regime ditatorial), no Brasil (onde o MST luta pela reforma agrária), no Chile (onde o seu povo alcançou a anulação da imunidade parlamentar para Pinochet), na Argentina (onde já tiveram lugar manifestações contra o possível envolvimento das respectivas FFAA na Colômbia), na Venezuela (onde decorre um original e independente processo democrático, que se expressa nomeadamente no papel que este país recentemente assumiu no quadro da OPEP).

É neste contexto que a reunião de Brasília, realizada nos dias seguintes à visita de Clinton à Colômbia, tem grande alcance político e, eventualmente, económico. Pela primeira vez os chefes de Estado da América do Sul debateram, sem a presença e mesmo em conflito com os EUA, problemas da região, revelando, de modo contraditório, preocupação e inquietação pela crescente e ruína dependência dos seus países, e manifestando receios sobre o perigo de internacionalização do conflito colombiano. O que, sem dúvida, é também o reflexo das lutas que se desenvolvem e amadurecem no continente que, cedo ou tarde, conduzirão a alternativas políticas democráticas, solidárias e progressistas.

Editorial

DEMOCRACIA, DEMOCRACIA...

Como sempre acontece em situações como a vivida na Jugoslávia no decorrer do recente processo eleitoral, a verdade sobre o que realmente aconteceu só mais tarde virá à tona de água. Para já, é incontestável que o Mundo foi objecto de uma poderosa campanha mediática traduzida num coro síncrono de informações, análises, previsões e certezas absolutas. De tal forma que o cidadão vulgar, consumidor normal de comunicação social, ao receber, por entrega ao domicílio, o volumoso pacote de informações e conclusões, ficou sem qualquer espaço para uma eventual reflexão individual. E é bem provável que muitos dos destinatários da mensagem a tenham assimilado e tenham cumprido, como deles se esperava, o papel de seus difusores activos – o que, a ser assim, mostra como são eficazes os caminhos que transformam a opinião publicada em opinião pública.

Entretanto, os resultados oficiais anunciados apontam uma vitória do candidato da oposição Kostunica, com 48% dos votos, contra os 40% obtidos por Milosevic – o que, em princípio, obri-

“Para os guardiões da democracia, as eleições jugoslavas eram perfeitamente dispensáveis”

ga a uma segunda volta já marcada para 8 de Outubro.

Naturalmente, estes números são contestados pela oposição – que afirma ter «provas sólidas» de que o seu candidato obteve a maioria absoluta que as sondagens anunciavam – e pelos governos ocidentais que, cumprindo o papel que lhes cabe, corroboram essa afirmação.

As acusações de «fraude» – amplamente difundidas antes mesmo de se terem, eventualmente, concretizado – multiplicam-se a tal ritmo e intensidade que tendem a ser aceites como verdade incontestável. De tal forma que não é impossível que a «comunidade internacional» – expressão que segundo Butros Ghali significa «os países poderosos» – venha a considerar desnecessária uma segunda volta das eleições e dê o assunto por arrumado desde já...

Aliás, a vitória de Kostunica – ou, dizendo com mais rigor, a derrota de Milosevic – estava garantida desde antes do início da campanha eleitoral. «Ninguém acredita, simplesmente, que Milosevic, indiciado como criminoso de guerra pelo Tribunal Internacional de Haia, seja capaz de ganhar de modo limpo»: esta ideia, expressa por estas ou por outras palavras, correu mundo e ganhou espaço de verdade. E, à cautela e não fosse o diabo tecê-las, vinha acompanhada de uma outra, que a complementava exemplarmente:

«A União Europeia e os Estados Unidos já declararam que não reconhecerão legitimidade a uma eventual vitória de Slobodan Milosevic.» Por seu lado, o Conselho da Europa, com a autoridade que se lhe conhece, decidiu que «as eleições não serão livres e justas».

Postas as coisas nestes termos, quase pode dizer-se que, para os acima referidos guardiões da democracia, as eleições eram perfeitamente dispensáveis e que substituir Milosevic fosse por quem fosse seria o procedimento mais democrático...

Para garantir o cumprimento das suas profecias, os democratas ocidentais acharam por bem tomar algumas medidas cautelares diversificadas. Num caso exibiram um moderníssimo conceito de democracia diplomática: no trilho de uma reunião realizada na Embaixada de Portugal em Belgrado – para a qual o embaixador português convidou os embaixadores dos países da UE e as forças de oposição a Milosevic... –, o governo dos EUA instalou, na sua embaixada em Budapeste, uma espécie de *task-force*, chefiada pelo embaixador norte-americano na Croácia, destinada a «preparar acções concertadas da oposição». Outra manifestação de persuasão democrática está patente no comunicado da UE emitido cerca de uma semana antes das eleições e no qual os quinze ministros dos Negócios Estrangeiros prometiam levantar as sanções contra a Jugoslávia se a oposição ganhasse e manter as ditas sanções se o resultado fosse o inverso. Uma outra exibição de firmeza democrática foi protagonizada pelo governo da Grã-Bretanha ao enviar para o Kosovo, na altura das eleições, «600 soldados suplementares».

E para que o ramallete democrático ficasse completo, o Tribunal Penal Internacional, confirmando um notável sentido de oportunidade, decidiu que «os bombardeamentos da NATO à Jugoslávia não violaram o direito internacional»

Do pacote mediático consta, como não podia deixar de ser, um oceano de atentados antidemocráticos praticados pelo governo da Jugoslávia. Tantos que, se todos vierem a ser confirmados, estaremos perante uma situação rara nesta matéria. Em todo o caso, os *media* não descurarão a tarefa de sublinhar a óbvia diferença existente entre esses atentados antidemocráticos e os atentados democráticos praticados pelos países da União Europeia e pelos EUA.

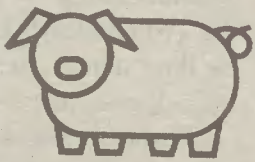
Disseram-nos, ainda, que a «campanha de intimidação» levada a cabo pelos «funcionários do regime» com o objectivo de «amedrontar as pessoas com a hipótese de uma vitória da oposição», passou pela invenção dos «cenários mais catastróficos», nomeadamente o de «uma eventual invasão da NATO». Tal hipótese era, como se sabe, clamorosamente absurda... Daí o sem-sentido da notícia publicada na primeira página do Diário de Notícias de terça-feira passada: «Armada da NATO, que inclui 15 navios britânicos, dirige-se para a costa da Jugoslávia para enviar uma mensagem a Milosevic.» Para quem ache estranha esta moderna forma de enviar mensagens, se preocupe com o seu significado e se interrogue sobre o conteúdo da mensagem a enviar, lembra-se que, vinda de quem vem, se trata necessariamente de uma mensagem democrática.

Actual

Mais-valias

● José Casanova

«Não sei qual será a minha mais-valia. Essa é uma questão que o partido e os portugueses, no decurso desta campanha eleitoral, deverão avaliar», afirmou António Abreu em entrevista ao Diário de Notícias. Palavras simples, frontais, dignas, sérias. O DN puxou a afirmação para título e Luís Delgado, colunista de «Linhas Direitas», depois de considerar «surpreendentes» tais «palavras», conclui que «se o candidato não sabe, isso significa que ele próprio (...) nem sequer percebeu por que é que foi designado para a corrida». Bizarra conclusão esta em que o analista responde com o insulto à atitude de frontalidade, modéstia e seriedade de António Abreu. E, já agora, pergunto: o que escreveria Delgado se António Abreu afirmasse, por exemplo, que constituía uma mais-valia preciosa, rara, única? Aplaudiria?...



Mas Delgado vai mais longe: colocando hipoteticamente as palavras de António Abreu na boca do candidato Bush Jr., conclui que se este «disse-se isto, ou sequer pensasse, estava politicamente "morto" no minuto seguinte», na medida em que, diz, «os eleitores, os analistas, os comentadores e os adversários», «perguntariam, carregados de razão: o que é que ele anda cá a fazer?». Aqui, Delgado, obviamente sem o desejar, põe o dedo na ferida. Com efeito, é decisivo o facto de Bush Jr. se afirmar possuidor de uma mais-valia fulminante e de tal fulminância ser amplamente difundida pela comunicação social que é propriedade dos grupos económicos que o apoiam... Democracia é isto, não é verdade?

Mas democracia não é só isto - tanto mais que estamos a falar do governador do Texas - e o dito Bush tem ainda como mais-valia assinalável uma vida inteira dedicada à «democracia e aos direitos humanos»: são do domínio público as chorudas negociações que Bush pai lhe proporcionou, a «cunha» que, heroicamente, o safou de ir para o Vietnam e, acima de tudo, o facto, carregado de mais-valias, de o estado de que é governador ser o campeão da pena de morte e o recordista das execuções. Exhibindo estas e muitas outras semelhantes mais-valias, Bush Jr. preenche os requisitos fundamentais para vir a ser eleito Presidente dos EUA e liberta os comentadores e analistas da pergunta «o que é que ele anda cá a fazer?».

Outra, e bem diferente, é a mais-valia de António Abreu. Mas essa é matéria que Luís Delgado não está em condições de perceber.

Política ideológica

● Aurélio Santos

Reler clássicos é por vezes actual. Já assim pensava um jovem chamado Karl Marx que fez tese de doutoramento sobre Demócrito, precursor da dialéctica, que falava de «Átomo» e do discorrer de uma constante e interminável natureza. De Sócrates não conhecemos nem uma linha. Preferia dialogar e por isso só o conhecemos através do seu mais próximo discípulo - Platão.

Na «Apologia de Sócrates» relata Platão o julgamento do seu mestre, acusado por Meleto, poeta medíocre, instigado por Ânito, intriguista ambicioso, de «não acreditar nos deuses em que acredita a cidade» e de «introduzir divindades novas». A polícia ideológica da cidade condenou Sócrates à morte.

As acusações dos Meletos e Ânitos contra Sócrates fizeram-me lembrar o alarido que dia após dia, em rádios, jornais e TVs tentam entre si competição para ver qual a sentença, graça ou juízo sisudo, indiscutível, cabal, definitivo, de arrasar (desde «parque jurássico» a «todo partido»), de «stalinista» a «cadáver de Lenin») dará a estocada mais mortal a esse obstinado partido que persiste em fazer frente às evidências correntes, às ideias pré-feitas, aos «legítimos interesses» consagrados. Tal como Sócrates, os comunistas cometem o crime de não acreditar nos «deuses da cidade» (o Santo Capital) e de introduzir novos deuses (a blasfémia do fim da exploração do homem pelo homem). Podia a polícia ideológica permiti-lo?

Sócrates não abdicou do seu direito de ter opinião pró-

pria? Os comunistas também não. Teimam teimosamente em tê-la: quanto à vida, quanto ao mundo, quanto ao futuro da humanidade. Mesmo que com isso afrontem divindades consagradas e interesses que pretendem à força serem os instituídos.

Este tem sido precisamente um dos méritos das ideias do comunismo, desde que Marx e Engels as formularam no célebre Manifesto Comunista. O mundo mudou muito desde então? Ah, se mudou, com boas e más mudanças. Mas encarar e compreender um mundo sempre em mudança é deitar-lhe, para nós, a piscadela de olho revolucionária, que interroga em permanência: como mudar melhor?

E já que falei do Manifesto, vale a pena citar as suas primeiras frases: «Um fantasma percorre a Europa, o fantasma do comunismo. Todos os poderes da velha Europa se aliaram para uma santa caçada a este fantasma: o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e polícias alemães.»

Cento e cinquenta anos depois o «fantasma» comunista continua, incorrigível, a tirar sono aos poderes da velha Europa. E os caçadores da santa aliança prosseguem afanosamente a sua caçada de polícia ideológica.

Já agora, escolham na história o modelo que considerem mais apropriado à sua personalidade: querem ser Meletos ou Ânitos? Preferem fardar-se de «polícias alemães» ou de «radicais franceses»? De Czar ou de Papa?

Eu escolhi: sou comunista e pisco o olho à História.



Quase

● Leandro Martins

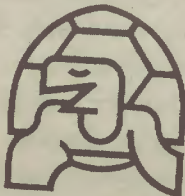
Nestes tempos de big-brother, em que milhões de famílias seguem, aparvalhadas, as pobres e desinteressantes peripécias caseiras de meia dúzia de jovens que aceitaram fingir as suas intimidades, o edifício global parece estar a compor-se. Assistimos todos (ou quase) aos mesmos programas onde outros ganham dinheiro por nós, espreitamos todos (ou quase) a mesma espécie de segredos domésticos, participando numa coscuvilhice global. Lemos todos (ou quase) os mesmos jornais, pelo menos somos informados das mesmas notícias e convidados a partilhar democraticamente tudo - desde o luto por uma princesa de vida acidentada que acabou em desastre até ao repúdio muito democrático pelas malféitorias dos sérvios, enquanto os sérvios apoiam Milosevic. Somos todos convidados a torcer pela «oposição» quando os Estados Unidos decidem da democraticidade das «oposições». E incitados a vaiar o poder quando os EUA

demonstram que se trata de um poder maléfico - como o que existia na URSS antes de Gorbatchov e Reagan terem, muito democraticamente, dado cabo dele. Todos (ou quase) assim tomamos o mesmo e democrático partido dos bons contra os maus, desde que nos digam quem devemos amar ou odiar. E sabemos perfeitamente quem decide do bem e do mal, conhecemos-lhe o endereço e a força. E todos (ou quase) estamos de acordo.

O problema está no quase. Se não, isto já estava composto e afinado. Mas está a compor-se. Os Estados Unidos tomam eficazes medidas para restabelecer o direito e mostrar ao quase que alguns somos que as portas se nos vão fechando.

A partir do momento em que conseguiram, por fim, estabelecer o reino do bem na santa Rússia, mais aptos ficaram para se dedicar a pôr o mundo em ordem, a tornear ou castigar os incomodativos quases. A própria ONU, apesar de tão atenta,

veneradora e obrigada, teve de ser afastada do caminho para que o fogo purificador do Pentágono descesse sobre a Jugoslávia pela mão mais obrigada e veneradora da NATO. E agora que a justiça e o direito internacionais ainda podem suscitar algumas interpretações menos próprias, os EUA estão no bom caminho. Os seus tribunais têm competência para julgar tudo o que se passa no mundo. Como prova o facto de um juiz federal de Nova Iorque,



que aceitou na passada semana uma queixa contra Li Peng, acusado na América de ser responsável pelo «massacre de Tienanmen». O acusado deverá apresentar-se pessoalmente no tribunal no próximo dia 13.

Assim estamos mais descansados? Nem todos.

Frases

“É escandaloso que o sector financeiro - um dos mais modernos, competitivos e lucrativos do país e dentro dos melhores padrões internacionais - lucre cada vez mais e pague taxas cada vez mais baixas de imposto sobre lucros.”

(Paulo Ferreira - «Diário Económico», 26.09.00)

“O poder político vigente permitiu a reprodução das hierarquias sociais e a robustez de vários grupos económicos que assim não estão contra o regime, embora este lhe seja indiferente.”

(José Medeiros Ferreira - «Diário de Notícias», 26.09.00)

“Parece evidente que os dois principais partidos políticos portugueses se renderam definitivamente ao chamado “pensamento único” e apenas divergem quanto à sua interpretação, consoante a oportunidade, a conjuntura e o apetite pelo poder.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 23.09.00)

“Aquilo [o CDS-PP] não é um partido. É um homem e quando o homem está cansado, o partido não existe.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «TVI», 24.09.00)

“O PS reduziu-se ao clientelismo e à máquina eleitoral e o grupo parlamentar a um complexo instrumento do Governo cada vez mais incerto e desconfiado.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 23.09.00)

“Este foi, porventura, o combate mais difícil em que me envolvi, contra um adversário forte, agressivo, contundente, muito contundente com as secções do PS e injusto com os militantes (...) Em cinco meses de campanha fui mais atacado por camaradas do que por adversários externos.”

(Narciso Miranda, citado em «Público», 25.09.00)

“Ele não tem legitimidade moral para me atacar porque furtou-se sempre a debater comigo.”

(Francisco Assis, citado em «Público», 25.09.00)

“Para mim, as intrigas são assuntos menores e constantemente há quem procure lançar intrigas e pequenos factos políticos, para tentar desviar a atenção do essencial.”

(Durão Barroso - «Diário de Notícias», 26.09.00)

“[As questões que levam à saída de militares são] a desorçamentação das Forças Armadas, que determina que os meios sejam obsoletos ou que não sejam contemplados com as melhorias que se impõem, as despesas de funcionamento que têm vindo a descer consideravelmente e a questão do sistema retributivo, que não é menos importante.”

(Tasso de Figueiredo, porta-voz da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) - «Público», 27.09.00)

“Os artigos sobre o PCP não têm duas leituras: o PÚBLICO assumiu o seu anticomunismo primário, muito primário pois revela um total desconhecimento (ignorância ou deturpação propositada) da realidade que é o PCP.”

(João Afonso Luz, «Cartas ao Director» - «Público», 25.09.00)

“A verdadeira tragédia do PÚBLICO é não querer ver que o PCP é um partido vivo e de boa saúde, que o comunismo não morreu como tantas vezes anunciou nas suas páginas, que os povos e os trabalhadores de todo o mundo continuam a lutar.”

(idem, ibidem)

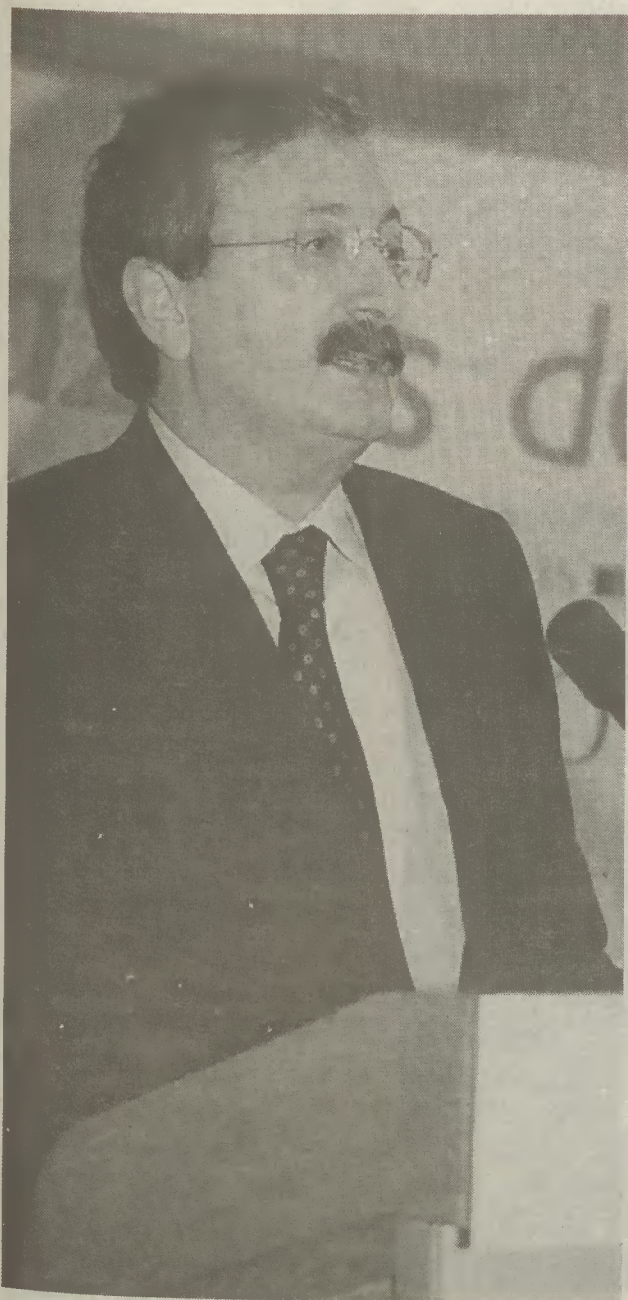
PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Apresentação da candidatura do PCP

Razões de esquerda

para Portugal



António Abreu, candidato do PCP às eleições Presidenciais 2001, explicou, na quinta-feira passada, em Lisboa, as razões da sua candidatura. Na declaração que proferiu (que a seguir se transcreve), o candidato do PCP criticou designadamente o «não distanciamento» do actual Presidente da República em relação a muitas opções de direita e de subordinação nacional do Governo.

Numerosas personalidades de diferentes quadrantes políticos e sociais, entre as quais contámos a presença de Vasco Lourenço, José Barata Moura, Manuel Carvalho da Silva, Blasco Hugo Fernandes, António Gonçalves, João Corregedor da Fonseca, Tomás Vasques, José Morais e Castro, Mário de Carvalho e António Borges Coelho,

destacavam-se entre as centenas de militantes e simpatizantes do PCP que enchiam completamente a sala onde decorreu o acto de apresentação pública da candidatura de António Abreu. Este, acompanhado do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, do mandatário da sua candidatura, o deputado António Filipe, membro do Comité Central do Partido, e de Vanessa Silva, igualmente do Comité Central, assumiu-se como o porta-voz da «corrente de esperança, de vontades e determinação» que diariamente se expressa na luta «por uma alternativa de esquerda». Na ocasião, uma delegação de trabalhadores do «Chiado incendiado» entregou a António Abreu um abaixo-assinado de apoio à sua candidatura. Aliás, idênticas iniciativas de apoio ao candidato do PCP começam a aparecer um pouco por toda a parte.

Apresento hoje a minha candidatura à Presidência da República.

É uma candidatura com rosto, com vontade e uma experiência, de acordo com a marca de individualidade própria à natureza da eleição.

É uma candidatura que assume, clara e simultaneamente, a intenção de dar expressão à presença no processo eleitoral da importante e insubstituível força política de que sou militante - o Partido Comunista Português. Uma candidatura que, por isso, natural e assumidamente, marcará de forma coerente a afirmação das **razões de esquerda para Portugal**.

Faço-o na plena convicção de que a minha candidatura preenche um **espaço de debate e reflexão** sobre os problemas presentes na sociedade portuguesa e que com ela assegurarei um olhar distintivo quanto ao percurso que garanta para Portugal e para os portugueses um futuro mais justo e solidário.

Procurarei que a minha candidatura transporte aquela corrente de esperança, de vontades e determinação que diariamente encontra expressão na **luta contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda**. E que nela tenham uma participação activa todos os que,

desde o primeiro dia, me têm manifestado o seu apoio e simpatia.

Urge nova actuação

Esta é uma candidatura que **afirma concepções e valores diferenciados** de todas as outras candidaturas em presença sobre importantes questões do debate político.

A minha candidatura reconhece ainda como razões acrescidas para a sua apresentação e presença no processo eleitoral das presidenciais o facto de, em pontos fundamentais, ter das decisões e das avaliações assumidas pelo actual Presidente da República uma apreciação claramente crítica.

De facto, o não distanciamento do actual Presidente da República em relação a muitas opções inseridas na política de direita e de subordinação nacional por parte do Governo em questões importantes de política interna e externa marcou este mandato e comprometeu expectativas criadas com a sua eleição.

A minha candidatura sustenta que os valores e os objectivos de esquerda devem ser coerentemente prosseguidos. A coerência na sua realização é compatível com o ser-se Presidente de todos os Portugueses e não pode ser condicionada pela vontade de reeleição. Os valores e projectos de esquerda são valores e projectos de futuro.

É na séria convicção de que o País precisa de um outro desempenho por parte do Presidente da República e que a direita, também aqui, nada traria de positivo, que esta candidatura responde afirmativamente a todos quantos a vêem como indispensável no debate político.

A minha candidatura **procurará, com determinação, no voto dos portugueses o apoio aos objectivos que corporiza.**



PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Afirmar a diferença

No início dum novo século, os países e os povos têm necessidades e aspirações muito diferentes daquilo que as organizações das economias e as relações internacionais dominantes permitem.

Estudos de diferentes organismos internacionais indicam claramente que persiste a tendência dos ricos serem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, e das manchas de exclusão alastrarem.

No início dum novo século, as consciências não suportam a revoltante contradição que se nos revela nos olhares de milhões de crianças com fome.

Não me peçam moderação, conformismo ou indiferença quando parte significativa da Humanidade morre de fome ou vive abaixo dos limiares da pobreza. Quando há jovens toxicod dependentes a morrer nas ruas e as economias dos Estados não dispõem a circulação do dinheiro que, por mais vezes que seja branqueado, continua muito sujo. Quando há milhares de casas devolutas e pessoas sem tecto. Quando os jovens estudam sem segurança no futuro. Quando os Estados promovem recuos civilizacionais ao porem em causa direitos fundamentais adquiridos arduamente ao longo de um século de lutas e conquistas.

Sou de uma geração que conquistou a liberdade e se entusiasmou com a independência dos povos, que deu corpo à revolta, que não perdeu a capacidade de indignação.

Sou dos que se empenha e dão a cara e que procura, formando equipa com muitos outros, construir soluções para os problemas reais.

Sou de uma geração que compreende a importância de dizer não. E que sabe, por aquilo que aprendeu nas escolas e na vida, que as mulheres e os homens deste País podem, na base duma outra política, permitir outra aplicação de novos conhecimentos, do desenvolvimento produtivo, da informação e das novas tecnologias, enfim, terem uma **vida melhor**.

Espaço de participação

Os avanços do conhecimento humano não se podem limitar a ser objecto de uso limitado, egoísta, no adorno do cinzento, da superficialidade ou da resignação.

Este novo século exige que o Homem possa dar novos passos. E que as instituições o sirvam, com avanços de civilização, aprofundando a democracia política, económica, social e cultural.

Apesar de não ter responsabilidades directas na governação, o Presidente da República pode e deve ter como referencial inspirador um **projecto de esquerda**. Projecto que decorra do que o 25 de Abril trouxe às realidades, consciências e vontades individuais e colectivas dos portugueses e da renovação e enriquecimento desse nosso marcante património.



Ao longo dos últimos anos, várias têm sido as discussões sobre maiores ou menores poderes presidenciais e sobre o lugar do Presidente da República no sistema de Governo. Quer em revisões constitucionais quer em eleições presidenciais, a conjuntura determinou os temas desses debates.

Entendo que o debate eleitoral se deve centrar na realização de valores e de um projecto de esquerda, a serem constantes referências do Presidente da República.

Na minha candidatura encontram expressão todos os que não se conformam com o empobrecedor nivelamento para o qual o debate político tende a ser arrastado. Todos quantos ambicionam sacudir este marasmo de escolhas e opções que à superfície emergem aparentemente sem alternativa. Todos quantos não se rendem perante as falsas fatalidades e a anes-

tesiante resignação cívica que se pretende estender à sociedade como modo de conduta e de vida.

A minha candidatura assume-se claramente como **um espaço** destinado a apelar à participação cívica e a estimular a intervenção de todos quantos lutam pela defesa de direitos.

Recusar superficialidade

Esta é uma candidatura que, recusando refúgio na superficialidade e nas circunstâncias, se declara pronta e determinada em transportar para o debate político e eleitoral a **afirmação da diferença e a promoção de valores**.

Uma candidatura que afirma o **valor do direito ao trabalho e do trabalho com direitos** como um eixo democrático essencial e um factor indispensável à valorização humana e ao progresso de Portugal.

Uma candidatura que afirma os **direitos sociais** como um pilar essencial de uma política nacional num Estado que se pretende reclamar moderno e avançado.

Uma candidatura que, afirmando a **justiça social e o combate às exclusões** como valores inalienáveis, ergue a sua voz com as chocantes desigualdades e a injusta repartição de rendimentos.

Uma candidatura que pretende devolver à democracia e ao seu exercício valores essenciais de **participação, de seriedade, respeito pela verdade e conduta ética**.

Uma candidatura que se pronuncia sem hesitação pelo **primado**

do interesse público e nacional sobre a egoísta visão de grupos e de interesses económicos que, numa nebulosa teia de relações com o poder, erguem impérios de riqueza que ofendem a consciência social de todos nós.

Uma candidatura que em nome da igualdade e da sua promoção efectiva assume a luta pela **dignificação do lugar da mulher na sociedade portuguesa** como uma grande causa nacional.

Uma candidatura que, transportando uma concepção de sociedade nova e com futuro para Portugal, reconhece na **juventude**, na sua criatividade e energia, condições indispensáveis para construir um país com uma dimensão de justiça e generosidade e com um reconhecimento de direitos e oportunidades que hoje lhes continuam a ser negados.

LOURES

Ilegalidade em Bobadela

O PCP vai accionar uma queixa-crime contra o Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela, Fernando Neves, por, numa «atitude ilegal» e abusiva, ter mandado retirar os painéis que aquele partido colocara na freguesia, denunciando alguns aspectos da política «desastrosa» do Governo PS, partido a que Fernando Neves pertence. O adiamento sistemático da construção de equipamentos de segurança e de saúde, assim como do Hospital de Loures - com terrenos já concedidos pela Câmara Municipal -, era um dos problemas denunciados pelos comunistas que, apesar de sempre se terem disponibilizado para analisar com a Junta de Freguesia situações que necessitem de localização alternativa, nunca por ela foram contactados. A denúncia cabe à Concelhia de Loures do PCP que, em comunicado à população, garante jamais abdicar do direito a divulgar as suas opiniões e reivindicações políticas.

CANADÁ

Festa assinala Festa

A organização dos comunistas portugueses no Canadá realizou recentemente, em Toronto, a sua «Festa do Avante», iniciativa-convívio que reuniu cerca de 50 militantes e simpatizantes do Partido e contou com a presença de um Conselheiro das Comunidades Portuguesas. Um dos objectivos da Festa, que teve vários momentos culturais e onde, a par de canções revolucionárias e da venda da imprensa e de outros materiais do Partido, abundava a boa comida, foi o de angariar fundos para o PCP

e permitir aos camaradas que por razões económicas não puderam ir à Festa na Quinta da Atalaia, desta forma a «marcar presença».

QUINTA DO CONDE

Cemitério abre finalmente

O Cemitério da Quinta do Conde abriu finalmente no passado dia 18, ainda que de forma envergonhada, já que a população apenas teve conhecimento do facto pela comunicação social. A Comissão de Freguesia da Quinta do Conde do PCP congratula-se com a concretização desta velha aspiração da população, lembrando, entretanto, que foi a luta desencadeada pelo PCP, e que envolveu a população, que obrigou a Câmara PS a acelerar o processo, «mostrando à evidência» que só quando se luta se consegue conquistar direitos.

ALEMANHA

José Lello criticado

Reuniu no sábado passado, em Düsseldorf, o organismo de direcção dos comunistas portugueses residentes na Alemanha que mais uma vez criticou as manobras do actual secretário de Estado para a Emigração, José Lello, no sentido de impedir a concretização do Tribunal que anulou a última eleição do Conselho das Comunidades Portuguesas. Os comunistas entendem que só uma reunião urgente de todos os conselheiros eleitos em todo o mundo poderá constituir uma solução legal respeitadora da decisão judicial.

O ODN da Alemanha ocupou-se ainda da preparação do 16.º Congresso, marcando para o próximo dia 4 de Novembro, em Calw, perto de Stuttgart, a discussão e votação das Teses e dos delegados e apelando aos membros e núcleos do Partido para que participem com o seu contributo individual e colectivo no estudo e aprofundamento dos documentos aprovados pelo Comité Central no próximo fim-de-semana.

HOLANDA

Governo apoia pouco

A comunidade portuguesa na Holanda continua a queixar-se do tratamento que o Governo português dá aos seus problemas, concluiu a organização do PCP, em plenário realizado em Amesterdão. Os comunistas estão particularmente preocupados com a situação relativa ao ensino da língua e cultura portuguesas que, naquele país, continua a não levar em conta os interesses dos alunos e pais que, afinal, suportam parte das despesas logísticas. De facto, o Governo português apenas suporta o custo de 3 professores, responsáveis por 150 alunos, sendo o Governo holandês que suporta os 30 professores que têm a seu cargo os restantes cerca de 500 alunos. O PCP está ainda preocupado com a chegada crescente à Holanda de muitos portugueses a trabalhar em situações precárias e tarefas sazonais nos sectores da agricultura e no porto de Roterdão, para os quais não existe qualquer acréscimo de apoios por parte das autoridades portuguesas.

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Um desempenho coerente

Um novo desempenho do Presidente da República terá que estar conforme com o regime democrático português consagrado na Constituição da República que implica a interdependência e controlos recíprocos dos diversos órgãos de soberania. Ao Governo cabe a condução política do País. Mas ao Presidente da República são atribuídos importantes poderes e a participação na afirmação de vontade política do Estado e dos Portugueses.

Relativamente ao acompanhamento da actividade do Governo, a minha candidatura entende que o Presidente da República deve:

- Estar atento ao **progresso da democracia política**, intervindo para que ela não seja afectada por alterações da legislação eleitoral, para que as decisões da administração estimulem e tenham em conta a vontade popular e para que os serviços públicos sejam mais efectivos para os seus utentes na garantia do exercício dos direitos e do empenho daqueles que os fazem funcionar.

- Verificar se se realiza o crescimento económico e **desenvolvimento**, sustentado e virado para a satisfação das necessidades básicas de todos, particularmente dos que vivem apenas dos seus salários, pensões e reformas.

- Decididamente olhar de frente para a questão da nossa **capacidade produtiva**, para que se construam as bases de um País que viva o presente mas trabalhe para ter um futuro melhor.

- Apoiar **iniciativas que atenuem as assimetrias regionais e combatam a desertificação** de vastas zonas, como a desconcentração de serviços públicos, a participação dos municípios em institutos regionais que substituam as actuais CCR's ou a implementação participada pelos municípios, de redes regionais de infra-estruturas.

- Ser um firme defensor do **ambiente e qualidade de vida** da responsabilização efectiva, por isso, do Estado e da conformidade das políticas de desenvolvimento com a defesa e promoção do ambiente e dos recursos naturais e a preocupação com o ordenamento e ocupação do território.

- Empenhar-se na **reforma do sistema fiscal** para que seja mais justo o peso e a repartição da carga fiscal e para que a evasão e os benefícios fiscais não continuem a prejudicar quem trabalha em benefício de grandes aplicações financeiras e especulativas.

- Não se limitar a reconhecer a crise da **Justiça** para se situar na promoção da efectiva igualdade da sua aplicação, no estímulo à sua celeridade e no combate às impunidades.

- Ter a preocupação de que a **Segurança Social** se consolide como direito fundamental, com a garantia dos direitos adquiridos, com elevação das suas prestações sociais e maior contribuição das empresas, e com o reforço do seu financiamento.

- Assegurar que ninguém seja discriminado no acesso aos cuidados de saúde de qualidade e que ao **Serviço Nacional de Saúde** seja assegurada uma condução humanista e democrática. E que, em particular aos idosos, sejam reduzidas as despesas de saúde.

- Na **Educação** estar atento à concretização da sua importância estratégica numa permanente valorização do ensino público de qualidade, com a progressão dos financiamentos, o esforço



da formação e a procura de soluções para alguns dos seus problemas mais angustiantes.

- Acompanhar o desenvolvimento de uma política nacional de **ciência e tecnologia**, em conformidade com as necessidades de desenvolvimento e uma **atitude cultural**, não elitista, que estimule uma diversificada produção cultural, de natureza erudita e popular e a sua fruição em suportes que possam compensar a redução da qualidade e de géneros que as audiências mediáticas têm vindo a impor.

- Questionar a recente evolução negativa no tratamento dos **direitos dos imigrantes** que, em vez do desejável alargamento do direito de residência, optou por uma autorização limitada no tempo, incompatível com legítimas expectativas, por exemplo na contratação colectiva ou no acesso ao crédito bancário.

- Insistir em apoiar uma outra atitude cultural e legislativa em relação à **toxicodependência**, também com a elevação dos níveis de tratamento e de reinserção social, uma outra prevenção a partir das escolas e outras medidas contra o narcotráfico e o branqueamento de capitais.

- Ser sensível aos **sintomas de insegurança** que hoje atravessam a sociedade portuguesa, apontado as suas causas mais profundas que são as desigualdades e a exclusão sociais e intervindo para prevenir tendências securitárias ou alarmistas e para que sejam tomadas medidas de reforço da acção policial nomeadamente a partir de esquadras de proximidade e dignificada, no respeito dos direitos dos cidadãos e da separação de poderes, a função policial nomeadamente com novos meios e com a consagração de direitos sindicais.

- Apreciar os riscos do actual **processo de integração europeia** e mobilizar a opinião pública para uma nova atitude que se baseie na igualdade dos direitos dos Estados, na prevalência dos seus interesses face às multinacionais, na justiça social e na convergência real das economias.

- Assumir as suas particulares responsabilidades nos campos da **política externa e de Defesa Nacional**, suscitando um grande debate nacional de que resulte a definição das grandes opções do conceito estratégico da Defesa Nacional. Assim como deve privilegiar as missões nacionais das Forças Armadas e zelar para que a participação em missões internacionais se faça no respeito do direito internacional, e fazendo respeitar o acesso ao associativismo profissional.

Em matéria de política externa deve procurar que se tomem mais iniciativas, com criatividade e na base de uma maior diversificação das relações externas. A independência de Timor-Leste deve ser o objecto de atenção crescente e de persistente solidariedade.

A independência e soberania nacionais são valores inalienáveis e compatíveis com uma mais activa cooperação internacional, que com a influência presidencial deverá levar ao desarmamento e à dissolução dos blocos militares e permitir construir um mundo mais justo, mais pacífico, mais fraterno e mais humano.

- Corresponder às aspirações dos **emigrantes**, que pela primeira vez vão votar em eleições presidenciais, com o estímulo a uma efectiva qualificação e expansão do ensino da língua e da cultura portuguesas, da melhoria da rede consular e de apoio ao associativismo.

Vencer a resignação

Tenho por certo que, à entrada de um novo século e de um novo milénio, Portugal precisa de **romper definitivamente com sucessivos ciclos de ilusão**, de autocontentamento e de sofisticadas maquilhagens da realidade que, à primeira crise ou mudança na conjuntura económica internacional, logo desabam e se desfazem, deixando à vista a subsistência de gravíssimos problemas estruturais da sociedade portuguesa.

E esses problemas vão da crise da ruína da agricultura nacional às questões do aparelho produtivo, dos alarmantes défices externos, com destaque para a balança comercial, à desertificação do interior e abandono do mundo rural, das desgastantes condições de vida nas grandes metrópoles urbanas à qualificação profissional.

Sustento com firmeza que, quaisquer que sejam as inegáveis condicionantes ou dificuldades, Portugal precisa que não se confunda a sua plena participação no **processo de integração europeia** com a sua sujeição reverente à ditadura de factos consumados que pedem sempre mais factos consumados, numa lógica infernal comandada pelos grandes interesses financeiros e pelo federalismo. Lógica essa que, distanciando-se cada vez mais dos povos e das suas aspirações, provoca a amputação e erosão das democracias e soberanias nacionais, fomenta e agita um caldo de cultura que um dia pode irromper na Europa com traços muito perigosos e inquietantes conseqüências.

Afirmar Portugal

Defendo com sólida convicção que a afirmação do papel de Portugal na vida internacional não se pode construir mendigando um lugar na fila dos **poderosos** que mandam no mundo. E que,

honrando o património dos grandes valores de Abril, em nome dos seus interesses mas também em nome da sua justa vinculação a interesses globais da humanidade, **Portugal precisa, sim, de ocupar corajosamente o seu lugar na corrente dos que se batem por uma ordem internacional mais justa**, que queiram resistir aos «diktats» dos mercados - essa entidade sem rosto e sem cartão de eleitor - que, por cima dos povos e Estados se vai apropriando de todas as decisões e escolhas. Portugal tem que se associar à corrente dos que exigem respostas eficazes e solidárias para os terríveis flagelos da fome, da miséria e da doença que mergulham grande parte da humanidade em indizíveis carências e sofrimentos.

Afirmo sem hesitação que a resposta aos problemas nacionais dispensa, certamente, visões esquemáticas que não estejam abertas para reconhecer mudanças e evoluções positivas e factores de esperança e dinamismo que se afirmem e desenhem.



Mas afirmo sobretudo que essa resposta não pode dispensar a funda compreensão de que é a exigência crítica, a insatisfação e a capacidade de sonho, de indignação e revolta e de luta contra tudo o que é injusto e intolerável e que melhor podem abrir novos horizontes e perspectivas de transformação e progresso e mais seguramente ajudar a vencer os desafios que nos interpelam enquanto povo e enquanto país.

Um percurso e uma experiência

O meu percurso político é, também, o de um grande partido político que tem, teve e terá um grande papel no nosso país. Pelo seu próprio projecto, pela capacidade de diálogo e cooperação, pela coerência entre o combate pela liberdade e o empenhamento profundo na democracia.

Na minha experiência pessoal tiveram particular importância o conhecimento de diferentes realidades sociais e regionais, o convívio e a procura de soluções com as populações dos bairros, com as escolas e com a juventude. Participo e participarei na luta e no trabalho pela realização dos direitos dos portugueses, tenho uma atitude de cooperação franca e leal com pessoas de outras correntes políticas e outras formas de estar, uma atitude de tolerância e firmeza, de saber ouvir e decidir.

É com base neste projecto, na coerência política daqueles com que me identifiquei e na minha experiência, que vos convido a apoiar esta candidatura e alargar os seus apoios, a suscitar iniciativas e a viabilizar uma campanha eleitoral com efeitos significativos no sufrágio popular.

A afirmar, enfim, fortes, sólidas e esperançosas **razões de esquerda para Portugal**.

Coimbra

«Cegueira» na Educação

O «desvelo» posto pelo Ministério da Educação na abertura do novo ano lectivo atinge níveis «ridículos», afirma a Organização dos Professores de Coimbra do PCP, ao mesmo tempo que denuncia a falta de medidas do Governo para o desenvolvimento da resposta pública de educação e ensino.

Em relação à cidade de Coimbra e à sua periferia, por exemplo, o facto de o Ministério manter contratos de Associação com colégios privados, a quem atribui «chorudos subsídios», e simultaneamente desvalorizar as escolas dos 2.º e 3.º ciclos e do Ensino Secundário - apesar destas escolas apresentarem níveis de qualidade de ensino superiores - indicia, para o PCP, um «processo lento de privatização do ensino e de desresponsabilização do Estado».

Se a isto se juntar os efeitos de uma política restritiva de financiamento público da Educação, evidentes nas reduções dos orçamentos das escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, na penúria de recursos das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e na inexistência de medidas adequadas à implementação da componente social nos jardins de infância (refeições e tempos livres), afirmar que o ano lectivo abriu com normalidade é, para os comunistas, «padecer de uma qualquer cegueira política» que não serve os interesses da Educação e do concelho.

Assim, os comunistas exigem que o Estado opte claramente pela defesa da Escola Pública mas entendem também que cabe à Câmara de Coimbra assumir também as suas responsabilidades, revendo nomeadamente a sua política de transportes públicos.

Açores Drama é a vida...

Em campanha eleitoral parece que tudo se decide aqui (e agora) e em mais lado (ou tempo) nenhum.

Movimentam-se exércitos por tempos concentrados, perde-se o apetite e perturba-se o convívio entre uns tantos, pretendendo chamar a atenção de todos. Mas esbarramos com a inércia natural da vida de muitos, corroída pelos problemas quotidianos, que cada vez menos tem a ver com estes calendários. Sem memória do dia anterior. Sem perspectivas para o dia seguinte... Eleições para quê? Fica tudo na mesma!

Política? Eu não quero saber disso para nada. A política é com os políticos, eu quero é saber da minha vida.

E zás! 50% de abstenções! A média fatídica das eleições nos Açores.

É que o drama (ou a comédia?) do voto cada vez mais se afasta do drama (ou da comédia) da vida. As encenações e os objectivos eleitorais cada vez se constroem mais na base dos que querem ser eleitos do que na base dos eleitores. Muitos afastam-se naturalmente por desinteresse. Mas outros, por cidadania ou esperança (ainda...), ou simplesmente na mira de qualquer fatia que lhes caiba do bolo, continuam a votar.

Investe-se muito, em pouco tempo, na encenação dramática eleitoral e, com isso, tenta-se esvaziar momentaneamente (apenas o tempo de garantir o lugar) a memória da vida e dos seus problemas.

Vem isto a propósito de mais uma cena eleitoral recentemente posta em palco por quem ambiciona, mais do que tudo o resto, libertar-se de uma incómoda maioria relativa com que se viu confrontado nos últimos quatro anos.

Afastado que foi de cena, por bom senso dos espectadores, a agitação do perigo do regresso do PSD ao poder, aparece agora em segundo acto o fantasma da possível vitória dos «perdedores». Caso não vá tudo a correr a votar no PS em 15 de Outubro, mesmo de olhos fechados ou contrariados, os perdedores (PSD e PP) juntam-se e tomam de assalto o lugar dos vencedores (?).

Ora esta cena não é nova nem oferece perigo algum. A memória é (fazem-na) curta, mas tanto também não. Então, há pouco mais de um ano, com Costa Neves na liderança do PSD/Açores, não foi precisamente essa cena ensaiada? E não foi esse perigo imediatamente afastado, porque apesar de PSD e PP terem juntos 27 deputados (contra 24 do PS), o simples facto da CDU, mesmo só com um deputado, não ter alinhado nela (tal como não voltaria a alinhar) impediu a jogada à nascença? É que, apesar de terem mais deputados (devido ao nosso errado sistema eleitoral), PSD e PP, somados, não tinham mais votos que PS e CDU...

Então porquê agitar fantasmas, sr. candidato/presidente Carlos César?

Deixe lá os eleitores, que apesar de tanta dramatização fictícia ainda não desistiram (felizmente) de ir às urnas, votarem serenamente de acordo com a sua consciência e vontade.

Os problemas reais também dependem dos votos, mas para dramas basta a vida!

● Mário Abrantes

O Governo não defende
os interesses da agricultura

Produção de leite já ultrapassa quotas

O ano 2000 foi um ano perdido na utilização de fundos comunitários, nomeadamente em investimentos e ajudas agro-ambientais, conclui a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco depois de analisar a situação política e social do distrito.

No decurso da reunião que realizou no fim de semana passado, a DORCB considerou ainda, no que respeita à produção leiteira, que o Governo não soube defender os interesses da agricultura, uma vez que a actual produção já ultrapassa as quotas impostas, estando agora os agricultores a receber cartas das empresas de recolha avisando-os das multas a que se encontram sujeitos por terem melhorado as suas explorações.

No que respeito aos enormes incêndios florestais que deflagraram no distrito, designadamente no Parque Natural da Serra da Estrela, em Castelo Branco e na zona do Pinhal, eles vieram com-

provar, por sua vez, a ineficácia da política seguida nesta área, razão por que os comunistas defendem a urgente tomada de medidas de prevenção, como sejam, entre outras, o ordenamento da floresta nacional com florestação diversificada de espécies, a limpeza de matas, a abertura de caminhos e aceiros e a prioridade de apoios aos meios terrestres, bombeiros voluntários e sapadores, em detrimento da actual política de privilégio dos meios aéreos.

Combater assimetrias

Tendo em conta a proximidade da apresentação do

novo Orçamento de Estado e do PIDDAC para 2001, os comunistas de Castelo Branco iniciaram também a avaliação ao grau de execução do PIDDAC deste ano, constatando, num primeiro balanço, que, para além das verbas definidas serem diminutas, elas destinam-se a pagar obras já realizadas, como os acessos ao túnel da Gardunha, ou a muitas obras que ainda não iniciaram e dificilmente serão concretizadas até final do ano (caso da Linha Férrea da Beira Baixa e do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco). Assim, o PCP defende não só um acréscimo de verbas para a implementação de projectos nos distritos do Interior que permitam combater as assimetrias regionais mas também que as verbas não aplicadas

Verbas não aplicadas este ano devem ser reafectadas ao PIDDAC 2001

este ano sejam reafectadas aos montantes atribuídos ao distrito em 2001. Alvo de crítica é igualmente a utilização propagandística que o Governo faz de planos como o PROESTELA, o RETEX e o IMIT que, afinal, pouco ou nada têm contribuído para a modernização global da indústria têxtil, na medida em que os apoios obedecem a uma

lógica de concentração. Como exemplo, o PCP refere as soluções encontradas para a viabilização das empresas CIL, Moura Matos e Laniber que apenas conseguiram manter 120 postos de trabalho, num processo de concentração da indústria têxtil que poderá trazer maiores dificuldades a pequenas e médias unidades industriais.

PCP recebe PAICV

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, recebeu José Maria Neves, Presidente do PAICV, na sede do PCP. Durante o encontro foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos.



▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Manuel Celorico Moreira

Faleceu, no dia 21 de Setembro, com 64 anos de idade, vítima de doença prolongada, o camarada António Manuel Celorico Moreira, professor de educação física e natural de Oeiras. Membro do Partido desde 1975, foi sempre um activo defensor dos interesses dos trabalhadores e do povo do seu concelho. Foi vereador da Câmara Municipal de Oeiras entre 1974 e 1993 e desde essa data deputado municipal pela CDU, responsabilidade que exerceu com reconhecidos benefícios para a população do concelho. Figura de grande prestígio e méritos firmados nos meios desportivos e da Educação Física, foi eleito para vários cargos e funções no Movimento Associativo que desempenhou com grande dignidade. Foi membro fundador da Sociedade Portuguesa de Educação Física, presidente da Federação Portuguesa de Halterofilismo, entre 1977 e 1993, vice-presidente do Comité Olímpico de Portugal, entre 1980 e 1992, e chefe da Missão Portuguesa aos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Recebeu a Medalha de Mérito das Federações Europeia e Portuguesa de Halterofilismo e o Prémio do Comité Internacional Olímpico - Unidade do Movimento Olímpico - em 1995. Ultimamente presidia à Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Halterofilismo, que representava no Comité Olímpico de Portugal.

Fernando Valério Arruda Passos

Faleceu também no dia 21 de Setembro, com 58 anos de idade, o camarada Fernando Valério Arruda Passos, membro do Partido desde 1960. Activista da luta contra o regime fascista, militou na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal e, como agitador, fez amplas distribuições de documentos na campanha do General Humberto Delgado e na preparação do 1.º de Maio de 1962. No serviço militar desenvolveu actividades contra as guerras coloniais. Foi ponto de apoio do Partido durante a clandestinidade e após o 25 de Abril.

Guilhermina Sequeira Guimarães

Faleceu, no passado mês de Junho, com 88 anos de idade, a camarada Guilhermina Sequeira Guimarães. Membro do PCP desde a clandestinidade, desempenhou, ao longo dos anos, inúmeras tarefas, devendo salientar-se a sua participação na «Festa do Avante!». Estava organizada no Bairro 6 da freguesia do Barreiro.

Luis José de Abreu

Faleceu com 102 anos de idade, o camarada Luís José de Abreu. Emigrado na Austrália, fazia parte da organização local dos comunistas portugueses. Começou a trabalhar muito jovem nas oficinas da Câmara de Lisboa, onde passou a integrar o movimento anarco-sindicalista, tendo vindo a participar na actividade política do Socorro Vermelho e das Juventudes anarco-sindicalistas. Em 1916 recusou-se a fazer a tropa, foi preso e deportado para Moçambique. Mais tarde seria deportado para Timor, onde contactou com deportados da revolta em Portugal de Fevereiro de 1927 - contra a ditadura fascista -, entre os quais membros do PCP com quem se organizou. Desenvolveu uma importante acção social em Timor, que lhe trouxe grande prestígio. Após o 25 de Abril, com a invasão de Timor pela Indonésia, refugiou-se na Austrália, onde acabou por se fixar e por manter uma actividade militante.

Maria Estela Sousa Silva

Com 79 anos de idade, faleceu no passado dia 6 de Setembro, a camarada Maria Estela Sousa Silva. Bióloga e investigadora, foi responsável pelo Laboratório de Microbiologia Experimental do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA). Membro do Partido desde 1976, fez parte do Secretariado da célula do INSA e do grupo de trabalho de saúde da ORL.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

12 mil estudantes ficaram de fora do ensino superior

Permuta de vida

Na semana passada foram publicados os resultados do concurso de acesso ao ensino superior. Muitos foram os que não entraram. Falámos com um estudante que conseguiu um lugar na universidade e dois que tiveram de adiar o sonho de continuar a estudar.

«Permuta de vida», lia-se, em letras grandes, num cartaz afixado na Reitoria da Universidade de Lisboa, na quinta-feira. Depois de um ano de tensão, desespero e muito estudo, mais de 52 mil estudantes do ensino secundário correram para as listas publicadas pelo Ministério da Educação para descobrir se afinal tinham ou não entrado no superior, muitos deles depois de tentar aceder aos resultados pela internet.

Para os 12 495 alunos que se candidataram e foram excluídos, aquela frase (quem terá tido a iniciativa de afixar aos olhos de todos?) vai ao encontro dos seus sentimentos. Tentando controlar a desilusão, abrem o jornal para descobrir qual a média do último aluno a entrar nos cursos que pretendiam. Muitos falam em diferenças de décimas e revoltam-se contra o sistema: a avaliação que afinal não é contínua, os exames nacionais, as poucas vagas...

O Ministério da Educação adianta que 58 por cento dos candidatos entraram na primeira opção, 18 por cento na segunda, 10 por cento na ter-

ceira e sete por cento na quarta. No total foram colocados

As vagas da primeira fase aumentaram, mas as da segunda fase diminuíram 17,3 por cento

40 100 alunos. E lembra que o número de vagas da primeira fase aumentou, sem dizer que as vagas da segunda fase diminuíram 17,3 por cento em relação ao ano passado.

Numa coisa todos concordam: as médias continuam altas e há mesmo alguns cursos onde subiram, como é o caso de Enfermagem.

Médias

Mas, se muitos viram o seu nome acompanhado pela sentença «Não Colocado», muitos mais foram os que nem sequer puderam concorrer devido aos exames nacionais.

Foi o caso de Daniel Monteiro, de 18 anos, de Coimbra, aluno da área de Artes, que tinha média de 13,3. O que o impediu de entrar em Engenharia Civil não foi a sua média, mas sim o resultado negativo no exame de Física. Conclusão: não terminou o secundário nem pôde concorrer ao superior.

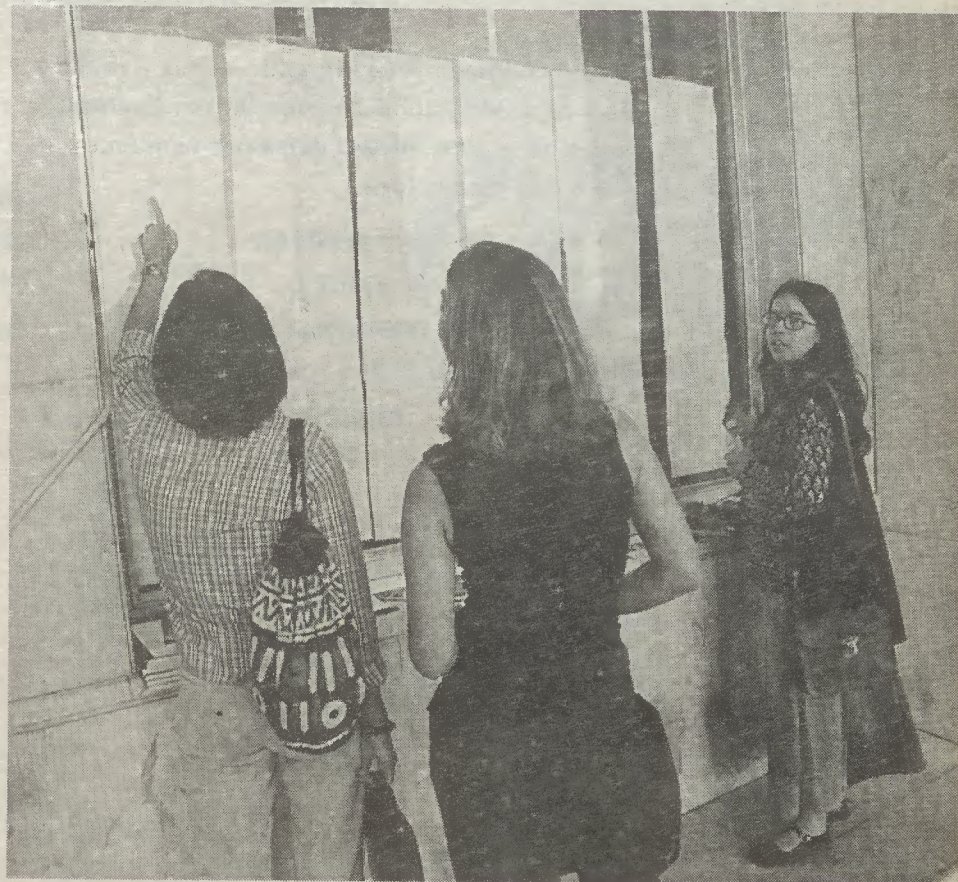
Entretanto, Daniel não baixou os braços e fez o exame de Física na segunda época. Os resultados saem amanhã. Então verá se se pode candidatar à segunda fase, mas sabe que «é difícil por causa das vagas».

«Não há vagas suficientes para todos os estudantes que querem entrar», lamenta Daniel. «Há pessoas que concorrem com uma média bastante boa e não conseguem ficar nos cursos que pretendem. Mais tarde, quando entrarem no mercado de trabalho, não vão ser grandes profissionais porque não vão estar a trabalhar naquilo que gostam.»

Pré-requisitos

Mauro Paula, também de Coimbra, viu-se igualmente impedido de se candidatar mas por não ter passado nos pré-requisitos. Queria entrar na Faculdade de Ciências do Desporto da Universidade de Coimbra, mas só quinze dias antes da prestação dos pré-requisitos soube que teria de fazer provas de natação, desportos colectivos, atletismo e ginástica.

Mauro foi eliminado logo no primeiro dia, em natação. Antes disso, assinou um termo de responsabilidade, comprometendo-se a não fazer pré-requisitos noutra instituição, um documento ilegal. Outros colegas fizeram-nos em



Muitas vezes são escassas as décimas que separam o estudante do curso pretendido

mais do que um sítio, passaram e entraram na faculdade. «Cortaram-me logo as hipóteses de poder entrar. Vou parar a minha vida durante um ano», diz, revoltado.

O ginásio da escola que Mauro frequenta foi transformado em sala de aula no ano passado e as aulas de educação física são dadas no Estádio Universitário, obrigando os alunos a fazer uma deslocação de três quilómetros. Mesmo assim, nem sempre há condições para todos terem aula.

«Preparei-me como pude. O acompanhamento não foi o mais indicado.»

Mauro vai passar o ano lectivo a fazer melhoria de notas, mas não cala a sua indignação contra o sistema de acesso ao superior. «Andamos três anos no

secundário a ouvir falar em avaliação contínua e depois vamos fazer um exame que vale 50 por cento da média... O sistema não é justo. Quem tem dinheiro é favorecido, porque ou tem explicações ou vai para um colégio subir a média.»

«Foi uma vitória»

Raul Carvalho entrou em Estudos Portugueses, variante do curso de Línguas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Apesar de esta licenciatura ser a sua segunda opção e de nunca ter feito parte dos seus planos de vida, Raul ficou eufórico quando viu

profissão da sua área de estudos. Muito ligado à música, tinha o sonho de seguir Estudos Musicais, mas viu-se impedido por os pré-requisitos exigirem o 8.º grau do Conservatório Nacional.

«Decidi parar um ano essencialmente por não saber o que queria fazer. Arranjei dois empregos, um de manhã e outro

aprender mais sobre isso». No entanto, não se candidatou a esta licenciatura, porque não fez o exame nacional de Sociologia por nunca ter tido a disciplina. Agora, pensa pedir transferência no próximo ano.

«Isto foi mais ou menos um jogo de interesses. Visto eu não me poder candidatar ao curso que queria, o primeiro objectivo era entrar na faculdade. O segundo era entrar num curso interessante», diz.

Para ingressar no superior, Raul fez o exame de Português, mas teve de ultrapassar algumas dificuldades. «A matéria era muito diferente da que dei no ano passado. Aliás, nunca dei os autores que saíram no exame.»

Com uma média de 14 valores, o novo estudante universitário diz que só conseguiu entrar porque «as vagas aumentaram e as médias baixaram». «O sistema não é correcto. Não há oportunidades para toda a gente», afirma.

«No 12.º ano não somos preparados de maneira nenhuma para ingressar na universidade. Até fazermos os exames e saírem os resultados das candidaturas, não temos a mínima noção do quão difícil é ingressar no curso que queremos», acrescenta.



Raul Carvalho no pátio da faculdade: «Não há oportunidades para toda a gente»

os resultados: «Senti-me feliz. Foi uma vitória. Consegui finalmente!»

Raul frequentou o ramo científico-natural, numa escola secundária de Almada, mas não quis seguir nenhuma

à tarde, e, depois de ganhar alguma maturidade, comecei a definir o que queria seguir», explica.

Optou por Sociologia, «para aprofundar os meus conhecimentos. Quero

JCP exige novo sistema



A JCP não esquece os 12495 estudantes, que ficaram de fora do ensino superior público e afirma que o aumento de vagas não corresponde em nada a um processo de eliminação do *numerus clausus*, ao contrário do que o Governo e o Ministério da Educação têm vindo a dizer.

Mário Rui Peixoto, da Direcção Nacional da JCP, sublinha que o crescente insucesso e abandono escolar no secundário não pode ser desligado desta questão: «Se é verdade que são mais as vagas no ensino superior comparativamente ao ano anterior, é preciso que se diga que são cada vez menos os estudantes que conseguem acabar o ensino secundário.» No ano lectivo de 1997/98, por exemplo, apenas 53 por cento dos alunos do 12.º ano conseguiram concluí-lo.

Assente numa avaliação que os jovens comunistas consideram «injusta», o ensino secundário cota os alunos com base em provas eliminatórias: as provas globais e os exames nacionais.

«Mais uma vez milhares de estudantes são atirados para o abandono escolar e milhares de famílias são forçadas a recorrer, por via de sacrifícios vários, ao ensino superior privado», denuncia Mário Rui Peixoto.

«O Governo prefere continuar com esta política educativa elitista, de exclusão social e demagogia em vez de optar por um real investimento na educação, na criação de incentivos e, ao eliminar-se o *numerus clausus*, num processo de acesso ao ensino superior público para todos que harmonize as necessidades do País com as opções dos candidatos», denuncia.

Em relação à remodelação do Governo e a substituição de Oliveira Martins por Santos Silva, Peixoto diz que «muda a cara do Ministério, mas a política de ensino é a mesma». «É um trabalho contínuo, não há mudança significativa na maneira de encarar a educação», acrescenta.

Com solidariedade

Os trabalhadores excedentários da Manuel Pereira Roldão receberam, ao longo dos últimos dias, a activa solidariedade de algumas estruturas representativas de trabalhadores do ramo vidreiro e da Câmara Municipal, que aprovou por unanimidade uma proposta dos vereadores da CDU. As comissões de trabalhadores e as comissões sindicais das empresas vidreiras Mandata, Ricardo Gallo e Santos Barosa referem nas suas notas à comunicação social as horas difíceis que vivem aqueles trabalhadores. As comissões repudiam o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo PS em 1996 e exigem que sejam tomadas as medidas necessárias para a resolução deste problema que, lê-se no comunicado das comissões da Mandata, chega «nalguns casos à fome». A solução, para os representantes dos trabalhadores do sector, e com o acordo (verbal) do Governo na pessoa do ex-ministro da Economia Augusto Mateus, passa pela garantia que «aos trabalhadores com mais de 55 anos serão accionados os mecanismos necessários de excepção para que acedam à situação de reforma sem qualquer penalização».

Sem elevador

O Instituto do Consumidor, em Lisboa, está desde 1 de Outubro de 1999 sem elevador, o que obriga os trabalhadores a um enorme esforço diário, tendo que subir a pé, pelo menos duas vezes por dia, para poderem trabalhar. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, em comunicado de 26 de Setembro, assinala a «efeméride». Se «falamos de trabalhadores que têm de se deslocar dentro do serviço, então o exercício físico compulsivo e sem atender a condições de saúde, aumenta consideravelmente». No comunicado, o sindicato acusa o presidente do Instituto e o secretário de Estado de fazerem «orelhas moucas».

Com preocupações

Os músicos da Orquestra Sinfónica Portuguesa afirmam que o seu futuro se mantém indefinido, exigem um «espaço condigno» para trabalhar e acusam o Teatro Nacional de S. Carlos de faltar a compromissos assumidos. Para tratar esta situação, o Sindicato dos Músicos convocou para anteontem nas suas instalações em Lisboa uma conferência de imprensa que contará com a presença de dirigentes sindicais e elementos da comissão da dita orquestra.

A lei do PS, com a remição obrigatória, só veio piorar uma situação ilegal há 16 anos

Acidentados para negócio

O Governo nada fez para concretizar a integração dos acidentados de trabalho na Segurança Social, mas abre novas portas para aumentar os lucros das seguradoras.

«A maioria dos sinistrados do trabalho ainda não recebeu este ano um tostão», denunciou o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, num comunicado em que assinou o 3.º aniversário da publicação do novo Regime Jurídico da Reparação dos Acidentados de Trabalho e das Doenças Profissionais.

A Lei, publicada a 13 de Setembro de 1997, só foi regulamentada em 30 de Abril de 1999, para produzir efeitos a partir de 1 Janeiro de 2000. «O objectivo da lei era calar o coro de protestos pela forma escandalosa como as seguradoras tratam os sinistrados do trabalho» para «garantir lucros, seja de que forma for, ainda que à custa do sofrimento e da miséria», acusa o sindicato, que vê nesta lógica «a única razão por que, ao longo dos anos, um número significativo de trabalhadores continua a receber pensões ridículas, nalguns casos de apenas umas centenas de escudos, ditas para compensar acidentes de trabalho graves que, na maioria dos casos, resultaram em deficiências irreparáveis».

Mas, recorda o sindicato, «já em 1984 os ministérios das Finanças e do Plano, do

A lei admite que o valor da remição pode ser posto a render mais de 5 por cento

Trabalho e Segurança Social e da Saúde ficaram obrigados, por lei, a elaborar um plano com vista à integração dos acidentados de trabalho na Segurança Social». Só que tal nunca foi feito, «permitindo que, há já mais de dezasseis à margem da lei, se mantivesse um negócio a todos os títulos abjecto».

Ainda pior

O novo quadro legal, «por inépcia do Governo, em vez de melhorar a situação, ainda a piorou», protesta o sindicato, apontando o que está a acontecer com a remi-



Os sinistrados do trabalho são tratados pelas seguradoras de uma forma escandalosa (foto de arquivo)

valor das prestações devidas aos trabalhadores sinistrados).

Antes, a remição era possível apenas com o acordo do pensionista; agora, foi instituída a remição obrigatória para todas as pensões

são «a esmagadora maioria». O sindicato protesta também contra os critérios definidos: «por um lado, para a determinação do capital de remição, fixou-se a esperança de vida activa praticamente ao nível da idade da reforma e, por outro, admite-se que a remição vai permitir a aplicação por inteiro, com taxas superiores a 5 por cento, como se os acidentados fossem gente que não precisa daquele dinheiro para viver e com conhecimentos de «*expert*» em aplicações bolsistas».

A coberto da lei, as seguradoras (o sindicato refere «algumas», mas interroga se não serão «todas») enviaram no princípio do ano cartas comunicando aos sinistrados a suspensão do pagamento da pensão e que «a mesma será obrigatoriamente

remível no ano em curso, em acção a dinamizar pelo Tribunal do Trabalho». A fechar, as cartas diziam que «oportunamente, o Tribunal de Trabalho notificá-lo-á da entrega do respectivo capital de remição».

Desta forma, denuncia o sindicato, «criou-se uma situação de facto, já que muitos sinistrados, estando há meses sem a pensão e olhando ao seu valor ridículo, preferirão por certo remi-la por uma insignificância, permitindo às seguradoras o encaixe de mais uns milhões de contos».

O sindicato conclui que, com medidas como esta, «a política social deste Governo fica a nu», «continua a ser mais sensível aos interesses do grande capital do que aos legítimos anseios dos trabalhadores».

Morte na Praia da Tocha

O pescador Ramiro Gonçalves faleceu sábado, vítima de acidente numa embarcação de pesca com arte xávega, provocando consternação e dor entre os seus camaradas da Praia da Tocha. Uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, expressando pesar, recorda que os pescadores que apenas têm na arte xávega o seu sustento (além das «majoeiras», ainda ilegais, no Inverno), fazem-se ao mar «pondo em risco as suas vidas», em condições que «importa reconhecer e valorizar, criando e adoptando medidas» para melhorar as suas condições de vida, trabalho e segurança.

ção das pensões (possibilidade de as seguradoras liquidarem de uma só vez o

de sinistrados com menos de 30 por cento de incapacidade permanente parcial, que

Patrões da hotelaria recorrem à força

Cinco trabalhadoras de um restaurante de um centro comercial de Vila Nova de Gaia apresentaram uma queixa-crime na PSP local contra o patrão, por terem sido insultadas, informou segunda-feira o Sindicato da Hotelaria do Norte.

Segundo o SHN/CGTP, citado pela Lusa, o caso que deu origem à queixa – entregue no Tribunal na passada sexta-feira – ocorreu após o final de obras que decorreram no estabelecimento onde trabalhavam, quando as cinco mulheres se apresentaram ao serviço, de acordo com o estabelecido pela lei e conforme o que tinha sido acordado com o patrão. Porém, refere o sindicato, a empresa para quem trabalhavam trespassou o restaurante e o novo sócio-gerente recebeu-as «com insultos e ofensas à honra e dignidade». O SHN indica, mesmo, que uma delegada sindical chegou a ser agredida, acto que só não teve mais consequências porque um cozinheiro e a gerente da loja terão «travado» o patrão.

Sandra Silva, delegada sindical e uma das trabalhadoras em causa, disse ter sido insultada e «agarrada pelo braço» pelo sócio-gerente. A trabalhadora explicou ainda que no seu local de trabalho encontram-se agora a prestar serviço jovens vindas de outro centro comer-

cial do Porto e de outro restaurante.

Também no Funchal foi vítima, «por parte da entidade patronal», de «bárbara agressão, originando internamento hospitalar», uma trabalhadora do *snack-bar* «Bela 5». Tal sucedeu «só porque a trabalha-

dora reclamou os seus direitos», denunciou a direcção nacional da Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo. Na sua reunião de dia 13, a estrutura dirigente da Fesaht/CGTP repudiou a agressão e exigiu «das autoridades competentes as devidas sanções».

Melhores salários

O sector «tem boas condições para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores», sublinha a federação, que aprovou um conjunto de reivindicações a apresentar às associações patronais e ao Governo.

À cabeça, surge a exigência de «crescimento substancial dos salários», salientando que estes estão, em média, 30 por cento abaixo do que se pratica nas restantes indústrias. A Fesaht reclama ainda melhor organização do tempo de trabalho e redução para 35 horas semanais, o alargamento das férias para 25 dias úteis, o cumprimento efectivo da legislação sobre higiene, saúde e segurança, formação profissional adequada e dignificação das carreiras profissionais, o combate à precariedade «escandalosa» e o pagamento, com um acréscimo especial, do trabalho prestado aos sábados, domingos e feriados.



Aos baixos salários, à precariedade e ao trabalho suplementar não remunerado junta-se a brutalidade de alguns patrões (foto de arquivo)

Sempre com os trabalhadores, há 30 anos

Festejar e persistir

A CGTP comemora o seu aniversário «com o espírito de quem nunca desiste de lutar nem nunca se dá por satisfeito», confiante que «este é o caminho do futuro».

Fundada a 1 de Outubro de 1970, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional orgulha-se de ter estado «sempre com os trabalhadores», possuindo «uma existência plena de solidariedade, de intervenção e de luta, na defesa da

classe trabalhadora e por uma sociedade cada vez mais justa, livre, democrática e desenvolvida».

No manifesto do 30.º aniversário recorda-se que a *Inter* «atravessou uma época invulgar de transformações políticas, económicas, científicas, sociais e culturais

radicais no nosso país, na Europa e no Mundo», notando que ela própria «foi motor e garante de importantes transformações democráticas». «Por mérito próprio, afirmou-se como a grande central dos trabalhadores portugueses, representativa, coesa, reivindicativa, proponente e sempre presente e activa em prol da classe tra-

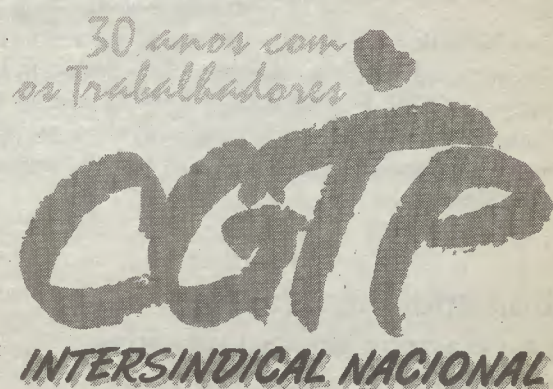
balhadora», salienta-se no documento.

A CGTP faz anos afirmando «um sindicalismo de classe no Século XXI»

O ano em curso, recorda a central, «fica marcado por uma intensa combatividade e grande mobilização de trabalhadores» no País. São referidas «muitas lutas de empresas, manifestações e greves e outros duros combates travados em torno da contratação colectiva, da defesa da Segurança Social e do emprego de qualidade, assim como a grandiosa manifestação da CGTP-IN contra a precariedade e por emprego de qualidade, quando da Cimeira Extraordinária da UE de 23 de Março, com cerca de 80 mil pessoas», bem como a participação na manifestação da CES, dia 19 de Junho, que «juntou no Porto mais de 50 mil trabalhadores europeus».

Escreve-se com trabalho

No manifesto reafirma-se que «o futuro continuará a escrever-se com trabalho e com a luta dos trabalhadores» e que «a CGTP-IN continuará a desenvolver no século XXI o sindicalismo das classes trabalhadoras». «Juntos vamos continuar a lutar por melhores salários, por qualidade de emprego, pela dignificação do trabalho, por melhores ensino e formação profissional, por justiça social, contra as discriminações e contra a exclusão, por uma



Ponto alto no programa

As iniciativas de comemoração dos 30 anos não se limitam apenas a estes dias, próximos de 1 de Outubro, mas têm no próximo sábado, dia 30, o seu ponto alto:

- às 10 horas tem início, na Academia Almadense, um plenário nacional de sindicatos, onde vão ser prestados depoimentos a propósito do aniversário e vai ser colocado o enfoque nos «desafios imediatos para a melhoria das condições de vida e trabalho – acção reivindicativa da CGTP-IN»; será projectado um filme alusivo à efeméride;

- às 18.30 começa, nas instalações do Centro de Férias do Inatel na Costa de Caparica, uma sessão comemorativa, em que intervirão o secretário-geral da central e o Presidente da República; segue-se um jantar de confraternização.

Desde a semana passada e até 20 de Outubro decorrem plenários, que as estruturas sindicais pretendem efectuar sobretudo em empresas com maior número de trabalhadores, e iniciativas regionais. Para hoje, por exemplo, a União dos Sindicatos do Porto convocou uma conferência de imprensa onde irá abordar as comemorações do aniversário, ligando-as à situação social no distrito.

maior equidade fiscal, por melhor ambiente nos locais de trabalho, pelo acesso generalizado a bons cuidados de saúde, por horários mais humanos, que permitam mais tempo para a

família e para a valorização individual e social de cada um de nós, numa palavra, pela efectividade dos nossos direitos laborais e sindicais», proclama a central.



Nestas três décadas a CGTP foi «motor e garante» de importantes conquistas (foto de arquivo)

Forte também em números

A CGTP-IN é reconhecida como a maior organização social do País, fortemente implantada nos locais de trabalho, nos diferentes sectores e regiões, dotada de grande número de activistas, dirigentes eleitos e outros quadros experimentados na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Na semana passada a central recordou alguns números, apurados no último congresso, em Dezembro, que retratam a sua força e influência, ressaltando que «continua a existir uma forte adesão dos trabalhadores aos seus sindicatos, às suas propostas e objectivos de luta». A par de uma grande influência na sociedade e apoio por parte das mais variadas camadas sociais, na CGTP «estão filiados ou a participar nas suas iniciativas e a agir em torno das

suas propostas e objectivos a grande maioria dos sindicatos portugueses – praticamente todos os sindicatos operários representativos e a maioria dos sindicatos de serviços, destacando-se a Administração Pública».

Participaram no 9.º Congresso 144 sindicatos (101 filiados, 32 não filiados e 11 observadores), 21 uniões distritais e 14 federações sectoriais.

Tendo em conta o número de associados de cada sindicato, a representatividade geral do congresso ultrapassou os 763 mil trabalhadores (645 mil sócios de sindicatos filiados na *Inter* e 128 mil de não filiados, destacando-se aqui os sindicatos dos professores, que são metade desta fatia, tendo a Fenprof um acordo de cooperação com a CGTP).

Instabilidade é a regra nos super e hipermercados

A mobilidade (saídas e entradas) dos trabalhadores das grandes superfícies comerciais atinge os 50 por cento, disse o presidente do CESP/CGTP, afirmando que «esta situação faz parte das políticas de gestão das próprias empresas».

Falando aos jornalistas em Coimbra, após uma reunião em que foi debatida a política reivindicativa para o próximo ano no sector do Comércio, Escritórios e Serviços, Manuel Guerreiro apresentou os resultados de um estudo que teve por base os dados dos balanços sociais de 14 grandes firmas, divulgados pelas empresas e

relativos a 1998. Nesse ano, num universo de 44 261 trabalhadores, saíram das empresas 20 232 (na sua maioria, jovens do sexo feminino, com idades inferiores a 30 anos).

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) e o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte (Cesnorte) – estruturas da CGTP que estão em processo de reestruturação sindical, apontando para a criação de uma única organização sindical de âmbito nacional – reivindicam para 2001 a valorização dos salários, a redução do horário de

trabalho semanal sem redução de salário e mais dias de férias anuais. Reclamam ainda a valorização das carreiras profissionais e a redução das assimetrias salariais regionais (existem duas tabelas salariais, com valores diferentes, conforme a zona do País a que se aplicam).

A divulgação e aplicação das leis e convenções colectivas, o respeito pelos direitos dos trabalhadores nos locais de trabalho e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais «humanizados, com encerramento ao domingo» são igualmente exigências dos sindicatos.

Reforma fiscal repete intenções e promessas

A proposta de reforma fiscal apresentada pelo Governo «é um documento em que se repetem intenções e promessas deste e do anterior governos do Partido Socialista» e onde até alguns pedidos de autorizações legislativas foram já formulados noutros momentos, designadamente quando da discussão do Orçamento de Estado para o corrente ano, comenta a CGTP.

Numa conferência de imprensa dada no dia 20, a central considerou que as linhas fundamentais da reforma da tributação do rendimento das pessoas singulares não são «a reforma fiscal de que o País precisa para pôr termo ao maior escândalo social» que se observa em Portugal.

Para a CGTP, «a reforma fiscal é um assunto muito sério, para se adiar permanentemente e para se apresentar uma proposta sem o mínimo de concretização», pelo que exige dos «intervenientes directos» que tenham

«a coragem de fazer uma reforma que desagrade os impostos dos trabalhadores e faça pagar impostos os que sistematicamente fazem fuga e fraude fiscal». Com tal atitude, «o País beneficia, porque poderá desenvolver as receitas fiscais necessárias aos investimentos e oferecer melhores políticas sociais».

É reconhecida como positiva a intenção, expressa pelo Governo, de criar uma única categoria de rendimentos de actividades empresariais e de trabalho independente. No documento distribuído aos jornalistas, a CGTP cita o presidente da Comissão de Revisão do IRS, ao afirmar que «o verdadeiro problema da categoria B sempre se situou ao nível das receitas não declaradas e, na categoria C e D, a nível da omissão de proveitos». Assim, «tudo depende do que vier a ser considerado em concreto para o regime de apuramento do rendimento colectável», recordando a central que «há 5 anos que o Governo do PS

fala nos métodos indiciários, que foi metendo na gaveta, face às manifestações corporativas que foram surgindo e que querem manter a situação de não pagar impostos».

Também ao positivo ónus de prova falta a derrogação do sigilo bancário e falta resolver as questões da celeridade dos recursos judiciais. O previsto englobamento de rendimentos da alienação de acções e outros valores mobiliários, que a CGTP sempre defendeu, acaba por só abranger as mais-valias adquiridas após a entrada em vigor da lei.

Quanto ao desagravamento fiscal dos trabalhadores, a proposta suscita «indignação», pois «nada adianta quanto a taxas e escalões, nem sobre a dedução específica» e apenas refere a subida do valor da dedução de despesas de educação para agregados com 3 ou mais dependentes, «para satisfazer, possivelmente, as reivindicações das associações das famílias numerosas».

Corte de estrada em Olival Basto

Respondendo ao apelo da CDU, centenas de pessoas cortaram o trânsito, na passada segunda-feira, em Olival Basto.

Uma forma de protesto que se repete pela terceira vez, com o objectivo de exigir ao presidente da Comissão Instaladora do município de Odivelas e ao Governo, através da Direcção -Geral de Transportes Terrestres, a colocação, pela Carris, de uma paragem no centro da vila, sem alteração do passe existente.

Lisboa apoia actividades para crianças desfavorecidas

A Câmara de Lisboa aprovou, na reunião de quarta-feira, a atribuição de quinhentos mil escudos à Junta de Freguesia de Sta. Isabel, para desenvolver a actividade «O Espaço da Criança», destinada às crianças desfavorecidas.

A proposta foi apresentada pelo vereador António Abreu, que apontou actividades como a Festa de Carnaval, o Dia do Teatro ou festas da freguesia para justificar a atribuição. A grande finalidade de «O Espaço da Criança» é construir e reforçar os valores pessoais e sociais e desenvolver o espírito crítico das crianças, definia a proposta do vereador.

Em defesa da escola pública

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) iniciou segunda-feira a recolha de assinatura nos estabelecimentos de ensino da sua área de influência, para onde reclama uma nova política de apoio às escolas públicas.

A recolha de assinaturas, que se estenderá a toda a região Centro, começa no concelho de Coimbra, por o sindicato considerar ser este «um dos mais atingidos negativamente pela expansão dos colégios privados».

No abaixo-assinado, que será entregue ao ministro da Educação, é exigida a suspensão de todos os contratos de associação com colégios privados que afectem escolas públicas, retirando-lhes alunos.

É ainda exigida a construção e ampliação das escolas públicas nas zonas «onde seja insuficiente a sua resposta educativa e social», o reforço do financiamento aos estabelecimentos públicos e a incompatibilização da acumulação de funções docentes entre estabelecimentos públicos e privados.

ADP lembra direitos

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) aproveitou a realização, sexta-feira passada, da iniciativa Dia Europeu sem Carros, para chamar a atenção para os três milhões de portugueses que todos os dias se debatem com barreiras à sua mobilidade. São idosos, grávidas, pessoas com carrinhos de bebé, pessoas temporariamente incapacitadas ou com deficiência.

Para a APD, estes três milhões de pessoas vêem diariamente «os seus direitos mais elementares violados». Isto é, o acesso a bens e produtos, como os transportes, ou a acessibilidade a equipamentos de utilidade pública ou «a circular na via pública em conforto e segurança».

Nesse sentido, a APD exige o licenciamento de táxis acessíveis e adaptados ao transporte de pessoas com deficiência, reforço da capacidade de transporte e aumento a verba para a execução de obras na via pública que melhorem as respectivas acessibilidades.

«Verdes» defendem transporte público

O Partido Ecologista «Os Verdes» defende a institucionalização do Dia Nacional Sem Carro, «com as consequentes medidas de incentivo e apoio à utilização em larga escala de transportes colectivos e alternativos».

O desenvolvimento de uma estratégia de promoção do transporte público e a criação de uma rede nacional de pistas para bicicletas são outras propostas de «Os Verdes» anunciadas em comunicado, a propósito do Dia Europeu Sem.

Essas ideias de «Os Verdes» vão ser levadas à discussão na Assembleia da República nesta legislatura, como «contributo fundamental para a melhoria das condições de transporte e mobilidade dos cidadãos, tendo em conta também a redução dos níveis de poluição».

«Os Verdes» esperam que a adesão a esta iniciativa se traduza numa «forma de consciencializar o Governo e os poderes públicos em geral para a necessidade de investimentos nos transportes públicos e da criação de condições para a utilização em segurança de transportes alternativos».

Seminário em Lisboa debate Pobreza e Violência sobre as Mulheres

Exclusão no feminino

«A maioria dos pobres e excluídos é mulheres.» Um facto por diversas vezes referido nas intervenções dos participantes no Seminário «Pobreza e Violência sobre as Mulheres - uma reflexão em marcha», que decorreu sábado passado no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, e de que aqui damos um breve esboço.

O seminário agora realizado insere-se na preparação da *Marcha Mundial das Mulheres 2000*. Uma iniciativa da plataforma portuguesa que reuniu algumas dezenas de pessoas e contou com a participação de Ilda Figueiredo e Heloísa Perista, na abordagem das diferentes facetas da pobreza, e de Margarida Medina Martins, Conceição Brito Lopes e Maria Costa Pinto, na tarde reservada ao debate sobre a violência.

Facetas múltiplas da pobreza

Não é a mesma coisa ser pobre no Luxemburgo ou em Portugal. No Luxemburgo ser pobre quer dizer viver com menos de 100 contos por mês. Em Portugal, a pior situação da Europa, significa viver com pouco mais de quarenta contos.

Números, referidos por Ilda Figueiredo, deputado no Parlamento Europeu, que nos dão a medida da diversidade do quadro da pobreza, mas que, no conjunto, reflectem um problema comum - o agravamento da mancha de pobreza no continente, mesmo cingindo-nos à União Europeia, onde, segundo dados já ultrapassados, 18% da população vive com menos de 60% do rendimento mínimo nacional.

Também no nosso país, são bem diversas as facetas da pobreza. E da exclusão.

Pobres são, em Portugal, a maioria dos reformados. Mas a exclusão não passa apenas por factos tão evidentes. Ilda Figueiredo referiu outros factores de exclusão e exemplificou - «para uma criança, não é a mesma coisa ter um computador em casa ou ter um computador na escola por cada 150 crianças». Uma realidade que alerta para a necessidade de lutar para que as novas tecnologias não venham a criar novas exclusões.

Neste quadro, as famílias representadas por mulheres são as mais vulneráveis e representam mais de 27% dos agregados pobres. Números referidos por Heloísa Perista, da CESIS, que lembrou que, na área metropolitana de Lisboa, entre as minorias étnicas, é mais do dobro o número de famílias representadas por mulheres a viver na pobreza.

Na vida quotidiana das mulheres, as exclusões são múltiplas e reflectem-se em vários domínios. No trabalho, em casa. Na invisibilidade do trabalho quotidiano, não remunerado e que, no entanto

sa Perista, que referiu a grande insuficiência de equipamentos sociais de apoio, sendo que «falar de prestação de cuidados a crianças e adultos dependentes é falar de trabalho feminino». Uma situação face à qual se imporia, para que mulheres e homens pudessem assumir o seu direito também a uma vida privada, familiar e social, «reinventar o contrato social de género».

As famílias representadas por mulheres são as mais vulneráveis

formas que a violência contra as mulheres assume.

Violência económica, nomeadamente no quadro da família; violência no trabalho, pela discriminação; discriminação cultural; assédio sexual no local de trabalho e na rua, violência sexual.

Considerando que a produção legislativa nesta área sofreu algum incremento, Conceição Brito Lopes sublinhou



O seminário sobre pobreza e violência contra as mulheres foi uma iniciativa da plataforma portuguesa da Marcha das Mulheres 2000

Ao nível do trabalho remunerado, os números da desigualdade são conhecidos. Na sua intervenção Heloísa Perista lembrou que, em média, as mulheres recebem pouco mais de 70% da remuneração dos homens, e são maioritariamente mulheres os trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional. Em causa está ainda, com desvantagem para a mulher, a qualidade do emprego, o tipo de vínculo contractual, as barreiras múltiplas na progressão na carreira.

Ao nível do quotidiano doméstico, a mulher defronta em Portugal «dificuldades acrescidas», sublinhou Heloísa

Violência e poder

«A violência tem como núcleo central o poder», afirmou Margarida Martins, da AMCV, numa intervenção em que defendeu a necessidade de fortalecer os direitos e o poder das potenciais vítimas, para «reequilibrar poderes».

Nesta perspectiva, a estratégia fundamental seria criar redes de mulheres e exigir os recursos necessários. «Tudo tem que começar por nós», sublinhou.

Jurista da CIDM, Conceição Brito Lopes defendeu que «a violência faz parte de um processo, não é natural, aprende-se». E enumerou as diferentes

que muito falta entretanto por fazer, da divulgação de informação aos meios humanos e materiais. Acresce que, em muitos casos, as leis são desajustadas ou pura e simplesmente não aplicadas. Quer face às resistências e lentidão da mudança de mentalidades quer pela falta de vontade política.

Impõe-se assim um trabalho múltiplo, que nomeadamente passa pela sensibilização para a mudança de comportamentos e mentalidades.

Tarefa que diz respeito a todos, porque o que está em causa é uma questão de direitos humanos, de igualdade, de democracia.

Ir ao terreno

O programa comunitário para a luta contra a exclusão social, a ser aprovado em Nice em Dezembro, dá novos instrumentos para a luta contra a pobreza, afirmou Ilda Figueiredo. Uma luta que naturalmente exige estudos e definição de indicadores - o não haver dados actualizados sobre a pobreza reflecte o desinteresse da UE nesta área -, mas não só.

«É preciso ir muito mais longe. É preciso ir ao terreno e ter em conta o que se está a fazer no terreno», defende a deputada europeia.

Desde 1994 que não há progressos, a nível comunitário, na luta contra a pobreza. O que corresponde a uma fase de claro predomínio das políticas monetárias. Em causa estão aqui «interesses antagónicos muito fortes». Pelo que se impõe uma pressão séria dos povos, das ONGs, e nomeadamente das organizações de mulheres.

Ao nível comunitário, Ilda Figueiredo defende várias linhas de intervenção na luta contra a pobreza.

Antes do mais, no plano das políticas macro-económicas, que, tal como a nível nacional, deveriam subordinar-se à luta contra a pobreza.

Para isso, o programa de luta contra a pobreza deveria criar mecanismos apropriados, envolvendo nomeadamente o poder local e as ONGs, e uma rede de observatórios, para que «em cada ano se avance na recolha de estudos e se procure definir indicadores comuns».

Estes e outros mecanismos permitiriam a definição de objectivos concretos na redução da pobreza e exclusão social, «para que haja comprometimento de todos e em cada ano se avalie e divulgue o que está a ser feito».

Sublinhando também a necessidade de «aumentar a capacidade de agir e intervir» de todos, Heloísa Perista lembrou que as desigualdades, e em particular as que atingem as mulheres, têm custos sociais muito elevados. E que se impõe lutar pelo desenvolvimento sustentável, por uma sociedade mais justa e democrática.

Conferência de imprensa da Fenprof As realidades e o quadro cor-de-rosa

O governo e o ME «pintam com cores demasiado cor-de-rosa» o início do ano lectivo, considerou a Fenprof em conferência de imprensa sobre a remodelação governamental em que foram igualmente equacionados os principais objectivos reivindicativos e profissionais.

Os professores contratados vão manifestar-se no próximo dia 27 de Outubro, em Lisboa, contra a «situação de instabilidade de emprego em que se encontram», divulgou a Fenprof na conferência de imprensa.

Neste momento, e segundo os números avançados por Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, entre 10 mil e 12 mil professores ficaram este ano contratados e 30 mil sem colocação, em virtude «dos cortes do Ministério da Educação a nível da reorganização das escolas». Estes cortes irão igualmente reflectir-se na qualidade das escolas, pois o orçamento de muitas delas decresceu 30 por cento relativamente ao esperado.

Também no ensino superior, os sindicatos exigem do ME a alteração da progressão na carreira e denunciam que o Ministério retirou 20 milhões de contos ao superior, sendo as dotações muito inferiores às necessidades.

A propósito da colocação de professores e de miniconcursos, a Fenprof divulgou dados significativos, em particular que 80 por cento das vagas são horários incompletos, «o que leva a que os professores tenham vencimentos exíguos».

Ainda sobre a situação socioprofissional dos profes-

sores, a Fenprof adianta outros números e realidades: «dos 30 mil docentes sem colocação, 18 mil são profis-

O ME de pratica uma política economicista

sionalizados, ou seja, têm licenciatura no ramo ensino; disciplinas onde antes não existia desemprego, caso da Matemática, agora há;

quanto ao subsídio de desemprego, 900 professores já o pediram, desde Maio, ainda sem resposta».

Face a esta situação, a Fenprof irá prosseguir a luta pela vinculação dos professores contratados com mais de três anos de serviço.

Política economicista

A Fenprof acusa o ME de praticar uma «política economicista, utilizando o argumento de que decresceu o número de alunos, o que se traduz na necessidade de menos professores».

Entretanto, há muitas escolas no país com mais de 2000 alunos, ao arripio do que acontece nos outros países da Europa, onde a maior parte dos estabelecimentos têm 1000.

Por outro lado, «mais de 200 mil alunos encontram-se em turmas com mais de 25 alunos», uma situação com que o ME facilmente poderia acabar, bastando para tal eli-

minar o diploma que permite às escolas terem turmas com 34 alunos.

Esta política economicista reflecte-se igualmente noutras áreas. O Sindicato dos Professores da Região Centro reclamou recentemente uma intervenção do ME sobre os laboratórios de química das escolas, porque não cumprem regras de segurança.

As escolas participantes num inquérito promovido pelo sindicato na região revelaram que os materiais utilizados na concepção do mobiliário dos laboratórios não são incombustíveis (66 por cento), nem resistentes a produtos químicos (44 por cento). Em 84 por cento dos estabelecimentos funcionam saídas de gás nas bancas, em vez de *hottes* (equipamento que mantém vedada a combustão). Na maioria das escolas o equipamento eléctrico não é verificado periodicamente (52 por cento), nem existe sinalização de segurança (66 por cento). Na quase totalidade (91 por cento) não há iluminação autónoma indicativa dos caminhos de fuga.

Em cerca de metade das escolas não existem espaços de armazenamento de produtos químicos com ventilação forçada, mantas para utilizar em caso de incêndio, aventais de plástico ou máscaras de protecção.

Também em metade das escolas inquiridas, segundo o SPRC, os laboratórios são utilizados para outras actividades, que não as laboratoriais. Em 88 por cento os resíduos químicos são despejados nos sistemas de esgotos da escola.

Ser ou não ser, eis a questão...

• Manuel Rodrigues

A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul caiu. Uma violenta implosão deixou-a sem o necessário quorum. Apesar da maioria absoluta, o Presidente (o (in)dependente Bandeira Pinho, eleito na lista do PS) desentendeu-se com a sua equipa. Vai daí, desencadeou-se uma fraticida troca de razões, acusações e de insultos entre presidente e vereadores (chegando mesmo a *salpicar* o líder distrital do PS, José Junqueiro), que levou ao pedido de renúncia de todos os membros da lista do PS. Ficou, então, o Presidente pendurado do apoio dos outros três vereadores do PSD. Só que o apoio durou pouco. Incomodado com o visível frete de aguentar um presidente desacreditado, o PSD referiu também a (táctica) retirada para que ninguém pudesse enxergar (e, se possível, esquecer) as muitas conivências e cumplicidades que foi mantendo com o PS, naquela Câmara, ao longo de dez anos.

concelho que possui inegáveis potencialidades e recursos? Detém, por exemplo, o maior Centro Termal da Península Ibérica, com um afluência média anual de aqúistas (em 1999, foram 20.894 e, em 2000, até 24 de Setembro, já registava 17.535). As grandes vias e acessibilidades não foram rasgadas. O Cine-Teatro local (só agora em obras de recuperação) permaneceu anos e anos em degradante marasmo. A ETAR está por concluir com graves prejuízos para o rio Vouga, para onde continuam a ser drenados os esgotos. O concelho detém um baixíssimo nível de implantação industrial (com uma zona industrial com fracos acessos). Não foram criadas (apesar de prometidas) importantes infra-estruturas desportivas (por exemplo, um Complexo Polidesportivo), culturais (por exemplo, a sede do Cénico - Grupo de Teatro popular) e sociais (por exemplo, um novo quartel para os bombeiros).

Tudo começou em 1989

De facto, tudo começou no longínquo ano de 1989. Bandeira Pinho, então ainda militante do PCP e ex-vereador da CDU naquela Câmara, rompendo sobranceiramente com os deveres que a

Eleições intercalares em Novembro

Enfim, os tristes frutos de uma gestão antidemocrática, centralista e arrogante - como denunciava um comunicado da organização concelhia de S. Pedro do Sul do PCP, em Maio



militância partidária a todos impõe, decidiu (*democraticamente*) aceitar o convite para encabeçar a lista do PS, como (in)dependente. Jurava a *pés juntos* que esta era a forma da esquerda conquistar o poder camarário em S. Pedro do Sul e que usaria o cargo para realizar um verdadeiro processo de transformações revolucionárias, que transfigurariam a face daquele município.

O PS viria a ganhar as eleições para aquela Câmara em três autárquicas consecutivas. Sempre com o mesmo timoneiro. Dez anos de poder. Quase absoluto. Só a CDU, através do seu representante na Assembleia Municipal, foi oposição firme e combativa. O PS foi sempre solidário com a sua equipa camarária e o PSD, *uma no cravo e duas na ferradura*, lá foi acompanhando o ritmo, braço dado com o PS em quase todos os momentos, sempre em nome dos mais *sagrados* interesses do concelho. Entretanto, onde está o anunciado progresso e desenvolvimento deste

deste ano - em que o (in)dependente Bandeira Pinho se confundiu e diluiu no velho e típico estilo de exercício do poder pela direita: o quero, posso e mando.

A 26 de Novembro, vamos ter eleições autárquicas intercalares para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Até lá o Município será gerido por uma Comissão Administrativa composta pelo (in)dependente Bandeira Pinho (desta vez, eleito pela Assembleia Municipal, na lista do PSD) e por dois vereadores do PSD.

O PCP e a CDU tudo farão para que S. Pedro do Sul volte a ter a sua presença na Câmara Municipal. Com enormes vantagens para os munícipes e para o país. Afim, para fazer uma política de esquerda: com trabalho, honestidade e competência. Com dinamismo democrático e participação das populações.

Afinal, «ser ou não ser, eis a questão» - como dizia William Shakespeare. Tudo o resto é conversa fiada - como dizem na minha terra.



É visível o desleixo a que a freguesia está votada

CDU visita Anunciada

A CDU visitou a freguesia da Anunciada e a zona ribeirinha, em Setúbal, para conhecer os problemas mais sentidos e assim poder avançar propostas concretas e «impedir males maiores na gestão do Município».

Na sequência desta visita, a CDU denuncia que «é visível o desleixo e o abandono a que está votada esta freguesia».

«A limpeza das ruas e dos contentores não é feita e as lixeiras espalham-se por todo o lado. Os jardins e as pequenas escarpas estão abandonados e transformados em pequenas montureiras de lixos. Os abrigos de passageiros e a sinalética são chapas envelhecidas e ferrugentas e, nalguns casos, perigosas», refere a CDU em comunicado de imprensa.

Os comunistas de Setúbal sublinham que o problema «não é a falta de dinheiro» e que «a falta de qualidade de vida na cidade, a falta de investimento económico, «é o resultado da má gestão PS/Mata Cáceres».

Face a esta «gestão insensível e descontrolada», só a CDU é alternativa, afirma-se no comunicado.

As censuras que o PSD não faz

• João Amaral

A segunda sessão legislativa da Assembleia da República começou no passado dia 20 de Setembro com o debate da moção de censura ao Governo apresentada pelo PSD. A moção de censura foi anunciada pelo líder do PSD em meados de Agosto como «ameaça» ao Primeiro-Ministro se este não executasse três medidas que Durão Barroso considerou essenciais: substituir Fernando Gomes, separar os ministérios das Finanças e da Economia e aceitar o referendo à lei de descriminalização do consumo de drogas.

O Primeiro-Ministro cumpriu. Foi nomeado um novo ministro da Administração Interna. Quanto à Economia, foi entregue a um novo ministro e separada das Finanças. Sobre o referendo há uma espécie de mistério, já que o PSD praticamente deixou de falar disso, retirando mesmo os cartazes em que o reclamava. Assim, aparentemente, a censura ficou a carecer de objecto e Durão Barroso poderia cantar vitória. Mas não o fez. Barroso precisava da moção de censura para a competição com Paulo Portas, e António Guterres também poderia beneficiar dela, já que a projecção pública do líder do CDS-PP acaba por lhe ser inconveniente. A intervenção de Jorge Coelho no «Grande Júri» da TSF foi clara quanto a isso. E talvez esteja aí a explicação para o mistério do desaparecimento da reclamação do referendo. Talvez tenha havido um negócio num célebre almoço que juntou Guterres e Barroso, e onde um dos alvos poderá ter sido o dr. Paulo Portas.

O debate da moção de censura decorreu, assim, da forma mais previsível que se possa imaginar. Durão Barroso deveria portar-se menos mal. António Guterres deveria ser cordato. No fundo, tudo deveria permitir que a moção parecesse de censura mas fosse realmente uma festa de família.

Menos no plano da eficácia, a moção não podia ter menos surpresas. Já se sabia que seria rejeitada, que dentro da bancada do PS não havia hesitações quanto ao sentido de voto, que só o CDS ia acompanhar o PSD no voto. Sabia-se mais: que apresentando a moção de censura no primeiro dia da sessão legislativa e sabendo antecipadamente que ela ia ser chumbada, o PSD ficava sem a possibilidade de apresentar outra moção de censura até 14 de Setembro de 2001, isto é, até ao termo da actual sessão legislativa. Dito de outra forma, o PSD desembaraçou-se do problema da moção de censura por um ano... Para encher o longo discurso de abertura, o líder do PSD teve que escolher temas de censura. Não foram muitos. Foi a insegurança, para reclamar mais autoritarismo e repressão. Foi a toxicodependência, na mesma linha. Foi a saúde e a segurança social, para reclamar menos Estado, isto é, mais privatização e lógica de lucro. Mas se o debate não valeu pelo que foi, valeu seguramente pelo que não foi. Se nada adiantou com o discurso

de Barroso, adiantou muito pelo que ele omitiu nesse discurso. Por uma razão óbvia. Porque o muito que é omitido no discurso de censura, isto é, aquilo com que Barroso concorda, constitui o núcleo de políticas de direita que unem o PS e o PSD. Não faltam exemplos.

Durão Barroso omite toda e qualquer referência à questão dos salários dos trabalhadores, que hoje é uma questão explosiva face ao falhanço da previsão da inflação. Bem se entende a omissão, quando se ouve os representantes do patronato a reclamarem que os aumentos reais sejam de valor zero no corrente ano. Ora, o Governo deve aos trabalhadores da função pública dois aumentos: o que deve ser previsto para o ano que se aproxima e a reposição do que se deveria ter efectivado este ano e não se efectivou, pelo aumento da inflação. O aumento real deste ano era de 0,5% (a diferença entre os 2,5% do aumento nominal e os 2% da inflação prevista). Com uma inflação de (pelo menos) 2,7%, o Governo «deve» aos trabalhadores 0,7% de aumento referente a este ano 2000.

Que diz Barroso? Zero. Também na área da política externa é totalmente omissão. Barroso nada diz sobre as posições «federalistas» que perpassam nas posições do Governo português na Conferência Intergovernamental que prepara a revisão do Tratado da União Europeia. Nada diz sobre a questão da Carta Europeia de Direitos Fundamentais, cujo processo de aprovação é de matriz supranacional e que configura a aprovação de uma Constituição Europeia.

Como nada diz sobre a presença de militares portugueses no Kosovo, numa missão sem horizonte de soluções e que serve unicamente os interesses dos Estados Unidos de controlo dos Balcãs. Como nada diz sobre a malha escandalosa de negócios e negociatas em que o Governo se envolveu com os grupos económicos, com a criação de situações de favor e de dependência, que traduzem o crescente domínio do poder económico sobre o poder político.

Como nada diz sobre as questões sociais determinantes. É o caso da melhoria da qualidade de emprego, com o combate decidido à precarização das relações de trabalho. É o caso da garantia da vida democrática dentro da empresa. É também o que se passa com a defesa do Serviço Nacional de Saúde, com a melhoria geral do valor das pensões dos idosos, ou com a melhoria da justiça acabando com o sentimento de que os poderosos conseguem sempre a impunidade.

Sobre uma questão que separa a solidariedade da barbárie, como é a política para com os imigrantes, também Barroso se cala.

As omissões cúmplices de Barroso são afinal um autêntico programa político alternativo de esquerda. Mostram que há outro caminho para a política, na direcção inversa de que Barroso pretende.

Por isso, nunca os comunistas podiam apoiar a «censura ficcional» que o PSD apresentou no Parlamento.



Escândalo: os bancos vêem os lucros aumentar e os seus impostos baixar

Agravar da injustiça fiscal sublinha necessidade de reformar o sistema

Passar das palavras aos actos

A reforma fiscal voltou a estar em debate no Parlamento. Sob a forma de interpelação ao Governo, a iniciativa partiu do Bloco de Esquerda. No plano do diagnóstico, nada de novo. Todos os partidos parecem reconhecer a profunda iniquidade do sistema. Quanto às soluções, essas, também há muito estão traçadas. O que falta mesmo, como sublinhou Lino de Carvalho, é «passar das palavras aos actos».

E as expectativas estão agora depositadas no próximo dia 11 de Outubro, data em que o tema subirá a plenário por iniciativa do PCP que, no exercício dos seus direitos regimentais, agendou o projecto de lei sobre a reforma dos impostos sobre o rendimento. Ao avançar com este diploma, cuja discussão chegou a estar marcada para hoje, como anunciámos na última edição, os comunistas querem colocar na ordem do dia propostas muito concretas sobre a reforma do IRS e do IRC, a redução de injustificados (social e economicamente) benefícios fiscais, a luta contra a fraude e a evasão fiscais, designadamente em matéria de alteração das regras do sigilo bancário, de alteração do regime fiscal no off-shore da Madeira e de tributação efectiva das instituições bancárias e seguradoras. Resta agora aguardar pelas propostas do Governo, que anunciou já a sua intenção de as levar a debate e votação nesse

mesmo dia. Então se saberá se aqueles que durante todos estes anos têm andado a falar da reforma fiscal têm, finalmente, a vontade política de a concretizar aprovando leis materiais em matéria de alteração dos impostos sobre o rendimento e de combate à fraude e evasão fiscal.

Libelo acusatório

Para que, por exemplo, seja posto termo a um dos princípios mais escandalosos que enformam o actual sistema tributário que é o de pagarem impostos sobretudo os que menos podem, enquanto os grandes grupos económicos, em termos relativos, pouco contribuem para as receitas fiscais do Estado.

Foi para esta situação concreta que Lino de Carvalho entendeu chamar a atenção dos deputados, exemplificando a propósito com o caso das instituições bancárias cuja tributação média efectiva é de 20 por cento, quando a

taxa nominal de IRC se situa na casa dos 34 por cento.

Classificando-a de escandalosa, o deputado comunista lembrou ainda que tal situação conheceu um agravamento em 1999, uma vez que esta tributação baixou para 16 por cento, isto enquanto os lucros desses mesmos bancos aumentaram 71 por cento desde o primeiro ano de governação do PS, passando de 197,1 milhões de contos em 1995 para 336,8 milhões de contos em 1999.

Mais sublinhou o parlamentar do PCP: neste mesmo período as margens financeiras dos bancos cresceram 20 por cento. Por outras palavras, a título de exemplo, enquanto em 1998 obtiveram 321,5 milhões de contos de lucros e pagaram 67,5 milhões de contos de impostos, em 1999 para 336,8 milhões de contos de lucros pagaram 54,1 milhões de contos. Isto é, tiveram mais 15,3 milhões de contos de lucros mas pagaram menos 13,4 milhões de impostos.

Definindo-o como «o maior libelo acusatório» que pode ser feito ao Governo, Lino de Carvalho recordou ainda que tudo isto só foi possível porque aquelas entidades financeiras transferiram lucros para as sucursais sediadas no off-shore da Madeira, onde estão isentas de IRC, beneficiando simultaneamente de benesses em matéria de criação de provisões, de amortização de património, entre outras.

A reforma fiscal e o Orçamento Separar as águas

O líder parlamentar comunista garantiu que a eventual concretização de uma reforma fiscal com base numa negociação entre o PCP e o Governo não terá reflexos na votação da proposta de Orçamento de Estado para 2001.

«Essa questão (reforma fiscal) não é decisiva. O Orçamento de Estado tem muitas

outras coisas. Será uma discussão completamente autónoma», garantiu Octávio Teixeira, na passada semana, em declarações à Lusa.

Admitindo que a questão da reforma fiscal «condiciona em parte» o debate sobre a proposta orçamental para o próximo ano, o presidente da bancada comunista foi no

entanto peremptório ao distinguir eventuais negociações com vista à reforma fiscal da discussão do Orçamento de Estado.

Octávio Teixeira assegurou que um eventual acordo que viabilize uma reforma fiscal não condicionará o voto do PCP relativamente à proposta de Orçamento.

Censura à acção governativa põe em evidência

Solução dos problemas está na mudança de política

A Assembleia da República rejeitou na passada semana a moção de censura ao governo apresentada pelo PSD. Acolhendo apenas os votos favoráveis do partido proponente e do CDS/PP (PS e BE votaram contra), esta iniciativa, como era previsível, revelou-se politicamente inócua e insusceptível de produzir qualquer inflexão na orientação governativa.

Não que não houvesse razões - e razões fortes - para a censura ao Governo. Mas porque o «momento da verdade do posicionamento dos partidos políticos» face às políticas globais, como sublinhou Octávio Teixeira, esse, ocorrerá muito em breve com a discussão do Orçamento do Estado.

A questão da oportunidade da moção de censura foi assim uma das razões que esteve na base da abstenção da bancada comunista, posição em

que foi acompanhado pelo Partido «Os Verdes». Para este sentido de voto dos deputados comunistas concorreu ainda seu distanciamento quanto às

O Governo nada faz para combater a precarização, a insegurança e a perda de direitos no mundo do trabalho

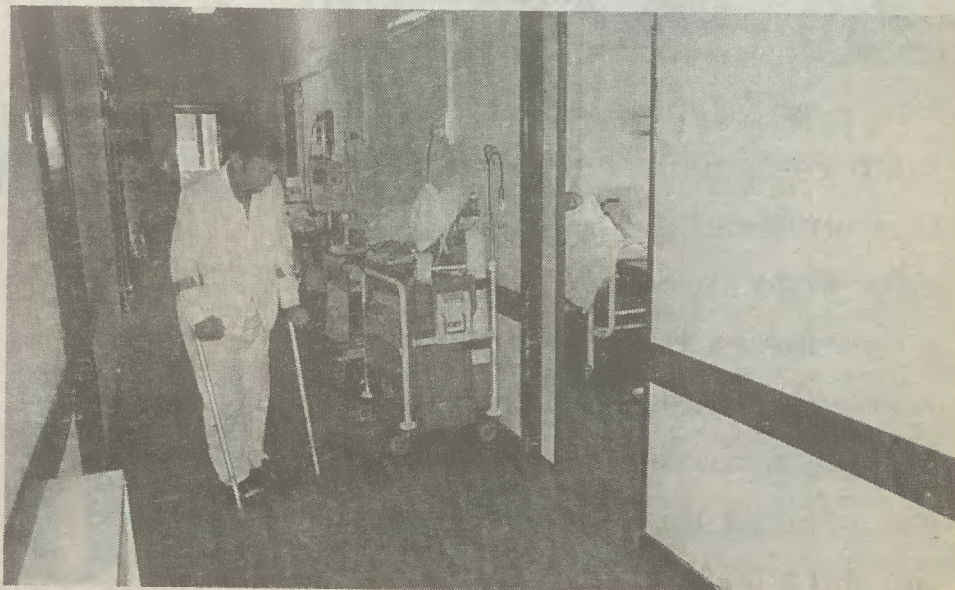
motivações dos autores da moção, designadamente o ultimato feito por Durão Barroso de um referendo sobre a descriminalização do consumo de drogas, e por último, a profunda divergência do PCP quanto à natureza da resposta a dar aos problemas dos trabalhadores e do País.

«Enquanto o PSD quer mais do mesmo, para o PCP a solução dos problemas reside numa profunda mudança de política, na substituição de uma política de direita por uma política de esquerda, de progresso e justiça sociais», salientou o líder parlamentar comunista.

Críticas de fundo

Palavras que encerravam de modo claro, simultaneamente, o afastamento do PCP em relação às grandes linhas de orientação que pautam a política do Governo PS. Uma oposição, como foi dito, que assenta não em «aspectos particulares», neste ou naquele ministro, mas que se «dirige ao fio condutor da política global» conduzida pelo Executivo.

E é de facto aqui que o PCP faz a diferença. Diversamente de outros partidos representados no Parlamento, os comu-



A política de saúde continua subordinada aos grandes interesses económicos

nistas, como lembrou Octávio Teixeira, sustentam as razões da sua crítica e censura ao Governo nas «orientações políticas, económicas e sociais de natureza essencialmente neoliberal, quando globalmente consideradas, e não apenas em medidas pontuais e avulsas».

Concretizando, o líder parlamentar do PCP acusou o PS de estar mais preocupado «com a sua preservação no poder e com a criação de muitos «jobs for the boys and girls» do que «com as razões dos portugueses e com a definição de um projecto claro e sustentado para o desenvolvimento económico e social do País».

Não às privatizações

A aceitação passiva de «políticas e orientações da União Europeia que penalizam» claramente o nosso país foi outra das críticas dirigidas ao Governo pela bancada do PCP, que condenou também o que considera ser a «política fundamentalista de privatização de empresas e serviços

públicos» com graves consequências no plano alienação de «importantes instrumentos de defesa dos interesses do povo português nas esferas económica e social».

Ao Governo foi também imputada a responsabilidade por uma política económica que tem conduzido à «desaceleração do crescimento económico» e à persistência de uma «estrutura produtiva frágil», bem como ao «grave aumento dos défices externos» e à «perda de quotas de mercado da produção nacional», tanto no mercado externo como interno.

«Acusamos o Governo pelo aumento dos graus de insegurança e de intranquilidade das populações, resultado directo da inépcia da sua política de segurança», afirmou ainda Octávio Teixeira, antes de tornar extensivas as suas críticas à política de saúde, pautada, do seu ponto de vista, pela subordinação aos grandes interesses económicos do sector e pela «ausência de medidas de reorganização, modernização

e humanização do Serviço Nacional de Saúde».

Trabalhadores penalizados

Verberados pela bancada do PCP foram ainda a política educativa, devido, entre outros aspectos, ao subfinanciamento a todos os níveis do sistema, e, noutro plano, a inexistência de «uma política de igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da sociedade e de combate às discriminações sexistas a que as mulheres continuam sujeitas no mundo do trabalho e na sociedade em geral».

A injusta política de rendimentos, penalizando sempre os trabalhadores e favorecendo os lucros e os grandes interesses económicos constitui outra das áreas onde é visível o fosso que separa os comunistas da política seguida pelo PS, sobre quem recaiu por último a acusação de nada fazer para combater a precarização, a insegurança e a perda de direitos que hoje se verifica no mundo do trabalho.



Urge caminhar no sentido da reorganização do estaleiro

Arsenal do Alfeite

Modernizar é condição de futuro

Tardam em chegar as medidas de modernização do Arsenal do Alfeite. O alerta é do deputado comunista Vicente Merendas, para quem não se pode perder mais tempo por um plano reorganizativo essencial para o futuro do empresa.

Em causa está a necessidade de este estaleiro, considerado por lei como «preferencial da armada», vir a adoptar medidas que lhe permitam oferecer preços competitivos e serviços de qualidade, garantindo simultaneamente o cumprimento dos prazos de entrega.

Este plano de modernização do Arsenal, que emprega cerca de dois mil trabalhadores, passa por um investimento planeado em infra-estruturas e equipamentos, bem

como por medidas de natureza organizacional e funcional. Para Vicente Merendas, como ele próprio sublinha em requerimento sobre o assunto dirigido ao Governo, importa igualmente um adequada apetrechamento em recursos humanos, nomeadamente por admissões planeadas e pela valorização do pessoal existente, o que exige formação profissional e políticas de pessoal e salariais de incentivos.

Ora é todo este conjunto de medidas que tarda em concretizar-se, como salienta o deputado comunista, o que vem suscitando legítimas preocupações, tanto mais que tais medidas não podem ser tomadas exclusivamente pelo Arsenal, antes estão dependentes sobretudo da Marinha e do Governo.

Acresce - e este é outro factor que concorre para as preocupações existentes - que se vem falando do papel do Arsenal e seu envolvimento em vários cenários ou projectos importantes, como sejam, a sua participação no Estaleiro da Rocha, a construção de patrulhas oceánicas e do novo navio de apoio logístico para a Marinha ou a aquisição de submarinos.

Razões, pois, para as perguntas dirigidas por Vicente Merendas ao Ministério da Defesa no sentido de saber quais as medidas planeadas com vista à reorganização e modernização do estaleiro e respectivos investimentos, nomeadamente nos planos das infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos.

Liquidação da EPAC

Direitos dos trabalhadores têm de ser defendidos

O propósito do Governo de liquidar a EPAC, já evidenciado num projecto de diploma, está a levantar sérias preocupações entre os seus trabalhadores. Receiam sobretudo a salvaguarda do emprego e dos seus direitos. E têm fundadas razões, se atendermos ao conteúdo daquele projecto de decreto-lei. Nele garantida é apenas a transferência de trabalhadores para as entidades concessionárias ou compradoras dos estabelecimentos, excluindo-se todos aqueles que prestam serviço em unidades que sejam vendidas como alienação imobiliária, bem como todos os trabalhadores administrativos da sede da empresa.

É ainda voz corrente que a comissão liquidatária se prepara para enveredar pela alienação de imóveis, com a consequente destruição de postos de trabalhos e criação de mais excedentes.

Atento aos desenvolvimentos deste processo está, entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP, que inquiriu já o Governo sobre o assunto. Em requerimento subscrito por Vicente Merendas, perguntado é se o Estado vai assumir o compromisso de colocar em organismos dependentes os trabalhadores excedentes dos processos de concessões e alienações previstos no referido diploma.

Dirigido-se aos ministérios da Agricultura, Equipamento Social, Finanças, Trabalho e Solidariedade, o deputado do PCP interroga-se ainda sobre quais os mecanismos previstos para os organismos que coloquem os trabalhadores, por forma a que aos mesmos sejam salvaguardados os salários e demais regalias auferidos na EPAC.

«Que garantias vão ser dadas aos trabalhadores, transferidos para as entidades concessionárias ou adquirentes, de protecção dos seus postos de trabalho e da defesa dos seus direitos, consignados em acordo de empresa?», pergunta por fim Vicente Merendas.

Apesar das «garantias» oficiais, a deslocalização de parte da produção para a Lituânia

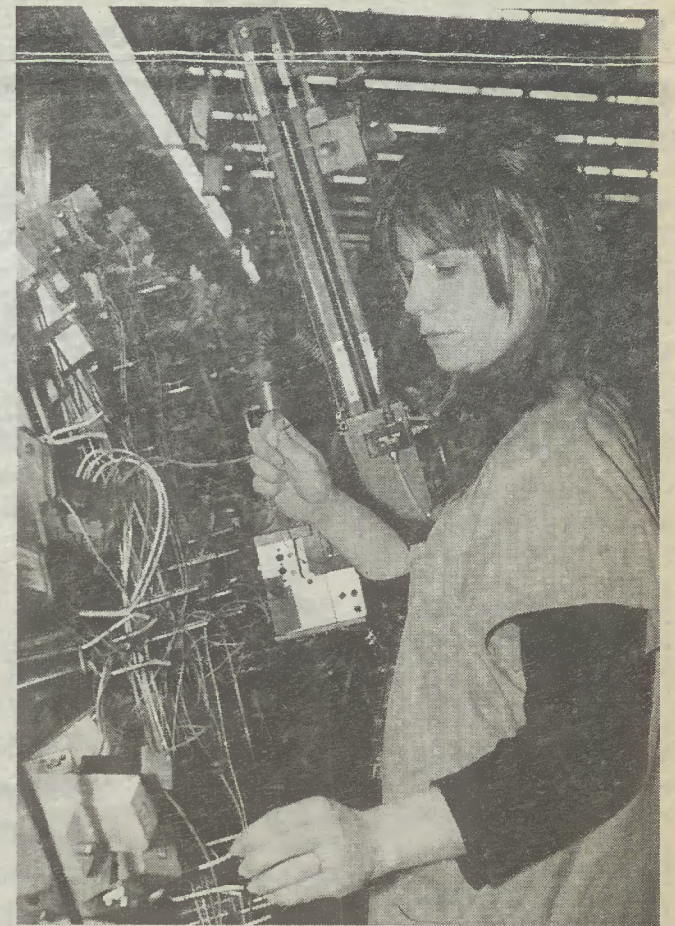
A deslocalização

Indelma ameaça despedir 600 pessoas no Seixal

como chantagem

está em marcha e pode mandar 600 trabalhadores para a rua, como alertam sindicalistas comunistas em entrevista ao «Avante!». Esta não é a primeira vez que o grupo Siemens, detentor da Indelma, revela a intenção de retirar de Portugal o sector da fábrica que trabalha para a Renault.

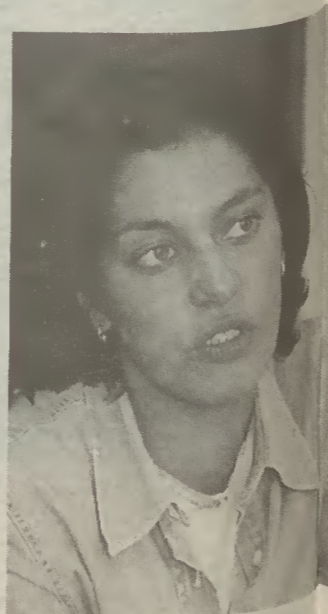
• Domingos Mealha
com Gustavo Carneiro (texto)



Contrair tendinite é um risco que correm muitos trabalhadores da Indelma, sobretudo mulheres, que agora até são «castigados» pela empresa por isso



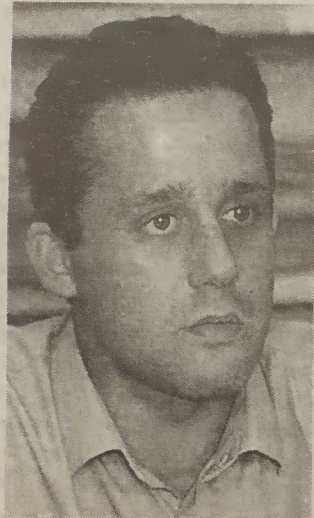
A luta dos trabalhadores tem tradições e, no ano passado, conseguiu travar uma tentativa semelhante, mas a Indelma desta vez mandou o pessoal para férias durante duas semanas e voltou à carga, como conta Ana Sousa



A Siemens tem «cadastro»

«A Siemens não tem interesse em investir em Portugal», acusa Rogério Silva. A prová-lo contam-se alguns exemplos, dos quais o actual caso é «apenas» mais um. A história da Siemens de Évora, por exemplo, que foi vendida à americana Tyco e, depois, à Raychem — uma empresa americana que não tem mais que um pequeno escritório naquela cidade

alentejana e que se faz representar por um oficial de contas — é também elucidativa. Outro exemplo foi a intenção de vender, há uns anos, a outra entidade, a caldeiraria da Siemens do Sabugo. Desta vez as intenções foram travadas pela tenaz luta dos trabalhadores. Também em Corroios, a Indelma procedeu, há uns anos, a um despedimento colectivo de aproximadamente 150 trabalhadores, fruto do



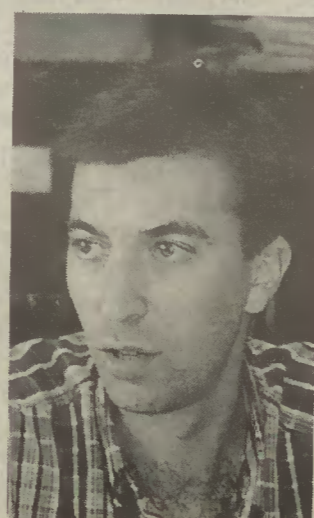
encerramento da secção de telecomunicações daquela unidade. O caso mais flagrante da atitude da Siemens em Portugal — que recebe, por ano, milhões de contos do Estado português para a criação de postos de trabalho — terá sido a situação da fábrica de Porto Alto, onde 600 trabalhadores ficaram sem emprego porque a empresa resolveu deslocalizar a unidade

para a Polónia (curiosamente após ter perdido o concurso público para a construção do Metro do Porto, em 1997). «Isto foi feito com a conivência da Inspeção Geral do Trabalho e do Governo», afirma aquele dirigente do SIESI. Apesar deste «cadastro», a Siemens continua a receber chorudos benefícios oficiais sem respeitar o compromisso quanto a investimentos ou contratações, protestam os sindicalistas.

Preparar a luta

Desiluda-se quem queira que este processo se desenrole sem resistência. Os trabalhadores já deram provas de que sabem lutar pelos seus direitos. É isso que nos diz Fernando Morais, dirigente do SIESI e da célula do PCP da Indelma. Fernando relembra a primeira vez que a administração da fábrica pretendeu deslocalizar o sector da Renault, no ano passado. A resposta dos trabalhadores foi uma grande

greve que obrigou a administração a recuar nos seus intentos. Porém, avisa, a situação não está fácil. Os plénários no interior da fábrica estão proibidos e vive-se uma situação de tensão. «Cada trabalhador sabe que vai sair muita gente da empresa e receia ser incluído na lista.» Isto leva a que muitos não protestem e até tenham ser vistos em plénários. Por isso, nesta fase de resistência, os comunistas e outros activistas desenvolvem um esforço de



esclarecimento e mobilização: «conversamos, distribuímos comunicados, vamos mantendo os trabalhadores informados e alerta». O contacto diário na fábrica com os trabalhadores por parte de sindicalistas e membros da célula vai colmatando as dificuldades geradas com a proibição de realizar plénários na empresa. O trabalho de esclarecimento vai dando os seus

frutos e as perspectivas para a luta são, apesar de tudo, animadoras. Muitos são os jovens que aderem ao sindicato e a célula do Partido na empresa quase triplicou desde há um ano. Unir os trabalhadores e intensificar a luta — admitindo a realização de uma greve — é o caminho mais seguro para manter os empregos que estão em risco. Para isso, os nossos entrevistados reafirmam que não vão baixar os braços. «Não vamos permitir que esta situação avance», diz Fernando Morais.

A primeira tentativa data do ano passado. A luta dos trabalhadores e o facto de a Siemens ser candidata ao concurso de fornecimento de material circulante do Metro Sul do Tejo adiou essa medida.

Este ano, a empresa voltou à carga. O concurso do Metro de Superfície está na sua fase final e a deslocalização da produção é usada como chantagem para ganhar o concurso público. O SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), em comunicado de 14 de Setembro, antecipa a intenção: o sector da Renault, uma vez liberto, albergaria a fabricação de quadros eléctricos. A unidade de Corroios — onde hoje são fabricados esses quadros — ficaria totalmente vazia e passaria a funcionar como estaleiro e unidade de apoio logístico ao fornecimento do Metro.

Sem razão

«Não houve perda do cliente. O que existe é apenas a intenção da Indelma de deslocalizar a produção», afirma Rogério Silva, 30 anos, dirigente do SIESI e da CCIT-IN. Para este sindicalista comunista, não há qualquer argumento válido que justifique esta operação. A Renault continua a usufruir dos serviços da Indelma, a empresa não apresenta problemas de mercado e a sua situação financeira é boa. É tudo uma questão de estratégia. Ainda para mais, sem a Renault, a empresa trabalharia quase em exclusivo para a Autoeuropa, cuja actividade em Portugal não está firmemente garantida.

O Governo, em todo este processo, tem tido um papel de total subserviência para com a administração da Indelma e o grupo Siemens. «Até ao momento, em todas as reuniões que já tivemos, quer seja no Governo Civil ou na Secretaria de Estado do Trabalho, em todos os organismos oficiais, ninguém quer assumir o compromisso de sentar a administração da Indelma à mesa e levá-la a garantir, por escrito, que não vai deslocalizar a produção» acusa, ainda, Rogério Silva. E mais, tanto o secretário de Estado do

Trabalho como o Governador Civil de Setúbal se limitaram a «garantir» que não haverá despedimentos, invocando apenas, um e outro, uma carta da administração. Fica em aberto a ameaça de liquidação de emprego por outros meios, deixando claro que interesses defende o Governo PS. «Não temos esperança que este governo cumpra o seu papel», desabafo do dirigente do SIESI. Qualquer semelhança entre as palavras do Governo e da administração e a realidade vivida no interior da empresa é pura coincidência. O que é verdade é que grande parte das máquinas do sector da Renault estão já a ser desmontadas e embaladas para serem enviadas para a Lituânia.

O jogo das cadeiras

Ana Sousa, dirigente sindical, tem 32 anos de idade e 11 de Indelma. Conta-nos como, este Verão, os trabalhadores do sector foram mandados de férias duas semanas e como, ao regressarem, se depararam com parte das máquinas desmontadas e com os postos de trabalho reduzidos a um terço. Os dois terços de trabalhadores «disponíveis» foram enviados para o sector que trabalha para a Autoeuropa, para postos de trabalho já ocupados. Esta sobreposição leva a que haja um operário a desempenhar a sua função e outro... à espera. Isto, para além dos abusos na contratação com vínculos precários, traz problemas de instabilidade também quanto à remuneração. Além de se sentir «a mais», quem fica desocupado perde o direito aos prémios de produtividade.

«Trabalha quem chega primeiro, parece o jogo das cadeiras», acusa a jovem sindicalista, que faz parte da célula do PCP naquela empresa. Luís Leitão (ver caixa), diz que «esta é uma forma de pressão e que as pessoas hão-de começar a chegar às sete e dez quando a entrada é às sete e meia». Outra das estratégias da administração consiste em mandar os trabalhadores com doenças profissionais — sobretudo tendinite —



Não há crise nem sequer perda de cliente, faltando qualquer motivo válido que justifique acabar com a produção para a Renault na fábrica do Casal do Marco

Um exemplo a seguir

Luís Leitão é um dos 11 delegados sindicais da fábrica Indelma de Casal do Marco, no Seixal. Tem 27 anos e trabalha há 5 na empresa. O caso deste operário especializado de 2.ª, do sector de corte e cravação automáticos, é um dos muitos exemplos das vantagens que decorrem da luta sindical organizada.

Luís entrou para a Indelma pela primeira vez em 1995, contratado por uma empresa de aluguer de mão-de-obra. Um ano depois, assinou o seu primeiro contrato a termo. Fim do terceiro contrato, em Agosto do ano passado, foi mandado embora. Como os seus contratos estavam mal formulados — eram ilegais — processou a empresa. Com o processo a decorrer em Tribunal, foi chamado a assinar um novo contrato, «O que eles me diziam é que era como efectivo», recorda o jovem sindicalista. Quando viu o contrato, apercebeu-se

que era a termo certo, sem data, sem quaisquer garantias efectivas e exigiu ter a possibilidade de analisar o documento com o sindicato. Impedido de levar a minuta do contrato, Luís recusou-se a assinar. A administração, pressionada pelo decorrer do processo judicial, corrigiu a minuta e cedeu-lhe, mais tarde, uma cópia.

Ao fim de três meses foi obtido acordo: Luís passou a ser considerado trabalhador efectivo da Indelma desde 1 de Setembro de 1996, a data do seu primeiro contrato com a empresa, o que é considerado uma vitória, pois a administração nunca lhe quis reconhecer a antiguidade. «Preparavam-se para enganar o Luís, mas não o conseguiram», diz Fernando Morais, do SIESI, salientando que já foram obtidos resultados semelhantes com muitos outros operários da Indelma.



Xenofobia perde na Suíça

Os Suíços rejeitaram massivamente no último fim-de-semana a proposta de limitação a 18 por cento do número de estrangeiro no país. Mais de um milhão e 300 mil pessoas (63,7 por cento) disseram «não», contra cerca de 750 mil votos favoráveis.

Os 26 cantões (regiões administrativas) suíços votaram maioritariamente contra o projecto apresentado pelo deputado conservador do partido radical, Philippe Muller.

Esta foi a sexta vez em 30 anos que a população suíça foi chamada a votar (e rejeitar) a limitação do número de estrangeiros no país.

Em conferência de imprensa, a ministra da Justiça e da Polícia, Ruth Metzler, declarou-se «satisfeita» com a recusa clara dos suíços.

«Uma aceitação» deste projecto «teria colocado a política de estrangeiros num impasse», afirmou.

«Os medos veiculados pelos promotores da iniciativa não surtiram efeito: os cidadãos não se deixaram convencer por argumentos e remédios simplistas», acrescentou.

A coligação governamental, no poder desde 1959, apoiada por 80 por cento do eleitorado, apelou claramente à rejeição da limitação, apelidando-a de «arbitrária e impraticável».

Quota da palmeta

Portugal vai ter um ligeiro aumento da quota de captura de palmeta na zona do Noroeste Atlântico em 2001, passando de 4.084 toneladas para 4.626 toneladas. Este foi o resultado das negociações no âmbito da Organização das Pescas do Noroeste Atlântico (NAFO), cuja reunião decorreu durante a semana em Boston (EUA) e contou com a presença de 16 partes contratantes.

Apesar de positiva, o aumento poderia ser maior se Portugal conseguisse a transferência da quota da palmeta destinada à Alemanha, e que o país não utiliza. A frota longínqua nacional, que enfrenta grandes dificuldades em conseguir licenças de pesca, poderia assim passar a capturar 5.442 toneladas daquele peixe.

Quanto às restantes espécies pescadas na zona NAFO, as quotas nacionais mantiveram-se, ou seja, 2.355 toneladas de cantarilho e 69 dias de pesca de camarão. A pesca da solha, tal como a do bacalhau, continua encerrada, depois de terem sido proibidas em 1992.

A reunião ficou ainda marcada pela decisão unilateral do Canadá de capturar 7 mil toneladas de bacalhau, o que suscitou críticas dos restantes países uma vez que a espécie ainda se encontra em recuperação.

Relatório do Banco Mundial reconhece que o agravamento da situação mundial se deve a opções erradas

Pobreza combate-se com igualdade

Em cada ano morrem no mundo 2,4 milhões de crianças com doenças causadas pela falta de água potável, revelou esta semana o Banco Mundial no seu relatório sobre «a qualidade do crescimento».

A instituição assinala que para combater a pobreza, não basta o crescimento económico, é necessário crescer com qualidade, apostando não só no capital físico mas também nos recursos humanos e na preservação dos recursos naturais.

O presidente do Banco Mundial,

James Wolfensohn, observa, na introdução ao relatório, que, no fim do século XX, há mil milhões de pessoas que não dispõem de água potável, outras tantas não sabem ler nem escrever e o número de pessoas em situação de pobreza aumentou em 100 milhões desde 1990.

Em cada segundo que passa, um acre (400 metros quadrados) de floresta é destruído, o que constitui uma inimaginável perda para a biodiversidade, acrescenta. Wolfensohn salienta que uma melhor qualidade de vida necessita de maiores rendimentos mas isso não é suficiente, deve estar associado a melhorias na educação, na saúde, na igualdade entre sexos, nas liberdades civis, na participação dos cidadãos nas decisões da administração pública e no combate à corrupção.

O Relatório do Banco Mundial sublinha que a última década do século XX testemunhou grandes avanços nalgumas partes do mundo, mas também abrandamentos ou recuos noutras zonas do globo, questionando se o crescimento é suficiente para fazer recuar rapidamente a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

Na óptica daquela instituição internacional, a melhoria da qualidade de vida e o combate

O número de pessoas em situação de pobreza aumentou em 100 milhões desde 1990

à pobreza pressupõe uma maior igualdade de oportunidades para todos, com acesso à educação, à saúde e ao emprego, uma melhor alimentação para todos, um ambiente mais limpo, um sistema

industrializados: acento tónico em todos os activos (materiais, humanos e naturais), a necessidade de zelar por uma repartição equitativa ao longo do tempo e uma boa gestão dos assuntos públicos. Salienta que os investimentos na educação favorecem o crescimento económico mas contribuem também para a acumulação de capital humano e para o bem-estar, e os investimentos no capital natural são essenciais para a saúde e indispensáveis aos que vivem dos recursos naturais. Observa que os dois activos principais para os pobres – o capital humano e o património natu-

Na conferência de imprensa de apresentação do relatório, relatada pela Agência Lusa, o economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, salientou que este documento apresenta uma reflexão iniciada pela instituição há mais de uma década, salientando que preocupar-se unicamente com o crescimento é um erro, fazendo uma crítica implícita a opções anteriores do banco.

O autor do relatório, Vinod Thomas, admitiu que um país possa conseguir elevados crescimentos no curto prazo, por exemplo, delapidando as suas



Hoje no mundo há mil milhões de pessoas que não dispõem de água potável

judicial imparcial, maiores liberdades civis e políticas, uma vida cultural mais rica.

Princípios do desenvolvimento

O Banco Mundial diz que o desenvolvimento deve assentar sobre três grandes princípios, tanto nos países em desenvolvimento como nos

países desenvolvidos: raramente recebem a atenção necessária, sobretudo em momentos de crise económica. «Esta atitude parece traduzir-se por um certo imobilismo em diversos domínios-chave: a promoção da igualdade de oportunidades, a preservação do património natural, a gestão dos riscos financeiros à escala mundial e a melhoria da gestão pública e da luta contra a corrupção».

florestas, mas com consequências negativas no longo prazo. Thomas considerou que a receita clássica do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (privatização, desregulamentação) tem de ser acompanhada por um reforço das instituições do país, considerando que este é uma das principais lições a tirar da difícil transição das economias da Europa de Leste.

Bancos do G-7 travam descida do euro

Os ministros das Finanças e directores dos bancos centrais dos sete estados mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá), reunidos em Praga, decidiram intervir nos mercados para travar a constante depreciação da moeda europeia. Depois da venda maciça de dólares e yens contra euros, na sexta-feira passada, a moeda europeia recuperou o seu valor fixando-se na segunda-feira em 0,874 dólares, depois de na semana passada ter atingido o mínimo histórico de 0,8443 dólares.

Entretanto, o grupo G-7 já avisou que está disposto a

novas intervenções sempre que o valor do euro desça para valores muito inferiores ao actual. Entre as razões desta intervenção concertada está sem dúvida o facto de que um euro fraco favorece as exportações europeias, com consequências graves designadamente para a balança de pagamentos norte-americana, cujo défice irá bater no final do ano um recorde histórico ao atingir o astronómico montante de 400 mil milhões de dólares.

No último fim-de-semana, as grandes potências, com os Estados Unidos à cabeça, decidiram ainda desferir um golpe sobre o preço do petróleo, anunciando a disposição

de colocar nos mercados parte das suas reservas estratégicas. O primeiro a anunciar tal medidas foi Bill Clinton, sendo apoiado de imediato pelos restantes países do G-7. Em resultado, o preço do barril de Brent desceu abaixo dos 30 dólares, na segunda-feira, exactamente na véspera do início da Cimeira da Organização dos Países Exportadores (OPEP), na Venezuela.

O bode expiatório

Reagindo às medidas do G-7 o secretário-geral da OPEP, Rihwan Lukman, condenou o facto de a sua organização estar

a ser utilizada como bode expiatório, face ao descontentamento dos consumidores pela escalada dos preços. Sublinhando que a actual situação não é de crise, e que por isso não se justifica o recurso às reservas estratégicas, Lukman reafirmou que a OPEP tudo fará para que os preços do crude baixem para a banda entre os 22 e os 28 dólares.

Recorde-se que, sozinhos, dificilmente os países da OPEP poderão responder à crescente procura de petróleo nos mercados mundiais, já que embora detenham cerca de 80 por cento das reservas planetárias, respondem por apenas 40 por cento do total de crude produzido.

Produção agrícola caiu

A produção de batata de sequeiro, cuja campanha já terminou, caiu 35 por cento face aos valores de 1999, fixando-se nas 199 mil toneladas, segundo dados terça-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A informação do INE aponta ainda para reduções noutras espécies como o arroz, milho, feijão ou o tomate. Quanto às campanhas ainda a decorrer, o destaque das previsões do INE vai para a vinha destinada à produção de vinho, cujo decréscimo da produtividade deverá atingir 25 por cento. Para a amêndoa prevê-se uma diminuição da produtividade de 31 por cento face a 1999, ao situar-se nos 190 quilogramas por hectare. Nos pomares de macieiras e pereiras, a redução da produtividade deverá situar-se nos 10 e 15 por cento, respectivamente, enquanto para o kiwi o decréscimo atingirá 20 por cento (8.075 quilogramas por hectare).

Quanto aos cereais de Outono/Inverno, o INE refere que as produções de trigo, aveia e cevada devem aumentar (10 por cento, 20 por cento e cinco por cento, respectivamente), ao contrário do centeio, que diminuirá 15 por cento. Ainda relativamente à batata, mas de regadio, cuja campanha ainda não terminou, está prevista uma redução da produção em cerca de 30 por cento. As produções de pêssego e de uva de mesa devem registar descidas de 15 por cento (para 78 mil toneladas) e de 10 por cento (para 52 mil toneladas), respectivamente. A laranja é uma excepção à tendência de baixa das frutas, ao apresentar uma previsão de 20 por cento de subida da produção.

Direitos na Europa

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, do qual fazem parte os deputados do PCP, termina hoje, na cidade francesa de Toulouse, uma reunião subordinada ao tema «Os cidadãos face à Europa».

Os trabalhos tiveram início na terça-feira centrando-se nas negociações para a conferência intergovernamental, a Carta dos Direitos Fundamentais e a agenda social.

Empresa de Marco

Electro Moagem abre falência

O caso da empresa Electro Moagem é mais um exemplo da falta de controlo sobre a aplicação de fundos comunitários. As vítimas são os trabalhadores.

Por detrás deste estranho processo de falência parece estar uma empresa espanhola, bem como interesses estranhos à economia nacional, segundo denuncia um comunicado da Direcção da Organização Regional do Porto, exigindo a pronta intervenção do Governo de forma a evitar o encerramento da empresa.

Em laboração desde há 70 anos no ramo alimentar, a Electro Moagem constitui uma das poucas empresas com importância económica no concelho de marco de Canaveses. Era há dois anos uma unidade rentável e viável que apresentou projectos de modernização e reestruturação à União Europeia, que foram aprovados, tendo sido disponibilizados centenas de milhares de contos de subsídios comunitários a fundo perdido.

Inesperadamente, a empre-

sa entra em processo de falência no tribunal, deixando de pagar salários desde o passado mês de Julho. Os trabalhadores iniciaram um processo de luta passando a ocupar permanentemente as instalações. Em causa está a sobrevivência de cerca de 70 famílias.

PCP apoia trabalhadores

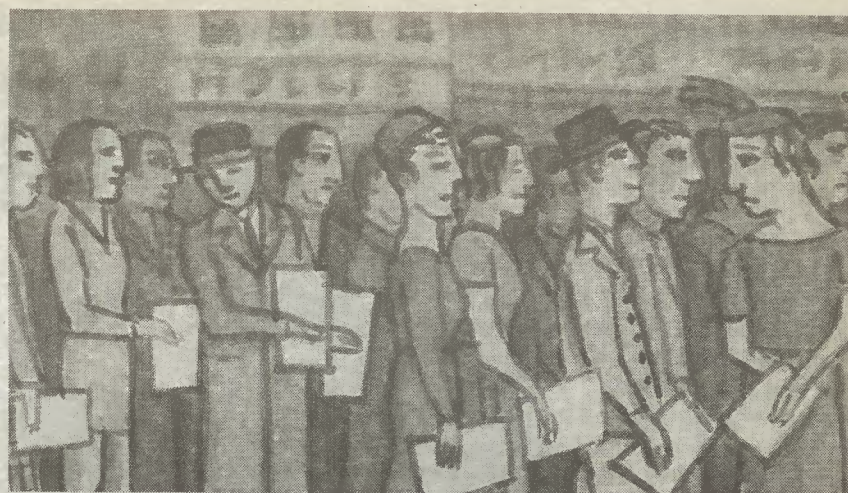
Recentemente, uma delegação do PCP, integrada pelo deputado Honório Novo, esteve no local a convite do Sindicato da Alimentação e encontrou-se com os trabalhadores, a quem manifestou solidariedade à sua justa luta, comprometendo-se a exigir a intervenção do Governo para assegurar a continuidade dos postos de trabalho.

Nesse sentido, o deputado

comunista entregou na Assembleia da República um requerimento em que lembra que a referida unidade industrial possui a certificação de qualidade atribuída pelo IPO em 1999, e que recebeu avultadas verbas para se modernizar. Honório Novo questionou ainda o Governo sobre as medidas que pensa adoptar para garantir o pagamento de salários aos trabalhadores e para viabilizar a empresa.

Na passada semana, esta questão foi levada ao parlamento Europeu pela deputada do PCP, Ilda Figueiredo, que numa pergunta escrita à indaga sobre a veracidade da atribuição de fundos comunitários e em que montantes exactos, questionando ainda sobre a existência de mecanismos de controlo sobre a aplicação das verbas, designadamente quanto à manutenção dos postos de trabalho.

Recorde-se que Marco de Canaveses é um dos concelhos mais pobres do interior do distrito do Porto, onde o emprego escasseia.



UE «aperta o cinto»

• Pedro Carvalho

Um orçamento é um instrumento da política de qualquer governo. Aí, através das receitas e das despesas, vemos as reais prioridades de um governo e sua vontade política na execução de uma ou outra política. Vivendo nós numa União Europeia (UE), espelho das políticas neoliberais e monetaristas, não podíamos esperar um orçamento comunitário que não traduzisse, em grande medida, essas mesmas orientações. No orçamento comunitário, encontramos o suporte financeiro para as políticas monetárias do pacto de estabilidade, para um maior aprofundamento do mercado interno (mais liberalizações) e mesmo, o reforço de uma política de segurança e exterior comum.

Em 1999, foi aprovada a tão «famigerada» Agenda 2000 e com ela traçaram-se as perspectivas financeiras para o período 2000-2006. Por entre as «guerras» dos queriam reduzir a sua contribuição e dos que precisavam receber mais, acabou-se por «congelar» as disponibilidades orçamentais para este período, ou seja, os recursos financeiros da UE não podiam superar 1,27 por cento do PNB comunitário. Longe ficaram os valores apontados de dois por cento a quatro por cento aquando da discussão do segundo quadro comunitário de apoio, considerados necessários para aplicar o princípio da coesão económica e social.

Contudo, este congelamento das despesas fez-se com a perspectiva do alargamento da UE a dez países, ou seja, o objectivo, de que com um orçamento a 15 países, se poderiam financiar 25. Para além disso, vivia-se (e vive-se) um período de fortes restrições orçamentais ocasionadas pela aplicação do Pacto de Estabilidade.

Financiar alargamento

Sabe-se à partida que com este «orçamento» será impossível financiar o alargamento, mantendo a coesão económica e social. Por isso, a querer-se o alargamento, poderão estar em «carteira» um conjunto de «reformas liberais», que poderão passar, ao nível comunitário, pelo fim das subvenções agrícolas, dos fundos estruturais e de algumas subvenções a sectores económicos, e ao nível dos países candidatos por uma maior liberalização, abertura e desregulamentação das suas economias.

O projecto de orçamento comunitário para 2001, que se prepara para ser discutido pelo Parlamento Europeu (PE) em Outubro, é o mais baixo da

última década – cerca de 1.05 por cento do PNB comunitário. Muito abaixo do 1.13 por cento traçado nas perspectivas financeiras e do limite máximo de 1,27 por cento. A razão de ser desta situação prende-se, não só com a necessidade de reduzir a despesa a 15 para ter margem para o alargamento, mas também pelas dificuldades de muitos Estados-membros de cumprirem os critérios dos seus programas de estabilidade para 2001, e assim verem reduzidas as suas contribuições nacionais para o orçamento comunitário. O orçamento comunitário perde assim o seu potencial redistributivo. Pois o mercado interno, o euro e o alargamento podem trazer muitas vantagens para as multinacionais alemãs e congéneres, mas trazem/trarão, seguramente, bastantes dificuldades para os «países da coesão». Porque ainda estão para ser feitas as contas, se o que se recebe da UE é suficiente para compensar o défice da nossa balança comercial, a destruição do nosso sector primário e a desindustrialização do país.

Cortes sociais

Como nos orçamentos nacionais, quando «o cinto aperta», são sobretudo as despesas sociais e, no caso comunitário, as despesas com a cooperação e desenvolvimento, aquelas que pagam, com os cortes orçamentais. Veja-se o caso da «prioridade para a Coesão», quando é a própria Comissão Europeia e a Comissão Regional do PE que fazem propostas de cortes ao Fundo de Coesão, que podem por em causa a sua cabal execução no futuro, assim como, a «iniciativa emprego» que chega ao fim e cujas as verbas eram equivalentes às da política de informação da UE. A prioridade cooperação que também é posta em causa com pesados cortes, sobretudo para financiar uma nova prioridade – a reconstrução das Balcãs ocidentais. A UE, que agora hesita nesta nova prioridade por questões orçamentais, quando ajudou a criar o problema, com o suporte da intervenção da NATO no Kosovo.

Mas mesmo quando existem os recursos, existe, por outro lado, a falta de vontade política e/ou enormes dificuldades burocráticas por parte da Comissão Europeia. Só assim se explica, que cerca de 80 mil milhões de euros (um orçamento comunitário anual) se encontre ainda para ser executado. Esta «desculpa» serve para justificar o fim de compromissos antigos e o começar novos.

Ao nível orçamental, é necessário uma reorientação das despesas para o pleno emprego, a coesão económica e social, a cooperação e a paz. Devendo-se para isso rejeitar os sucessivos cortes propostos nestas áreas e garantir a sua real implementação financeira. Para isso, também é necessário garantir o seu adequado financiamento.

Torna-se assim indispensável uma revisão plurianual das perspectivas financeiras.

Escândalo abala França

No final da passada semana, o diário Le Monde publicou as revelações póstumas de Jean-Claude Méry, promotor imobiliário e antigo membro do comité central do RPR (União pela República), que implicam directamente o presidente francês Jacques Chirac no caso de financiamento ilícito do partido gaulista.

Méry morreu de cancro em 11 de Junho de 1999, mas deixou uma cassete vídeo gravada, onde afirma ter entregue, em 1996, cinco milhões de francos (cerca de 160 mil contos) em dinheiro ao chefe de gabinete de Jacques Chirac, na presença deste, então primeiro-ministro. Esta soma representaria uma comissão paga pelas empresas Générale de Eaux e Lyonnaise de Eaux.

A gravação indica ainda que Méry terá ter criado um sistema de cobrança de comissões, graças ao qual conseguiu passar dos nove mil contos por ano de «benefícios», com origem no mer-

cado de construção, manutenção ou reabilitação de edifícios públicos parisienses, para entre 1 e 1,2 milhões de contos «todos os anos, durante sete anos».

O presidente francês, Jacques Chirac, pediu que os «elementos» publicados pelo Le Monde, implicando-o no financiamento ilícito do seu partido, «sejam transmitidos à justiça».

Numa entrevista televisiva, garantiu «que tudo quanto consta dessa pseudomensagem é, na minha opinião, sem fundamento, mentira, calúnia e, para dizer tudo, manipulação».

No entanto, no domingo, quando no país se realizava um referendo sobre a redução do mandato presidencial de sete para cinco anos, o semanário L'Express revela que o ex-ministro socialista das Finanças, Dominique Strauss-Khan, esteve na posse da cassete, embora tenha assegurado nunca a ter visionado e garantido que desconhecida

que o presidente da República era implicado nela.

Abstencionismo sem precedentes

Embora seja difícil de estabelecer uma relação directa entre este escândalo e a fraca participação dos franceses no referendo de domingo, o facto é que este ficou marcado por um nível recorde da abstenção que atingiu os 69,5 por cento. Apesar disso, a maioria que ocorreu às urnas votou maciçamente (73 por cento) a redução do mandato presidencial de sete para cinco anos.

Entretanto, uma sondagem efectuada a um universo de 3740 pessoas à saída das urnas indicou que 47 por cento consideravam Chirac como o principal responsável pela elevada abstenção, enquanto outros 30 por cento imputaram as culpas à política do primeiro-ministro socialista Lionel Jospin.

Apoios para o audiovisual

Os ministros da Cultura dos Quinze estiveram reunidos na terça-feira para definir as verbas destinadas ao apoio e promoção das obras audiovisuais europeias. Em debate estão as dotações orçamentais propostas pela Comissão Europeia (80 milhões de contos para os cinco anos), e pelo

Parlamento Europeu (110 milhões de contos).

A promoção de projectos cinematográficos, de televisão ou de documentários por parte de produtores independentes, em especial das pequenas e médias unidades, e a difusão dos trabalhos além-fronteiras, permitindo

uma circulação dentro e fora do espaço comunitário, são alguns dos objectivos base do Media Desenvolvimento.

O apoio a conceder aos projectos não ultrapassará os 50 por cento, podendo no entanto chegar aos 60 por cento de financiamento em alguns casos previstos.

600 clandestinos desembarcam em Itália

Cerca de 600 imigrantes clandestinos (curdos, turcos, iraquianos e afegãos), entre os quais 52 mulheres e uma centena de crianças, foram interceptados pelas autoridades italianas na Calábria (sudeste de Itália). Os imigrantes, procedentes de um porto turco, acabaram por ser conduzidos pelas autoridades a um campo de acolhimento, onde se encontram já outros 800 clandestinos. No total, desde o início do ano, foram registados 17 desembarques ilegais só na costa da Calábria, envolvendo 5000 pessoas.

A maioria dos clandestinos que procura entrar na Europa através da Itália é oriunda de países islâmicos, o que faz com que um terço dos imigrantes residentes na Itália professe a religião muçulmana. Este facto motivou recentemente uma intervenção do cardeal Giacomo Biffi sobre os perigos de aceitar imigrantes islâmicos no país, o que suscitou grande polémica. Biffi recebeu o apoio de certos sectores do Vaticano e da política, como o cardeal Angelo Sodano e Umberto Bossi, dirigente da Liga do Norte.

Talibãs ameaçam vizinhos

O Conselho de Segurança da ONU expressou segunda-feira «a sua preocupação face à extensão do conflito afegão para além das suas fronteiras e dos efeitos desestabilizadores do conflito nos países vizinhos», disse o presidente do Conselho, Moctar Ouane, citado pela Lusa. Por seu lado, o representante especial do secretário-geral da ONU para o Afeganistão, Francesc Vendrell, anunciou que se desloca na próxima semana à região para avaliar «a vontade das partes de concluírem um cessar-fogo» e de «iniciarem negociações». As milícias islamitas dos talibã, que afirmam controlar mais de 80 por cento do Afeganistão, combatem as forças da oposição a dois ou três quilómetros da fronteira do Tadjiquistão, segundo um porta-voz do exército russo colocado ao longo da fronteira desta ex-república soviética da Ásia central. As tropas russas estão em alerta máximo.

Espiões da UNITA presos na Namíbia

As forças de segurança da Namíbia detiveram, desde início deste ano, 33 angolanos acusados de serem espiões da UNITA, anunciou o inspector Moses Hawanga, da polícia namibiana citado pelo boletim «News24». As detenções foram feitas durante várias operações na região do Kavango, perto da fronteira setentrional namibiana com Angola, onde segundo a polícia a UNITA causou mais de 50 mortes em ataques a civis. Todos os detidos admitiram ser

As ajudas ao Terceiro Mundo reduziram-se na última década. Até o presidente do Banco Mundial diz que «isso é um crime»

Os problemas dos pobres não chegam à mesa dos ricos

A 55.ª Assembleia anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a decorrer em Praga, capital da República Checa, colocou de novo na ordem do dia as contradições de um sistema que, apresentando-se como o modelo a seguir à escala mundial, mais não tem feito do que aprofundar o fosso entre pobres e ricos.

Esta é uma realidade reconhecida por Wolfensohn e pelo seu congénere do FMI, Horst Köhler, cuja estratégia parece ser a de alijar responsabilidades, remetendo-se ao papel de meros executores das políticas definidas pelos EUA e pela União Europeia, que efectivamente controlam as duas instituições.

A «bondade» das posições dos homens fortes do Banco Mundial e do FMI - que prometem duplicar até ao final do ano o número dos que poderão beneficiar do plano HIPC (sigla inglesa que identifica os países pobres altamente endividados) criado em 1996 para 41 Estados, mas que até agora só se aplicou a dez deles e com resultados mais do que duvidosos - não convencem as inúmeras Organizações Não Governamentais (ONG) que acorreram a Praga para denunciar as profundas injustiças da ordem mundial reinante.

Num documento divulgado a semana passada em Praga, o Banco Mundial faz um balanço «muito posi-

vo» dos resultados do programa HIPC, elegendo Moçambique como «o caso

Apesar do crescimento da economia, a distribuição da riqueza está pior

de sucesso por excelência. No entanto, a verdade é que cinco desses «países beneficiados» - Zâmbia, Tanzânia, Senegal, Mauritânia e Camarões - continuam a pagar pelo serviço da sua dívida verbas superiores aos orçamentos conjuntos para a Educação e a Saúde!

A olhar para o umbigo

A consciência da necessidade de «fazer qualquer coisa», sublinhada pelo Banco Mundial e pelo FMI, está longe de ser inspirada por sentimentos meramente humanitários. Como afirmou Wolfensohn numa conferência de imprensa antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, no passado fim-de-semana, «uma das coisas que podem desestabilizar os países desenvolvidos (...) são os protestos sociais em todo o mundo, e creio que os números se estão a



Na África subsahariana, a maioria da população vive com menos de um dólar por dia

desenvolver de forma tão seriamente que corremos um sério perigo».

De que números fala Wolfensohn? Dos que revelam que a riqueza de 20 por cento da população mais rica é 37 por cento superior à dos 20 por cento mais miserável. Um fosso que não parou de se aprofundar na última década.

Os exemplos que confirmam esta realidade não faltam. Na África subsahariana, onde se concentram os 41 países mais pobres do mundo, a maioria da população vive com menos de um dólar por dia. Enquanto isso, na América Latina, o que se verifica na generalidade dos países, segundo o próprio Wolfensohn, «é que, apesar do crescimento

das suas economias, a distribuição da riqueza entre ricos e pobres, de facto, está pior». «Há que reconhecer - sublinhou - que o coeficiente de GINI [que estabelece a diferença entre ricos e pobres] é demasiado grande para assegurar a estabilidade social.» Uma constatação tanto mais gritante quando se sabe que, de acordo com as previsões económicas de Outono, divulgadas a 19 de Setembro, se prevê uma taxa de crescimento mundial de 4,7 por cento em 2000, o valor mais elevado da década.

Os ministros do G7 - os países mais industrializados do mundo - chegaram no entanto a Praga preocupados com outras coisas: o preço do petróleo e o descalabro do euro. Aparentemente, para os ricos, miséria do mundo pode esperar.

Segundo informação da Lusa, Portugal participa na reunião de Praga - que formalmente se iniciou na terça-feira e termina hoje - com uma delegação chefiada pelo ministro das Finanças, Pina Moura, e que inclui o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e vários banqueiros convidados, entre os quais os presidentes do Banco Comercial Português, Jorge Jardim Gonçalves, e da Caixa Geral de Depósitos, António de Sousa.

● R. M.

Protestos em Praga contra o FMI e o Banco Mundial

A reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que se iniciou no último fim-de-semana em Praga tem sido acompanhada de numerosas acções de protesto.

A organização de defesa dos direitos humanos «Jubileu 2000» responsabiliza aquelas duas instituições do capitalismo internacional pela morte diária de 19 000 crianças no mundo inteiro. «Se isto acontecesse na Europa seria designado por Holocausto mas como se passa na Tanzânia, Moçambique, Quénia e noutros países trata-se de um acontecimento normal. Os países do terceiro mundo esmagados pela dívida externa não estão em condições de assegurar os necessários serviços de saúde».

Manifestantes do Quénia afirmam que «cinquenta anos de opressão basta» e que «a economia imposta pelo FMI e Banco Mundial é a principal causa do «apartheid económico mundial».

Segundo o «Neues Deutschland», o FMI tem sido o «bombeiro das instituições de crédito» do capitalismo quando o país devedor estrangulado já não tem condições para pagar as dívidas, o que em geral é feito através da «redução das despesas públicas com cortes drásticos nas políticas social, de saúde e de formação e ensino». A revolta das populações contra tal política tem conduzido à proliferação de regimes ditatoriais ou antipopulares de fachada liberal.

A polícia da Checoslováquia, um Estado que também é vítima da política de privatizações imposta pelo FMI e BM

- com cerca de 10% de desempregados e salários médios de 70 contos (salário mínimo 20 contos) e cujo presidente Havel tem sido um fervoroso adepto das bombas «democráticas» e «humanitárias» da NATO -, está a criar as maiores dificuldades à participação dos manifestantes vindos do mundo inteiro.

Segundo o «Neues Deutschland», instituições policiais dos Estados Unidos e de vários países europeus forneceram listas de pessoas politicamente indesejáveis aos seus colegas checos. Panfletos criminalizando os manifestantes e distribuídos pela polícia à população de Praga ou a anulação por intervenção policial de contratos com salas já assinados pelos organizadores dos protestos são apenas alguns exemplos das medidas repressivas tomadas pelos guardas da «democracia» made in USA.

Comboios vindos da Itália e autocarros alemães e ingleses têm sido retidos na fronteira. Mesmo assim os protestos não cessaram de aumentar ao longo da semana: delegações da Grécia e Chipre estiveram igualmente presentes.

Na anticimeira, um representante da Grã-Bretanha recorda que no mundo inteiro luta-se contra esta política: «Nós sabemos que o nosso protesto de terça-feira não veio pôr fim imediato ao capitalismo, mas cresce no mundo inteiro a consciência anticapitalista, até daqueles que ainda ontem acreditavam neste sistema.»

Resultados oficiais contestados

Tensão na Jugoslávia

A Comissão Eleitoral Federal anunciou terça-feira em Belgrado a necessidade de uma segunda volta nas presidenciais. A oposição rejeita os resultados e fala em «fraude».

À hora do encerramento desta edição desconhecia-se o resultado da anunciada declaração de vitória, ao início da noite de ontem, do candidato da oposição Vojislav Kostunica, que assim rejeitava os resultados oficiais provisórios divulgados pela Comissão

Muito antes ainda dos jugoslavos, já muitos outros tinham «votado»

Eleitoral Federal. Segundo este organismo, nenhum dos candidatos presidenciais conseguiu domingo a maioria absoluta: o candidato da Oposição Democrática da Sérvia (DOS), Vojislav Kostunica, recolheu 48,2 por cento dos votos, e o actual presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, 40,2 por cento. A necessidade da segunda volta, a 8 de Outubro, foi contestada de imediato pela oposição, que reivindica vitória não apenas no escrutínio para as presidenciais mas também nas legislativas e nas autárquicas.

De acordo com Kostunica, que afirmou não aceitar uma segunda volta, «isto é uma fraude política e um evidente

roubo de votos, o que não pode ser aceite». A «guerra dos números» estalou logo depois das eleições, com a DOS a clamar vitória absoluta. Segundo os últimos dados da oposição, Kostunica teria obtido 54,6 por cento dos votos, contra 35,2 por cento de Milosevic. Também no respeitante ao parlamento os dados divergem, com a aliança formada pelo Partido Socialista de Sérvia (SPS) e pela Esquerda Unida Jugoslava a proclamar-se vencedora graças à vantagem conseguida no Montenegro e no Kosovo. Consenso mesmo só parece existir no tocante às autárquicas, em que a oposição reforçou a vitória alcançada em 1998.

A confirmar-se a decisão de Kostunica de não aceitar uma segunda volta, a tensão política subirá ao rubro nos próximos dias e as consequências são imprevisíveis. Como refere o jornal alemão *Junge Welt* de ontem, «a imprensa internacional e a



Expectativa em Belgrado

NATO tentaram criar na oposição a ideia de que esta já teria atingido a maioria absoluta desde o fecho das mesas de voto, como se os sérvios tivessem votado em Washington ou em Londres... os líderes da oposição procuram trazer para a rua os seus partidários. A responsabilidade de eventuais confrontações cabe aos dirigentes da oposição e à NATO.

O voto do ocidente

A posição assumida pela NATO e pela União Europeia face às eleições jugoslavas é conhecida. Numa primeira fase não reconheceram qualquer legitimidade às eleições convocadas pelo regime; posterior-

mente, não tiveram qualquer pudor em afirmar que as eleições só seriam «democráticas» se se registasse uma vitória da oposição. A ingerência e a chantagem assumiram proporções inauditas, só comparáveis com a campanha de desinformação levada a cabo a nível internacional sobre tudo o que à Jugoslávia diz respeito. Não é pois de estranhar que, realizado o escrutínio, tanto a NATO como a UE dispensassem o apuramento dos resultados para dar a sua própria sentença.

Horas antes do pronunciamento da Comissão Eleitoral Federal já a UE tinha enviado uma mensagem política de reconhecimento de Kostunica como vencedor das presidenciais. Para que não houvesse dúvidas quanto ao empenhamento dos Quinze neste resultado, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Védrine, pediu de imediato à Comissão Europeia «o rápido levantamento das sanções que golpeiam o povo sérvio».

Quanto a Clinton, declarou na terça-feira que Milosevic «perdeu o último vestígio de legitimidade», ao mesmo tempo que um porta-voz da Casa Branca dizia ser «altamente suspeita» a convocatória de uma segunda volta das presidenciais. O Departamento de Estado, por seu turno, classificou os resultados oficiais de «uma manipulação e uma fraude». O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, intrépido defensor dos bombardeamentos da NATO à Jugoslávia em 1999, foi mais longe, e avisou Milosevic de que a NATO tem na região os meios militares necessários para o dissuadir de qualquer acção contra a oposição.

Com tanta participação nas eleições, dir-se-ia que os jugoslavos nem precisavam de se ter dado ao trabalho de ir às urnas. Mas no entanto foram, e o mínimo que se pode desejar é que a sua vontade seja respeitada. Sem ingerências.

Discurso directo

● «Nós só aceitamos Milosevic como um indiciado por crimes de guerra. Ele pertence ao (tribunal internacional) de Haia» - P. J. Croley, porta-voz da Casa Branca.

● «Os resultados finais da eleição ainda não são conhecidos, mas à luz das informações disponíveis, fica claro que qualquer reivindicação de vitória por parte de Milosevic seria fraudulenta» - comunicado da UE divulgado pela França.

● «Temos que nos assegurar de que Milosevic compreende que há uma forte presença militar dos aliados nos Balcãs para que ele não tente nenhuma nova acção militar» - Robin Cook, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros.

● «A estabilidade dos países vizinhos da Europa é uma condição indispensável à estabilidade da própria Europa» - George Robertson, secretário-geral da NATO.

● «Ainda não há resultados, mas a oposição saiu-se muito bem» - P. J. Croley, porta-voz da Casa Branca.

● As eleições decorreram sem «irregularidades sérias» e as sanções contra a Jugoslávia devem ser levantadas - Igor Ivanov, ministro russo dos Negócios Estrangeiros.

● As eleições «estão longe de ter sido democráticas» - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

● O «ditador» sérvio organizou «eleições fraudulentas» - Lorde Russel-Johnston, presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

● «A vitória de Milosevic não é importante porque abrange apenas um pequeno número de eleitores» - Marko Jaksic, da DOS, ao reconhecer a derrota de Kostunica no Kosovo.

● O Tribunal Internacional de Haia é uma «instituição monstruosa, mais política do que jurídica, mais americana do que internacional» - Vojislav Kostunica, candidato presidencial da DOS.

● «A infeliz nação sérvia não precisa de nenhuma ajuda vinda da Casa Branca» - Vojislav Kostunica.

● Todos os sérvios que queiram correr com Milosevic «podem contar com o total apoio dos Estados Unidos» - Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana.

membros da UNITA e estar a recolher informações sobre a localização das Forças de Defesa da Namíbia e das Forças Armadas Angolanas (FAA) ao longo da fronteira, disse Hawanga. Ainda segundo o inspector, alguns dos detidos conduziram as forças de segurança namibianas a esconderijos no interior de Angola, onde foram descobertos depósitos de armas, incluindo 30 espingardas automáticas de assalto AK-47, G3 e explosivos.

Pinochet submetido a exames psiquiátricos

O juiz Juan Guzmán, que investiga as 171 queixas criminais apresentadas nos tribunais chilenos contra o ditador Augusto Pinochet, decidiu adiar o interrogatório do general, marcado para 9 de Outubro, e ordenou que este seja submetido a exames psiquiátricos para determinar uma eventual incapacidade mental. Paralelamente, o magistrado decidiu processar por homicídio três ex-oficiais superiores da ditadura: o general Sergio Arellano, o brigadeiro Pedro Espinoza e o coronel Marcelo Moren. Todos estes oficiais, que se encontram na reserva e até ao momento apenas tinham sido processados por sequestro, foram detidos em meados de 1999 por participação nos crimes cometidos pela «Caravana da Morte», um comando militar que percorreu o Chile semanas após o golpe de Estado de 1973 e executou sumariamente 74 opositores. Os três acusados podem pedir para beneficiar da lei da amnistia adoptada em Abril de 1978 pelo regime de Pinochet, que amnistia todos os crimes políticos cometidos nos primeiros cinco anos da sua ditadura, de 1973 a 1990.

EUA boicotam Cuba

O presidente do parlamento de Cuba, Ricardo Alarcon, acusa os Estados Unidos de estar a protelar a concessão de vistos à delegação cubana que deve participar na próxima semana numa Conferência da União Interparlamentar (UIP), em Nova Iorque. Falando ao programa «Mesa-Redonda Instrutiva» da televisão cubana, o presidente do parlamento cubano informou que o pedido dos vistos foi entregue há um mês na Secção de Interesses dos Estados Unidos, em Havana. O Departamento norte-americano de Estado alega que a Conferência não constitui um evento da ONU. «Se esta não é uma reunião da ONU, é difícil conceber outra igual», referiu Alarcon, recordando que a UIP «nunca levou a cabo uma reunião onde se proibisse a participação de um dos seus membros». A manter-se a recusa dos vistos, esta seria «uma violação absoluta de normas elementares daquela organização que mereceria um mínimo de respeito por parte dos Estados Unidos», afirmou o parlamentar cubano.

Ajudas americanas

Segundo os dados oficiais da USaid, a agência norte-americana encarregada da cooperação, foram gastos este ano 25 milhões de dólares só com a Sérvia, contra uma quinzena de milhões em 1999 e 41,5 milhões programados para 2001. Um documento interno da USaid, citado pelo jornal francês *Libération*, especifica que 3,8 milhões de dólares foram destinados ao «processo político», financiando nomeadamente «a assistência técnica e o apoio aos partidos políticos da oposição» e «o patrocínio de sondagens e análises». A fatia maior, 11,3 milhões de dólares, foi para a «sociedade civil» (organizações não

governamentais, movimentos de mulheres, militantes da democracia, etc.) e cinco milhões à assistência «municipal e humanitária», que inclui a ajuda aos responsáveis locais da oposição. O restante destinou-se a despesas com os intermediários.

Estas verbas não incluem a ajuda prestada por grandes fundações privadas norte-americanas, como a do multimilionário de origem húngara George Soros.

Um dos maiores orçamentos da «ajuda à democracia» foi para a instalação do «anel em volta da Sérvia»: seis emissores de rádio difundindo nomeadamente a Voz da América e a Rádio Europa Livre.

Padre colombiano detido no Brasil

A Polícia Federal de Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil, prendeu na passada sexta-feira o padre Olivério Medina, da Comissão Internacional das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular (FARC-EP), quando este foi renovar o seu visto de permanência no país.

Olivério Medina tinha a seu cargo a divulgação da situação colombiana, a denúncia da violação dos direitos humanos e a guerra suja contra o povo colombiano, agora agravada com a implementação do chamado «Plano Colômbia».

A prisão de Medina é totalmente arbitrária, dado que possui residência legal no Brasil e não cometeu nenhum

delito ou infracção. Mais grave ainda, as autoridades brasileiras propõem-se ordenar a deportação sumária do representante das FARC-EP, entregando-o ao governo do presidente Andrés Trastana, o que equivale a uma sentença de morte, uma vez que na Colômbia é esse o destino mais comum dado aos membros da guerrilha.

A Comissão Internacional das FARC-EP, bem como inúmeras organizações políticas e sociais brasileiras, apela à solidariedade com Olivério Medina, exigindo a sua libertação imediata e repudiando a ameaça de deportação.

Entretanto, no Brasil, prosseguem as acções de protesto contra o «Plano

Colômbia» - para hoje está marcada uma concentração na Cinelândia -, denunciado como uma tentativa de, a pretexto do combate ao narcotráfico, visar liquidar os movimentos sociais que lutam contra a opressão capitalista e por uma sociedade mais justa. Acresce ainda que o referido Plano é visto como uma ameaça à Amazônia, por cujo controlo os EUA aspiram.

Apresentado como a solução para o problema do narcotráfico, o Plano Colômbia assenta no apoio militar dos EUA ao reforço do Exército e da oligarquia colombiana, numa ainda maior abertura da economia da Colômbia aos investimentos externos e na extensão do latifúndio.

Palavras e Cromos

• Urbano Tavares Rodrigues

Um hospital para Moura

Enquanto umas tantas dúzias de oligarcas exercem o poder efectivo na nossa Pátria, por cima do próprio Governo, que vai privatizando sucessivas empresas, e o trabalho precário, a recibos verdes e sem regalias sociais nem segurança de estabilidade, se aproxima muito do desemprego, aumenta em Portugal, como aliás noutros países da U.E., um novo tipo de escravos. São homens sem cidadania, imigrantes ilegais, de olhar sempre receoso, que vêm muitos deles de África, da fome de Angola ou da Guiné, falam línguas crioulas ou autóctones e, escaldados por roubos e ofensas, já se dão por muito contentes quando o patrão «generoso», empreiteiro ou subempreiteiro, lhes dá a ganhar na construção civil metade do que ganham os operários portugueses com as mesmas habilitações. Há também a gente, loura ou morena mas com sinais de diferença do gesto e no estar e com o mesmo susto na mirada, que rolou por essa Europa oriental, aos magotes, desde a Rússia e a Tartária ao Montenegro, à Bósnia, à Roménia. São os foragidos desses países onde se desmoronou um socialismo cheio de erros e que ficaram na miséria, enquanto ao lado deles cresciam fortunas, surgiam *gangs* e uma grande máquina publicitária apregoava a nova riqueza e a carne, o peixe e os livros atingiam preços astronómicos. Esses homens em busca de trabalho, de qualquer trabalho, foram mecânicos ou até engenheiros, protésicos, carpinteiros, soldadores e até

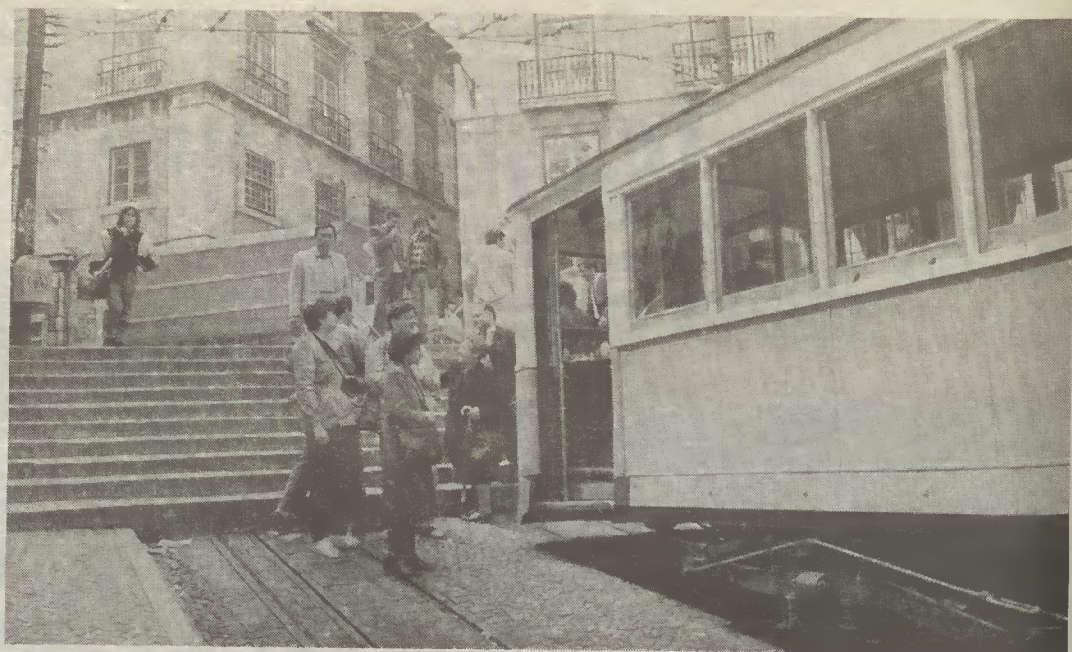
mesmo médicos. Impressiona falar com eles.

Mas sem querer, por hoje, endireitar um mundo cada vez mais torto no que respeita à justiça e certamente com menos direitos humanos do que há dez ou quinze anos, vou limitar-me a olhar para mais perto, para uma terra que me é sobremaneira querida: a margem esquerda do Guadiana, tão bela na unidade dos seus olivais prateados, dos seus serenos montados e searas agora com a cor do estilo nos restolhos e nas medas de palha. Falo sobretudo de Moura, capital do Alqueva, e de Safara, de Santo Amador, de Santo Aleixo da Restauração, da Amareleja, do Sobral da Adiça. Falo de povoações pobres, que têm o encanto do seu casario, das suas torres, das suas igrejas e a alma do seu povo, generoso e valente, dado ao silêncio no infortúnio e capaz de partilhar quantas vezes o pão na penúria e na desgraça, sem súplicas nem imprecações.

Sou eu, hoje, a falar por eles, a dizer, para que alguém me ouça, que Moura tem que ter um hospital e um hospital a sério, que lhe permita acolher não só os moradores da cidade mas os das terras em seu redor, aos que já nomeei e outras ainda, aldeias esquecidas nas dobras do montado, «montes» quase vazios.

Um hospital, com as urgências e as especialidades necessárias, moderno, decente, bem apetrechado e próximo do povo. Moura merece-o. Moura e os seus termos, todo esse pessoal, os novos e os velhos, as parturientes e os feridos de acidente, os difíceis doentes crónicos e os de diagnóstico incerto. Não é justo nem humano que tenham de aguardar, em péssimas condições, deslocações morosas e inconvenientes para o seu estado.

Moura terá o seu hospital, nem que vamos pedi-lo, exigi-lo ao céu, ou ao inferno.



• José Neves

O Triunfo das Bicicletas

Título para uma Revolução urbana

Quando se encontra coragem para galgar, pé ante pé, a rampa por onde devagar bem devagarinho sobe o Elevador da Glória, esse mesmo que nos leva da Avenida da Liberdade ao Bairro Alto, há sempre uma menção honrosa. Antes da vista sobre a cidade, ali mesmo do jardim de São Pedro de Alcântara, surge inscrito no muro, a letra de primária feita de tinta azul: *quem não reconhece o carácter depressivo do urbanismo moderno ou é parvo ou tem interesses nisso.*

E então, entalados entre a arrogância do dilema e a ingenuidade da caligrafia, não temos outro remédio que não pensar - nem que seja um pouco - antes de nos abandonarmos à conversa na tasca da esquina. Não tendo *interesses nisso* e arrogando-me de não ser totalmente *parvo*, decerto que compreendo o fascínio pelo Bairro Alto. As ruas pequenas de encontros múltiplos onde as esquinas são já incontáveis. Os prédios de três e quatro andares, mesmo à nossa medida. E os carros oprimidos, embaraçados perante o conforto dos transeuntes e a ausência do seu «espaço vital», feito de praias de alcatrão e de expansivas faixas de rodagem.

Ali no Bairro, naquele curto pedaço de semana, a rua é claramente de quem a apanhar e é possível falar com o vizinho do último andar, nem que seja para que este justamente reivindicar o inalienável direito ao silêncio. Finda a noite, é certo, milhares de corpos arrastam-se novamente para casa, enfiando-se nas gavetas desses armários de betão que, bem cinzentos, se vão ridiculamente levantando do chão. No dia seguinte - lá fora um sábado de radiosa luz - perguntamo-nos: onde vamos? Passear simplesmente na rua ao sabor do escape? Escutar o chilrear dos motores? Ir ao jardim que o bairro já merecia, mas onde nasce mais um paralelepípedo gigante? Irmos ao café que agora é já agência bancária? Não, decerto que não vamos para esses lados e ficamos em casa a ver na TV o resumo do jogo do Lourosa ou, mais audazes do que nunca, apanhamos o metro ou a camioneta em direcção ao grande shopping, onde devoramos montras ao ritmo de pipocas com coca-cola.

E o carácter depressivo do urbanismo contemporâneo está aqui: no facto de nunca termos trocado, com esses milhares de pessoas com que trocamos encontros no shopping, com uma pessoa que fosse desse infundável magote, uma palavra sobre a vida do periquito ou do esposo, o ritmo do trabalho ou, mesmo, o jogo do Lourosa. Dir-se-á que é normal, que as cadeiras do *fast-food* são desconfortáveis, que a música estava muito alta e, finalmente, que «as pessoas não se conhecem...». Chegámos então à falência da cidade prometida: as

pessoas não se conhecem. E isso, não sendo motivo de escândalo, é já argumento de bom senso.

*
* *

Mas o problema não é só o shopping, o condomínio-cárcere ou a via rápida à porta da escola. Olhemos para a universidade e constatemos o seu vertiginoso declínio enquanto antro alternativo na cidade. E esse declínio é a cara do discurso da coroa: a universidade é para ensinar (cujo repentino oposto nos remete para aprender), arranjar um diploma e encaixotar o aluno na empresa ou enfileirá-lo à porta do subsídio de desemprego. Não há grupos de teatro para alunos e vizinhos, à noite ou ao fim-de-semana. Não há noites de jazz às 5.^{as} Não há uma reunião para discutir a criação de uma comissão de moradores por causa dos atropelamentos na avenida. Não há instalações desportivas e bibliotecas abertas aos vizinhos e a outros engavetados da cidade. Simplesmente não há. Porque até nós limitámo-nos a lutar a uma questão política e de instituições. E porque nos mandam ir fazer a praia para outra calçada.

Não me canso assim de recordar aquela outra sentença, às portas da zona universitária de Barcelona, onde alguém escreveu: «Nós, estudantes, somos presos políticos!» E fazendo a ponte entre as duas, esta e a do Elevador da Glória, a questão que se coloca é se nós, devotos cidadãos, também não o somos, emparedados pelo nojo televisivo e pelos novos mundos que Colombo e Vasco da Gama vão dando ao mundo.

*
* *

Resta então sair para a rua. Caminhar sem máscaras. Desbravar os rótulos. E assim destruir a retórica dos dominadores. Reencontrar as pessoas perdidas em horas de TV. Ocupar. Parar no café do bairro. Jogar a bola em vez de a ver encaixotada em 56 cm². Imaginar o grande jardim prometido pelo Polis. Oferecer, pelo Natal, a bicicleta e não o jogo de vídeo. E magiar o derrube do betão realmente erguido.

Sem esquecer que, de um e de outro lado da rua, a câmara de vídeo - esse odioso nariz das agências bancárias que crescem como só deviam os cogumelos - segue os nossos passos. É também por isto que a questão dos que internamente nos administram e nos seguram não é Fernando Gomes ou Dias Loureiro, Guterres ou Cavaco. Não adianta muito, pois, passar para o outro lado da rua. Talvez valha a pena, isso sim, passarmos para o outro lado da luta.



● Zillah Branco

Engrenagem trituradora

«Antigamente vivia-se melhor», era a frase comum dos saudosistas, de quem não sente mais os encantos da vida de quando era jovem. Hoje é comum encontrarmos pessoas que ainda não chegaram aos quarenta anos dizendo exactamente a mesma coisa, apesar de ainda estarem no vigor da idade e da saúde.

Lembram-se de uma infância alegre, de uma adolescência em que podiam circular livremente pelas cidades, de uma juventude que lutava pelos seus ideais e abria caminho para construir uma carreira profissional com a esperança de contribuir para um mundo melhor. A década de 80, chamada na América Latina de *década perdida*, fechou-lhes o caminho, da vida e do sonho, impondo uma *engrenagem trituradora* como condição de emprego e de sobrevivência nas grandes cidades.

Foram os anos de destruição do socialismo na Europa e os da grande farsa do fim da guerra fria. Com grande alarde deitaram abaixo o muro de Berlim e, silenciosamente, ergueram o que separa os Estados Unidos do México, além de todos os outros, invisíveis, que segregaram os povos subdesenvolvidos e os trabalhadores emigrantes. Cresceu a miséria e fortaleceu-se uma elite que adoptou os valores dos antigos senhores - autoritários, prepotentes, cínicos, arrogantes com os subordinados e servis com os superiores, orgulhosos da sua erudição e dos seus diplomas - para ficar separada do resto dos mortais que não têm acesso aos benefícios institucionais do sistema. Mais um muro - de privilégios e impunidade - que deixa do lado de fora a maioria esmagadora da população, sem direitos e oprimida pela obsessão de poder dos que alcançam um lugar de comando na sociedade.

Crime emblemático

O Brasil foi sacudido por um crime passionai cometido no dia 20 de Agosto deste ano. Não por se tratar de um homicídio, que ocorre com uma frequência espantosa nestas paragens, mas por revelar em toda a sua extensão, a existência de um poder arbitrário no comando dos meios de comunicação social, o veículo principal da formação de uma consciência nacional.

Deixando de lado a identificação dos actores deste drama, foi amplamente divulgada a história banal de um homem de 63 anos que, desprezado pela namorada de 38, decide matá-la.

O importante é saber que se trata de um profissional altamente qualificado no meio jornalístico, que construiu a sua carreira com grande esforço e dedicação, chegando a ocupar os lugares mais elevados nos principais jornais da maior cidade brasileira. Sem fazer parte da aristocracia proprietária das empresas, vestiu uma armadura desumanizadora para defender o posto alcançado junto à elite. Tornou-se soberano na sua função, capaz de afastar antigos colegas que não aceitariam o seu jugo em silêncio e de contratar, como fez, a jovem que aceitou os seus carinhos. Ao longo de um ano promoveu-a de repórter a chefe elevando o seu salário do equivalente a 1.000 dólares para 4.500. Depois de quatro anos de namoro, ao ver-se preterido, despediu-a sumariamente e ainda recomendou aos amigos de outras empresas que não a contratassem. Ao constatar que um colega de trabalho a apoiava na procura de emprego, despediu-o também.

A perseguição

Deixando-se vencer pelo ciúme da ex-namorada, vigiou os seus passos, pagando motoristas para que a seguissem, alugando um apartamento no prédio em que ela vivia, invadindo os seus aposentos para recuperar roupas e jóias que lhe oferecera antes e para violar a sua correspondência electrónica. Comprou um revólver, com o qual a ameaçou, dando-lhe umas bofetadas como aviso.

Esta facta mostra o comportamento da vítima e sua família. O pai da jovem acompanhou-a à polícia para registar uma denúncia. No entanto, decidiram não dar andamento ao processo e, na véspera do assassinato, o criminoso almoçou na casa dos pais da jovem que, além de saber da decisão da filha de por um fim ao namoro, tomara conhecimento da agressão cometida dias antes. É o outro lado da história, coerente com o comportamento da jovem jornalista que aceitou promoções e privilégios em troca dos seus carinhos.

A parte mais fria e racional do drama deu-se logo após o assassinato na tarde de um domingo. O assassino guardou como recordação as duas cápsulas das balas fatais, tomou o seu carro que estacionou numa estrada a poucos quilómetros da cena do crime e fez vários telefonemas para avisar a redacção do seu jornal indicando qual deveria ser o título e o tratamento da *matéria* nos dias subsequentes. O mesmo fez para o outro grande jornal, falando com seus velhos amigos e colegas. Conseguiu assim que as notícias atenuassem a sua responsabilidade. Acolhido por um amigo, em casa de quem ficou escondido por dois ou três

dias, foi levado a um hospital e dado como salvo de suicídio. Ao contrário do que é habitual, os médicos e funcionários que o atenderam nada revelaram sobre a veracidade de tal fato. Mas ficou constando, como forte argumento do advogado criminalista que o defende, para demonstrar o desespero e arrependimento por um acto impensado.

Foi armado um teatro para efeito jurídico-policial. Hospitalizado, o jornalista recebeu visitas eminentes, antigos colegas, amigos e os donos do jornal em que trabalhava. *Sem condições de sair do hospital*, como constou, a polícia e o promotor de justiça compareceram para ouvir o seu depoimento. Tudo teria ocorrido no maior sigilo elitista, não fosse uma microcâmara instalada por algum desafecto do criminoso, responsável por outro órgão da imprensa. Milhões de brasileiros assistiram pela televisão ao que mais parecia uma conferência do assassino em pijamã, sentado numa cadeira de rodas de onde se levantou lépido para ir à casa de banho, irritado com as perguntas que o impediam de montar um texto coerente por escrito. Sobranceiro relatou como foi assediado pela jovem até que iniciaram o namoro. Não se coibiu de referir opiniões da jovem negativas em relação aos próprios pais e irmão. Desempenhou, altamente, este torpe papel de vítima. «Fui traído, pessoal e profissionalmente», alegou explicando que errara ao «*ver ali, mais talento do que existia*».

No dia seguinte, sem qualquer autorização formal do delegado, foi transferido para uma clínica de luxo para tratamentos psicológicos.

Muita habilidade e pouca idoneidade

Neste ponto vale a pena analisar o papel do advogado criminalista (que recentemente condenou um outro homem por ter, por ciúme, assassinado a mulher), que usou de toda a sua erudição jurídica para brandir o argumento de «*defesa da honra*» em defesa do seu cliente.

«Que honra?», comenta-se nas ruas. Nem de marido, nem de amante, menos ainda de profissional e de cidadão!

Mas estes absurdos jurídicos, de forte conotação machista, existem no Brasil em meio a uma enxurrada de leis que somam um milhão, contraditórias e ultrapassadas. Mais que os argumentos jurídicos, pesaram os bons relacionamentos no alto escalão da elite para deixar alguém capaz de assassinar quando contrariado no exercício do seu poder totalitário, descansando na clínica «cinco estrelas» cuja diária passa dos 250 dólares.

Não duvido de que a diluição dos princípios éticos se deva ao deslumbramento com o poder elitista que faz com que uma pessoa de frágil carácter se sinta como um imperador cercado de escravos e serviçais, merecedor dos favores de jovens que aprenderam a galgar os caminhos da riqueza sem se deter em princípios considerados ultrapassados no ensinamento da comunicação social. Infelizmente, este filme é velho, e não só no Brasil. O mais grave, para a nação, para uma geração de jovens que não chegou a conhecer a esperança de *antigamente*, é que as instituições do Estado são manipuladas para defender um elemento da elite que cometeu um crime premeditado contra a ex-namorada e vários outros crimes, igualmente graves, contra a ética profissional, a justiça e os cidadãos.

Pintura de
Lasar
Segall



Fidel levou o humanismo cubano às Nações Unidas

Mais uma vez um discurso de Fidel Castro foi aclamado no grande anfiteatro das Nações Unidas.

A televisão e os grandes jornais dos EUA haviam antecipado com alguma melancolia que a sua presença seria quase inevitavelmente o grande acontecimento da Cimeira do Milénio. Mas não podiam prever o que se passou.

O discurso pronunciado pelo dirigente cubano no plenário da ONU foi somente o prólogo de um conjunto de iniciativas cujo significado, no dizer de uma cadeia de TV, iluminou o abismo existente entre a grandeza de Fidel e a insignificância de Clinton.

Três momentos altos ficaram a assinalar a presença cubana nos EUA, confirmando o fundamento das apreensões que ela suscitara:

1.º - A intervenção de Fidel na sessão plenária da Cimeira;

2.º - As propostas por ele apresentadas na Secção que debatia a temática da saúde;

3.º - A sua palestra na Igreja de Riverside, no Harlem.

O simples facto de a comunicação social haver dedicado maior espaço e atenção a Fidel do que ao presidente dos EUA constituiu uma primeira humilhação para o orgulho norte-americano.

Era inevitável. Clinton, numa intervenção pouco inteligente e arrogante, fez a apologia do direito de intervenção, exemplificando com a agressão à Jugoslávia, apresentada como serviço à humanidade.

Fidel apresentou o esboço de um programa de reforma radical da ONU, de modo a que esta possa cumprir os objectivos humanistas consignados na sua Carta, dos quais se desviou. Ao condenar com firmeza o direito de veto no Conselho de Segurança (definido como irritante e antidemocrático) e a subalternização da Assembleia Geral, defendeu o princípio da soberania dos povos, afirmando que ele não pode ser sacrificado em benefício de uma ordem mundial exploradora e injusta hegemonizada por uma potência que actua como superpoder planetário.

Contrastes

Enquanto alguns presidentes enaltecem a globalização neoliberal que as empobrece e avilta, Fidel responsabilizou a estratégia desenvolvida pelas potências industrializadas sob o comando dos EUA pelo caos crescente que alastra pela Terra onde cresce o fosso entre os que tudo têm e aqueles que nada possuem.

Fidel fez explodir em Nova Iorque duas bombas político-sociais:

a) Abriu aos jovens norte-americanos das minorias pobres a possibilidade de estudarem Medicina em Cuba. Colocou à sua disposição 250 bolsas anuais, para começar;

b) Informou as Nações Unidas de que milhares de médicos cubanos participarão de um Plano de Saúde para a África, se a Organização assumir o desafio histórico exigido pela salvação de centenas de milhões de pessoas ameaçadas pelas fomes cíclicas e por epidemias cada ano mais devastadoras. Centenas de bolsas seriam postas simultaneamente à disposição de estu-

dantes africanos nas Faculdades de Medicina de Cuba.

Partindo de outro dirigente do Terceiro Mundo, tais propostas teriam despertado comentários irónicos. Mas vindas de Fidel não somente foram ouvidas com emoção como suscitaram aplausos comovidos e entusiásticos.

Cuba conta hoje com 66 mil médicos, o que faz da Ilha o país com a mais elevada percentagem do mundo na relação habitantes/número de médicos.

As próprias estatísticas norte-americanas colocam em dificuldade a administração Clinton. No país mais rico e poderoso do mundo o número de analfabetos funcionais adultos excede presentemente 45 milhões. Em Cuba, pequena e pobre Ilha bloqueada, não há analfabetos.

Nos EUA, aproximadamente 40 milhões de pessoas não têm hoje acesso a qualquer sistema de saúde em caso de doença. Em Cuba, a prestação de cuidados médicos à população é gratuita, abrangendo a totalidade da população.

O contraste entre a frieza com que o plenário da Cimeira recebeu a intervenção de Clinton e a prolongada e entusiástica ovação com que saudou o discurso de Fidel foi, obviamente, registado pela comunicação social.

Na Igreja de Riverside, 3000 pessoas aclamaram o dirigente cubano. Na rua havia mais alguns milhares que não conseguiram lugar no templo. Houve quem ali sublinhasse que Clinton, se tivesse aparecido no bairro, o famoso Harlem, teria sido recebido com uma enorme vaia. Não ousaria, aliás, mostrar-se ali sem um poderoso dispositivo de segurança.

Porquê um estrangeiro, acusado de ditador pela Casa Branca, presidente de um país vítima dos rigores de um bloqueio implacável, é aclamado na ONU e numa igreja norte-americana?

O diário mexicano *La Jornada*, num editorial dedicado à Cimeira, resumiu

num parágrafo o que pensam centenas de milhões de pessoas em dezenas de países:

«Fidel, frente aos poderes mundiais e aos custos frenéticos da globalização, converteu-se numa voz espiritual dos pobres e dos explorados, incluindo os dos EUA, porque fala com a razão e expressa a verdade dos excluídos.»

Como se esperava, a Administração norte-americana reagiu à maneira tradicional. Não comentou as propostas do presidente cubano. Mas negou autorização a Ricardo Alarcon, presidente do parlamento cubano, para se deslocar a Washington, onde, a convite do Caucus Negro do Congresso, deveria falar sobre a oferta das 250 bolsas a jovens desejosos de estudar Medicina em Cuba.

O despeito das autoridades dos EUA pela atmosfera de consagração que envolveu Fidel na ONU e na cidade de Nova Iorque manifestou-se através de atitudes grosseiras e agressivas.

Elas não puderam ocultar a realidade: o fracasso das campanhas que visam desacreditar a Revolução Cubana e o seu dirigente principal.

Um símbolo a defender

O anfiteatro da ONU quase se esvaziou quando Fidel saiu da sala após a sua intervenção. Os chefes de muitas dezenas de delegações levantaram-se dos seus lugares e seguiram-no. Os funcionários da segurança tiveram um trabalho para desfazer o congestionamento que se produziu nos corredores. Toda aquela gente correu a felicitar o líder cubano. Ele expressara com dignidade e coragem o que a maioria sentia.

Qual o segredo do êxito de Fidel? - perguntavam os jornalistas.

Não creio que o ambiente criado pela sua presença tenha sido apenas uma consequência do carisma, de um prestígio pessoal que resiste a todas as calúnias.

As aclamações e abraços de Nova Iorque aparecem-me sobretudo como símbolos de um sentimento extremamente complexo não consciencializado.

Não é por um capricho que o império norte-americano, hoje aberto a negociar com a China, com a Coreia Popular, com o próprio Vietname, mantém e reforça o seu feroz bloqueio à pátria de Martí.

Fidel afirmou um dia, no auge da chamada crise dos mísseis, em 62, que se fosse necessário que Cuba morresse para salvar a humanidade, o seu povo aceitaria esse supremo sacrifício.

Esse desabafo épico provocou os comentários da praxe, tão estúpidos e mesquinhos como aqueles que identificam um brado necrófilo no «Patria o Muerte!».

Clinton, o seu Governo, Gore e Bush, a direita norte-americana, o sistema de poder que dos EUA impõe hoje a sua vontade ao planeta não podem entender uma evidência que se choca com a meta do neoliberalismo globalizado; ou seja, a perseguição do dinheiro como fim absoluto da vida.

Transcorridos 47 anos do assalto a Moncada, o povo cubano não pôde por motivos conhecidos construir a sociedade do futuro com que sonhavam Fidel e os seus companheiros. Isso não seria, aliás, possível no contexto histórico em que a Revolução Cubana teve de lutar para sobreviver. A sua simples resistência, na fidelidade a princípios e valores eternos configura, entretanto, por si mesmo, uma epopeia num mundo em que o Socialismo se afundou no próprio país que foi cenário da sua primeira experiência.

A admiração que Fidel continua a inspirar é um reflexo do respeito que envolve o humanismo cubano como símbolo de valores individuais colectivos cuja defesa é assumida pela Revolução Cubana.

Isso ficou transparente na Cimeira do Milénio.



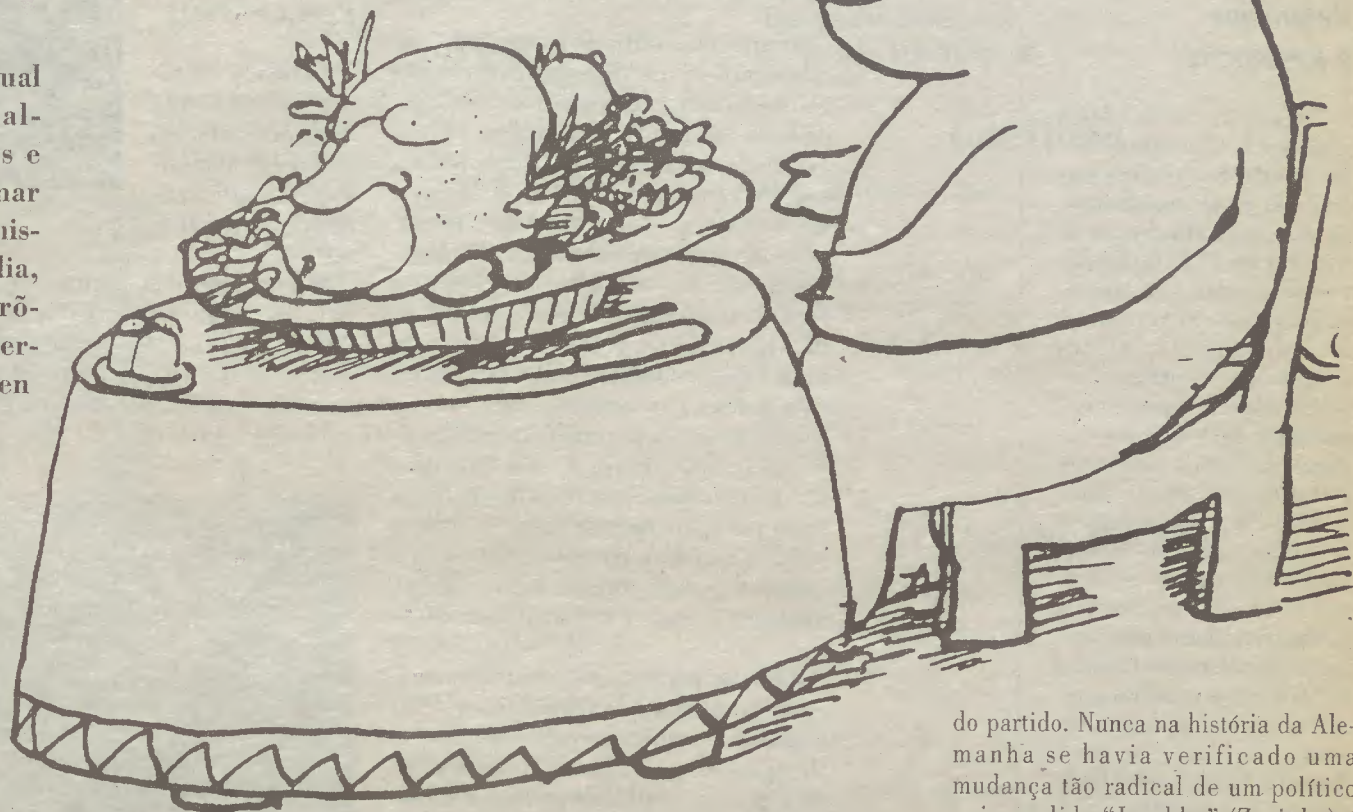
Os camaradas do capital

Para melhor caracterizar a actual orientação política da social-democracia alemã, jornalistas e comentadores políticos têm vindo a designar figuras como o chanceler Schröder ou o ministro-presidente da Renânia do Norte-Vestefália, Wolfgang Clement, por camaradas dos patrões (Genossen der Bosse, Genossen der Unternehmer) ou camaradas do capital (Genossen des kapitals).

De facto, até o antigo porta-voz do Deutsche Bank, Hilmar Kopper, se mostra surpreendido pelo servilismo de tais «camaradas»: «Se alguém me tivesse perguntado há ano e meio se poderia imaginar uma Alemanha dirigida por um governo SPD/Verdes a participar na guerra das Balcãs, a minha conclusão teria sido que essa pessoa não tinha os parafusos no sítio. Mas aconteceu exactamente isso. E de facto só um tal governo o poderia ter conseguido. Senão teria havido uma revolução neste país. O mesmo é validado em relação ao Estado social. Provavelmente a vaca sagrada tem de ser sacrificada por aqueles que a ajudaram a criar.» (Hamburger Abendblatt - 4.11.1999.)

Um dos exemplos mais espantosos deste novo tipo de sacerdotes do capital é o actual ministro do Trabalho, Riester. Há alguns anos quando pela primeira vez assisti a uma entrevista sua na WDR eu nem queria acreditar. Como perdi a apresentação do entrevistado - e durante cerca de meia hora só proferiu frases de louvor à «grande responsabilidade do patronato» e que tinha acabado de chegar da Itália onde procurou «convencer os sindicatos, empresários e entidades governamentais das vantagens da flexibilidade» - estive até ao fim convencido de que se tratava de um representante de uma federação patronal. Quando no final o entrevistador agradeceu a presença no programa do vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos (IG Metal) fiquei para morrer. Este homem é hoje ministro do Trabalho do governo Schröder e o diário «Junge Welt» noticiava ainda há poucos dias na primeira página (6.9.2000) que «Riester é pela moderna escravatura». Referindo-se a uma informação também já divulgada pela «Stern», aquele diário alemão alerta que «Walter Riester para combater o desemprego recorre ao trabalho temporário e dá instruções às repartições de desemprego para salientarem os aspectos positivos do trabalho parcial. Ainda não há muito tempo, o seu partido, o SPD, designava o trabalho parcial e temporário por «moderna escravatura». Mas segundo Riester quem estiver desempregado e se recusar a aceitar trabalhar naquelas condições ser-lhe-á cortado o subsídio de desemprego ou a ajuda social.

A reforma do sistema de pensões



apresentada por Riester é uma catástrofe para todos os assalariados. Além da privatização obrigatória de uma parte dos descontos feitos pelos trabalhadores, o patronato ficará pela primeira vez na história da Alemanha Federal dispensado da obrigatoriedade de contribuir para uma das mais importantes conquistas civilizacionais, o direito à reforma.

Privilégios inacreditáveis

Na Alemanha o grande capital vê sempre com bons olhos a participação no governo de figuras que continuando a rotularem-se de esquerda não alterem no essencial as bases do funcionamento do sistema.

Como prémio o Estado alemão reservou para a classe político-governante privilégios inacreditáveis, os maiores imediatamente a seguir aos dirigentes dos grandes bancos e empresas. «Reformas de luxo» chama-lhes a imprensa alemã, pagas, estas sim, integralmente pelos dinheiros públicos. Kohl, por exemplo, recebe mensalmente 30 563 DM (3056 contos), o equivalente à reforma de vinte operários alemães. O seu amigo e ex-ministro do Interior, Kanther, encarregado das contas secretas da democracia-cristã no Lichtenstein, foi premiado com cerca de 2880 contos mensais de pensão. Os ministros dos Verdes no Estado da Renânia do Norte-Vestefália, Vasper e Höhn, após cinco anos de serviço já tem direito a 1600 contos de reforma. O chefe da última campanha eleitoral do chanceler Schröder, Bodo Hombach, que foi obrigado a demitir-se do cargo de ministro da Economia da Renânia por possuir uma vivenda construída por um grupo económico que lhe devia favores especiais, recebeu uma indemnização de um milhão de marcos (cem mil contos) paga com o dinheiro dos contribuintes. Logo a seguir foi

nomeado coordenador económico das regiões ocupadas pela NATO nos Balcãs com um salário de seis mil contos por mês.

O conselheiro empresarial privado de Munique, Roland Berger, encarregado pelo poder político de justificar a liquidação de centenas de milhares de postos de trabalho no sector público na sequência da aplicação dos critérios de Maastricht, acaba de propor que os salários dos ministros-presidentes Stoiber (CSU) da Baviera e Clement (SPD) da Renânia sejam aumentados de 12 a 18 mil contos atingindo o rendimento anual de 650 mil DM (65 000 contos). Segundo o «Spiegel» (18.9.2000) o objectivo é procurar diminuir a diferença entre o rendimento de um chefe de governo e o dirigente de um banco. De facto, é difícil resistir às elevadas recompensas que o capital distribui aos seus agentes no aparelho de Estado.

Os valores do opressor

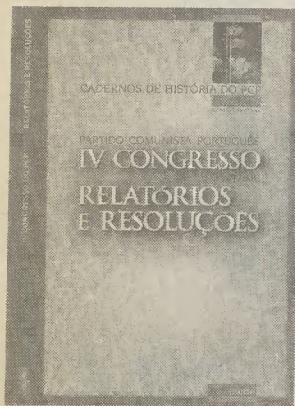
Mas o actual ministro do Trabalho, Riester, que como anuncia o «Neues Deutschland» (19.9.2000) «é cada vez mais adorado pelo patronato» não é o único candidato governamental ao título de vira-casacas político ou de expoente máximo do oportunismo.

Um dos grandes seminários alemães, o «Die Woche» (8.9.2000), num artigo ocupando quase a totalidade da primeira página e intitulado «O Caso Joschka-Fischer», descreve o actual ministro dos Negócios Estrangeiros como «um apóstolo Paulo que se despe totalmente do seu passado... governante de comédia... primeiro político virtual da Alemanha unificada o qual através da sua política nega diariamente o direito à existência o seu próprio partido. Os Verdes têm de se reinventar anunciou depois do chamado consenso atómico, o que equivalia a uma espécie de certidão de óbito

do partido. Nunca na história da Alemanha se havia verificado uma mudança tão radical de um político cujo apelido «Joschka» (Zezinho) é hoje pronunciado com tanta ternura no Conselho da NATO como outrora no 1.º de Maio... Ontem o ousado e atrevido Joschka, hoje o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha unificada. Ontem o adepto da democracia de base, hoje o torturador dos deputados da oposição no Bundestag. Ontem o anti-imperialista, hoje o seguidor da política do globalismo americano. Ontem o crítico acutilante da grande potência alemã, hoje o estratega no gabinete de guerra dos Balcãs. Ontem o defensor dos direitos humanos, hoje o fornecedor de uma fábrica de munições à Turquia para esmagar os direitos do povo curdo. E o «Die Woche» conclui que «as ambições do mestre ainda não se encontram inteiramente esgotadas. No seu novo círculo elitista acaba de candidatar-se ao título de construtor da Europa até ao fim, o «rebelde» de Frankfurt transformou-se num neto de Adenauer e no herdeiro de Kohl».

O professor Domenico Locurdo, da universidade italiana de Urbino, constata, num trabalho sobre a conversão ao capitalismo de muitos ex-comunistas italianos intitulado «Fuga dalla storia - il movimento comunista tra autocritica e autofobia» (Nápoles, 1999) que «na história existem numerosos exemplos em que o servilismo de determinados povos perante um poderoso invasor pode ir tão longe que a certa altura a vítima tende a aceitar os valores do opressor, considerando-os superiores». Mas este fenómeno acrescenta Locurdo também pode verificar-se em relação a «classes sociais e partidos políticos» sobretudo quando após uma pesada derrota, o vencedor «continua a sua campanha de morte através do fogo multimedial. Muitos dos comunistas de ontem olham hoje para Clinton com inveja por não terem tido a sorte de pertencer ao povo a quem foi atribuída a missão de fazer reinar no mundo inteiro as ideias - e os produtos «mad in USA».

Livros

IV Congresso
Relatórios
e Resoluções

Trata-se de um II volume relativo ao IV Congresso do PCP que as Edições «Avante!» lançam, com grande oportunidade, na sua colecção *Cadernos de História do PCP*. O primeiro volume, recorda a Nota da editora, foi apresentado com um prefácio do camarada Álvaro Cunhal, que aí «analisa com profundidade a importância e significado do IV Congresso (2.º ilegal) do Partido Comunista Português, realizado em Julho de 1946». Este volume apresenta ao leitor, para além de informações relativas aos trabalhos, com a revelação dos nomes a que os pseudónimos eram atribuídos, os materiais do Congresso. Os diversos relatórios apresentados então ao debate são aqui coligidos - Contra a Repressão Fascista; sobre Organização; Trabalho Sindical; o Movimento Nacional de Ajuda às Vítimas do Fascismo. São documentos de grande importância para o estudo e compreensão da luta que animava os comunistas e o seu Partido nos anos 40. Tal como os relatórios, que mostram o profundo conhecimento da realidade portuguesa de então - a nível político e social -, as Resoluções aprovadas pelos delegados a este IV Congresso - eram 41 os camaradas que nele participaram - dão ao leitor a perspectiva histórica em que a luta a partir de então se enquadrou.

Martin Crimp



Peça com
Repetições
(A)tentados

Peça com Repetições

A *Campo das Letras* lança-se na verdadeira aventura que é hoje publicar em Portugal uma peça de teatro. Ainda por cima de um autor estrangeiro que não será muito conhecido fora do meio. *Peça com Repetições (A)tentados*, é da autoria de **Martin Crimp**, um ainda jovem inglês com muita obra feita e esta obra é apresentada num extenso prefácio pelo seu tradutor, **Paulo Eduardo Carvalho**. Não vamos falar da peça nesta pequena recensão, mas assinalar apenas o interesse da sua publicação e, certamente, da sua leitura.

Olimpismo

A. Melo de Carvalho

A liquidação final
do ideal olímpico?

A espectacularidade dos mais mediáticos Jogos Olímpicos de sempre, realizados em Sydney, na Austrália, não nos deve levar a esquecer a situação confusa e contraditória que caracteriza, na actualidade, a actuação do Movimento Olímpico.

Afirmar que o Olimpismo chegou a um momento decisivo da sua existência tornou-se banal nos últimos anos. A fragilidade do Movimento Olímpico surge com evidência, para quem observa de perto a sua dinâmica. Todavia, para o exterior, ele parece mais sólido do que nunca, especialmente com a realização dos Jogos Olímpicos. No entanto, as acusações de falta de democracia, de abuso de poder e da existência de graves distorções ao Ideal Olímpico surgem cada vez mais frequentemente. Os recentes escândalos de corrupção que envolveram vários elementos do Comité Internacional Olímpico (C.I.O) retiraram-lhe o resto de credibilidade que ainda possuía junto da opinião pública mundial, transformando-o num simples organizador de jogos em que qualquer «ideal» é encarado com cinismo.

Há anos, pareceu que as comemorações do centenário do Olimpismo (1997) poderiam permitir que todo o Movimento Olímpico se lançasse numa reflexão sobre si próprio, no sentido de pesquisar e definir qual o seu significado e função no mundo actual. Mas esta expectativa falhou por completo, pois o «esforço de modernização» foi entendido, pela maioria das correntes de opinião nele existentes, como uma confirmação, ainda mais evidente e forte, das perspectivas ideológicas e do caminho iniciado pela «era de Samaranch» em 1981.

Argumentando com a necessidade de se adaptar à «evolução dos tempos», o que se fez a partir desta data foi promover a ligação, cada vez mais íntima e sólida, do desporto aos interesses económicos dos patrocinadores e, em especial, das televisões. Esta situação levou ao descrédito generalizado do C.I.O e, aqueles que, desde há muito, acreditavam no Ideal Olímpico como um factor de «purificação», se não de «salvação» do próprio desporto, tiveram de se render à evidência de que estavam enganados. Assim se confirmava a justeza da desconfiança que as organizações dos trabalhadores tinham

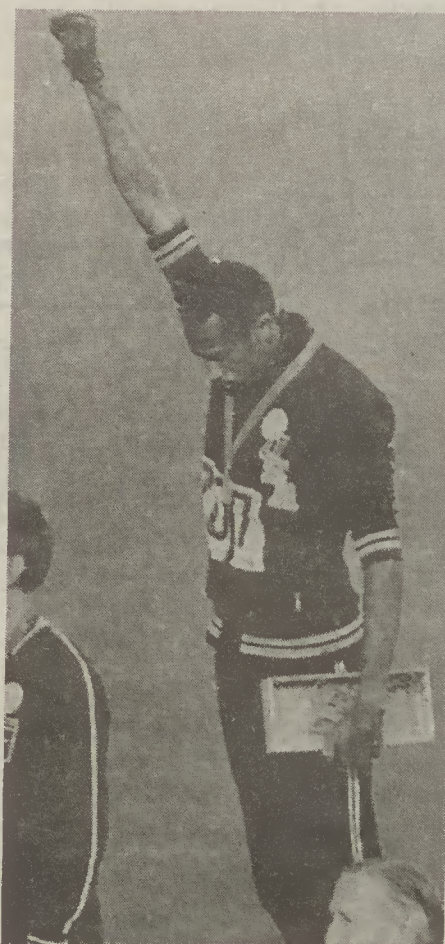


manifestado em relação ao Movimento Olímpico no 1.º quarto do século XX.

Perspectivas

As posições actuais sobre estas questões parecem poder esquematizar-se sob três perspectivas distintas:

- A daqueles que, abertamente, defendem a comercialização dos Jogos e a transformação do desporto num «produto» comercial de grande valor e o atleta num «veículo» publicitário com enorme capacidade de «venda»;

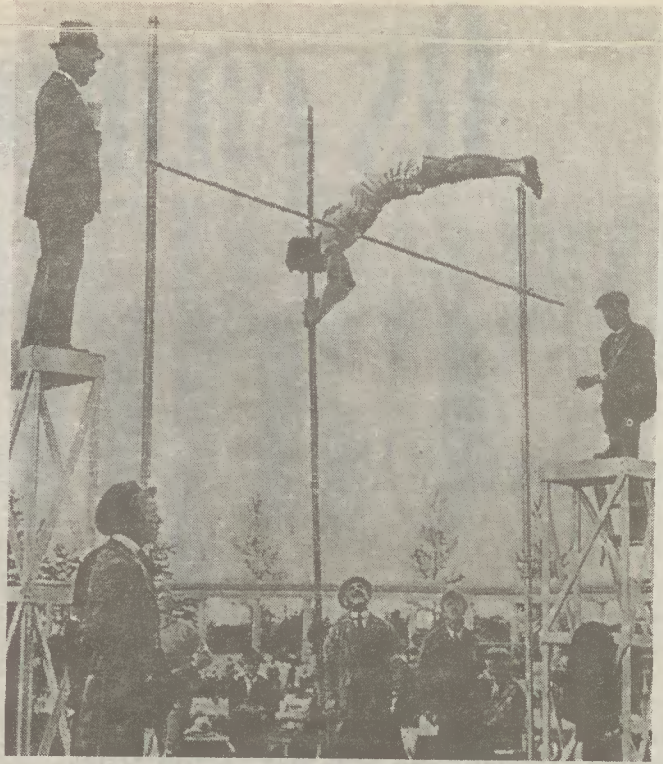


- A daqueles que continuam a defender o Ideal Olímpico mas que não acreditam que o seu valor se possa manter enquanto os Jogos estiverem subordinados a interesses que nada têm a ver com a questão desportiva;

- A daqueles que entendem que o desporto em geral, e os Jogos em particular, podem evoluir no sentido de se integrarem no mundo económico, de forma controlada pelo próprio Movimento Olímpico, de modo a que não se verifique a degradação do valor do Ideal Olímpico.

A predominância de qualquer uma destas perspectivas sobre as outras vai depender, como é natural, da evolução do próprio Movimento Olímpico. Este, por seu turno, dependerá da percepção que as populações vierem a possuir do significado e função do desporto. No presente, é claramente a 1.ª perspectiva que domina, apesar de, com maior ou menor hipocrisia, se cobrir com o «véu» dos princípios *Coubertinianos*. Todavia, com a actual constituição do C.I.O e de grande parte do Movimento Olímpico, não se descortina a possibilidade de uma alteração significativa da perspectiva dominante.

Enquanto se dá esta evolução no interior do Movimento Olímpico, no exterior



aumenta a percepção, por muitos milhões de indivíduos, do fosso que se cava, cada vez mais profundamente, entre aquilo em que o Olimpismo se está a transformar e as suas próprias convicções sobre o significado social e cultural que ele deveria assumir. A magnitude das verbas movimentadas em torno dos Jogos, que exprimem os interesses económicos daqueles que os usam como trampolim para obter ganhos incrivelmente elevados, já não passa despercebida à generalidade da população. Por isso se fala, cada vez mais intensamente, do «pão» e do «circo» da tradição romana, enquanto a espectacularidade dos Jogos os afirma como o mais importante acontecimento mediatizado à escala planetária.

Para a maioria, parece tornar-se claro que aquela 3.ª via é inviável e que a 1.ª tenderá, a mais ou menos curto prazo, a surgir em toda a sua pujança sem qualquer limite ou regra.

Questões essenciais

Aqueles que acreditaram no Ideal Olímpico e que nele ainda depositam grande esperança como factor cultural referido ao desporto, colocam questões essenciais a que o próprio Movimento Olímpico deve fornecer resposta:

- Ao procurar assumir um papel de liderança de todo o desporto mundial, o C.I.O. colocou-se ao serviço de interesses exteriores ao próprio desporto. Quais os limites que o próprio Movimento Olímpico vai impor a esta situação?

- O Movimento Olímpico entende que a actual progressiva profissionalização que faz dos Jogos uma espécie de «super-show» colocado ao serviço dos órgãos de informação, serve os interesses do Ideal Olímpico ou o dos patrocinadores?

- Qual o sentido em que entende que deve ser utilizada toda a simbologia do Olimpismo, elaborada com um significado e um sentido preciosos e agora utilizados para finalidades não previstas inicialmente? Será que esta simbologia ainda se encontra ao serviço do Olimpismo?

- Que pensa o Movimento Olímpico da opinião generalizada de que o seu sentido humanístico profundo se está a perder por ser incompatível com os interesses financeiros que se exprimem, por todo o lado, em relação aos símbolos e aos Jogos?

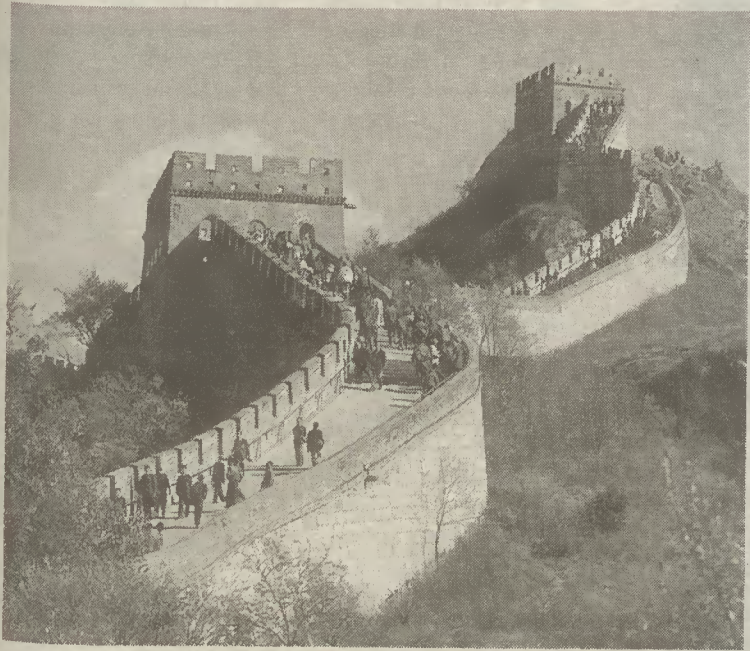
Esta problemática traduz, de facto, o processo de «fragilização» do Olimpismo, enquanto se verifica o fortalecimento financeiro do próprio Movimento Olímpico. Esta contradição, que se torna cada vez mais compreensível para a opinião pública mundial, está a pôr a descoberto qual o significado profundo do actual movimento de «modernização» e actualização do Ideal Olímpico e que não se pode considerar como positiva para o desporto.

Comunicação

• Francisco Silva

Na China de hoje

Na primeira página de uma publicação americana dirigida ao «mundo dos negócios», de princípio de 1997, um artigo a toda a largura: *O ano do rato das telecomunicações chinesas*. A ilustrá-lo, a Praça Tienamen e o grande painel com Mao Zedong. E o artigo, que quem visse esta cidade em finais de 1996 parecer-lhe-ia que os panfletos turísticos, mesmo os recentes – que o seu autor possuía-os de um visita recente –, mostravam uma Beijing de, sei lá, há um século atrás; e asseverava que o crescimento do mercado chinês das telecomunicações ia, já estava a ser, impressionante; etc. Cheguei ao fim da leitura do artigo, calhou olhar então outra vez para a fotografia da ilustração, bem no centro da página, e ter reparado que o que julgava ter visto nela era diferente



do que na realidade lá estava: na verdade, em vez da cara de Mao Zedong, uma imagem de um telemóvel! À entrada do caminho que vai da praça à Cidade Proibida!

Nem sempre vemos o que está à vista; por vezes vemos antes o que julgamos deveria lá estar. O facto é que quem estas linhas escreve tinha estado, por motivos profissionais, em Beijing em Novembro de 1996 – motivos profissionais da área das telecomunicações. Quem escreve estas linhas tinha passado numa das noites da sua estadia pelo extremo da enorme, a perder de vista, Praça Tienamen, que dá para a Cidade Proibida, e tinha visto de próximo o painel com a fotografia de Mao Zedong. Enquanto passeava nesta zona da cidade, quem escreve estas linhas, reparou bem na enorme quantidade de pessoas, praticamente todas jovens, que usava o seu telemóvel. Na rua e também os clientes dos restaurantes próximos, por sinal bem animados numa hora já tardia, enquanto cá fora o frio já apertava.

No início dos anos 90 – quase há nenhum tempo –, existiam na China 10 milhões de linhas telefónicas fixas. Albergando este país, então, cerca de 1100 milhões de habitantes, ou seja cerca de 1/5 da população mundial, a China fazia parte da cinquentena de países cuja «penetração telefónica» nem a 1% chegava. O seu número de linhas telefónicas andava a meio caminho entre o dos Países Baixos, cuja população andarà pelos 15 milhões, e o da Espanha com os seus 40 milhões de habitantes. Um pouco mais do dobro das existentes hoje em Portugal.

Telemóveis, acessos à Internet, não tinha chegado o tempo fazer tais cálculos. Estava-se, qualquer que fosse o país, mesmo os economicamente mais desenvolvidos, na época dos telemóveis «de automóvel» para uns quantos. A Internet não saía ainda das principais instituições científicas e tecnológicas, quase todas nos EUA.

Pois, em finais de 1996, já existiam cerca de 70 milhões de linhas telefónicas fixas na China, para uns 1250 milhões de habitantes. O aumento anual era de 15 milhões de linhas por ano. Cerca de uma rede do tamanho da Espanha! Cada dois anos, mais uma França! Quando vi os utentes na Praça Tienamen e arredores, eram uns 6 milhões as pessoas que andavam de telemóvel, sendo nessa altura a China Telecom um dos maiores operadores do Mundo. Quanto à Internet – que entretanto começava a chegar ao grande público do «Ocidente» – já se encontrava em expansão na China; no fim de 1996 eram uns 100 000 a dispor de uma subscrição nos prestadores públicos, nomeadamente na China Telecom. Número pouco significativo, na verdade. Mas também na maior parte dos outros países pouco se tinha avançado. Curioso era, já nessa altura, terem sido recenseados em Beijing dezenas de prestadores privados de serviços Internet.

Isto tudo, a propósito de um artigo do *Financial Times* de finais de Julho de 2000. Hoje, diz-nos o *Financial Times*, existem 125 milhões de linhas telefónicas fixas – mais do triplo da Alemanha. Todos os quinze dias é instalado um milhão de novas linhas. Um ritmo de crescimento anual ultrapassando os 25 milhões – o equivalente a uma rede inteira nova para o Reino Unido! E diz-nos mais o artigo – que no final do ano 2000 serão uns 70 milhões os subscritores de telemóveis, «o maior mercado do mundo». Agora, para completar, a Internet: as previsões são de que, no final do ano 2000, existirão uns 8 milhões, ou talvez muitos mais (20 milhões?) de utilizadores de Internet – mesmo a poucos meses as previsões são falíveis, dependendo muito do acesso WAP à Net via telemóvel –, enquanto no início de 1999 eram 2,1 milhões (recorde-se, por 20 milhões andaria o total mundial de cibernautas no início da segunda metade dos anos 90!).

Para já, fiquemo-nos por estes dados brutos (melhor dito, brutais?).

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Salmos

Projecto

Guarda, guarda nos bolsos a merenda.

Haverá o deserto.
A senda tortuosa.
Até a memória
correrá perigo.

Leva em ti a merenda
o pão e o vinho da paz.

Ciência

Olha as tuas ovelhas
no prado.

Comem a farta relva
que vieste encontrar.
Quem a regou?
Pois quem pensou em ti.

Saberão isto acaso
as tuas mãos?

Trabalhadores

Vê os trabalhadores:
são a tua muralha.

Outra qualquer
será
demasiado frágil.

Neles confiam os céus
e a Terra.

Comunhão

Não havia
nenhum necessitado

porque as herdades
as casas
ou o valor delas
eram repartidos.

(Ler «Actos dos Apóstolos
Capítulo Cinco)

Direcção

Eterno é o sonho
da felicidade.

Cada qual saberá
o seu caminho
o qual há-de ser sempre
entre o povoado.

No firmamento
a estrela necessária.

Escalada

Quanto imperfeitos
vão correndo os dias!

Não culpes Deus
porque
não há
forma de o julgarmos.

Com que outros pés
subirás a montanha?

História

Não vão no barco
os que deviam todos.

Não sonhes reunir
todos os homens, mas
somente
os necessários.

Na condição
de seres tu um deles.

Cartoon

• Monginho

Sonhos "OLÍMPICOS"



Plenários e reuniões da Organização do PCP

Porto

A Organização da Função Pública do Porto do PCP realiza a sua reunião plenária amanhã, sexta-feira, às 21h30, no Centro de Trabalho da Boavista. A proposta da ordem de trabalhos inclui o XVI Congresso do PCP e a situação política e social. Entre outros assuntos, pretende-se discutir a organização de uma campanha de defesa dos direitos dos funcionários públicos.

Sintra

O Concelho de Sintra vai ser palco de duas reuniões que visam debater a actual situação política e as eleições presidenciais de Janeiro. Amanhã, às 21h30, realiza-se o plenário de freguesia do Cacém, com Clarinda Nogueira, membro do Comité Central.

No sábado, às 15 horas, tem lugar o plenário de freguesia de Rio de Mouro, no Centro de Trabalho local.

Matosinhos

Para preparar a intervenção nas eleições presidenciais e o debate preparatório do XVI Congresso do PCP, a Comissão Concelhia de Matosinhos realiza uma reunião de militantes na terça-feira, dia 3, às 21h30, no Centro de Trabalho.

Leiria

O Centro de Trabalho de Leiria acolhe no sábado, às 15h30, a reunião geral de militantes. A ordem de trabalhos inclui a situação política e social, o XVI Congresso do PCP, as eleições para a Presidência da República e a Marcha Mundial das Mulheres. No fim, é altura do habitual convívio.



Arraial Minhoto no Santoinho

4 de Outubro - 20h

Participação de
CARLOS CARVALHAS
Secretário-Geral do PCP

Solidariedade
com a Campanha de Fundos
para a Recuperação
da Sede Regional do PCP
em Viana do Castelo

PCP

Conta de Solidariedade
BNU - nº 4300 210 313 775

DORVIC / PCP 2000

A próxima quarta-feira é dia do Arraial Minhoto no Santoinho, em Viana do Castelo.

A festa promete ser animada. O início está marcado para as 20 horas.

Carlos Carvalhas intervém às 21h30. O arraial insere-se na campanha de fundos para a recuperação da sede regional do PCP em Viana do Castelo.



Ensino Superior de Lisboa

A Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP realiza hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, um plenário sobre a abertura do ano lectivo e a situação política e social no ensino superior.

A reunião conta com a participação de Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP.

Cascais

Domingo, 1 de Outubro

Almoço-convívio

Da célula dos
funcionários

**da Câmara Municipal
de Cascais do PCP**

A partir das 13 horas,
é servido rancho. A ementa
incluiu ainda bebida,
sobremesa e café.

O preço é 1200\$00.

Apresentação do livro de Lino de Carvalho

«1969 – Um Marco no Caminho
para a Liberdade»

Terça-feira, 3 de Outubro – 18h30

Publicado pela Editorial *Avante!*, o livro
«1969 – Um Marco no Caminho para
a Liberdade», da autoria do deputado
comunista Lino de Carvalho, é lançado
na terça-feira, às 18h30, na sala Veneza
do Hotel Roma, em Lisboa.

A apresentação da obra cabe a Vítor Dias
e a Urbano Tavares Rodrigues.

